

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

ANDREYA RAQUEL MEDEIROS DE FRANÇA

**ESTRATÉGIAS E TRAJETÓRIAS
DA AGRICULTURA FAMILIAR DE VERANÓPOLIS - RS:
UMA ANÁLISE LONGITUDINAL ENTRE 2002 E 2019**

Porto Alegre

2022

ANDREYA RAQUEL MEDEIROS DE FRANÇA

**ESTRATÉGIAS E TRAJETÓRIAS
DA AGRICULTURA FAMILIAR DE VERANÓPOLIS - RS:
UMA ANÁLISE LONGITUDINAL ENTRE 2002 E 2019**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

França, Andreyra Raquel Medeiros de
Estratégias e trajetórias da agricultura familiar
de Veranópolis - RS: uma análise longitudinal entre
2002 e 2019 / Andreyra Raquel Medeiros de França. --
2022.
149 f.
Orientador: Marcelo Antonio Conterato.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Agricultura familiar. 2. Trajetórias. 3. Estudo
longitudinal. 4. Agrarização. 5. Desagrarização. I.
Conterato, Marcelo Antonio, orient. II. Título.

ANDREYA RAQUEL MEDEIROS DE FRANÇA

**ESTRATÉGIAS E TRAJETÓRIAS
DA AGRICULTURA FAMILIAR DE VERANÓPOLIS - RS:
UMA ANÁLISE LONGITUDINAL ENTRE 2002 E 2019**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 05 de agosto de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato - Orientador
PGDR/UFRGS

Prof. Dra. Cátia Grisa
PGDR/UFRGS

Prof. Dra. Marcia Regina Farias da Silva
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Prof. Dr. Vanderlei Frank Ties
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas e mãos contribuíram para que a finalização desta tese fosse possível, às quais eu muito agradeço. Mas aqui quero deixar registrada a minha gratidão às instituições e pessoas que estão ligadas a ela diretamente.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, pela acolhida e por unir um excelente e dedicado corpo docente. Às colaboradoras e colaboradores, sempre prestativos, com menção especial à Danielle Finamor, à Macarena e à Ana Paula.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos durante a realização deste doutorado.

Ao GEPAD, pela disponibilização do estudo realizado em 2002, que permitiu que esta tese pudesse ser desenvolvida.

A todas as famílias entrevistadas em Veranópolis, que me receberam com muito carinho e respeito durante a realização da pesquisa de campo. Ao escritório local da EMATER, na pessoa do Valfredo Reali, que me auxiliou em toda a execução da pesquisa de campo e disponibilizou relatórios para fundamentar esta tese.

Ao meu orientador, professor Marcelo Conterato, que instigou essa pesquisa e sempre esteve junto nos desafios encontrados nestes cinco anos, apontando os melhores caminhos a seguir. Obrigada pela sua serenidade, principalmente nos momentos mais difíceis.

Aos membros da banca, por todas as considerações que com certeza só enriqueceram este trabalho. Em especial à professora Márcia Regina, por quem tenho muita gratidão e respeito, por me auxiliar na caminhada acadêmica desde 2010.

Aos colegas do PGDR, por todos os momentos compartilhados. E, especialmente, as amizades que seguem além das fronteiras da sala de aula. Jhose, Zenicleia, Elenice, Ana Luiza, Adriana, Ticiane e Amanda, dividimos os textos, o chimarrão e seguimos compartilhando a vida.

Aos colegas Irio Luiz Conti e Natália Salvati Brasil, por todo o empenho na reta final de revisão e formatação deste trabalho.

À minha mãe, Fátima, e aos meus irmãos, por terem me apoiado desde a decisão de mudar-me para Porto Alegre e por terem compreendido a necessidade da minha ausência nos últimos anos.

Ao Rafael, meu companheiro de vida, não existem palavras capazes de descrever minha gratidão a você. Obrigada por estar ao meu lado, por ser o meu maior incentivador, por discutir

a tese diversas vezes e tentar encontrar o caminho correto das análises e, principalmente, por enfrentar o desconhecido e desbravar Veranópolis comigo. Se esta tese hoje está concluída, em muito devo a você.

À minha pequena princesa, Carolina, que chegou de surpresa, mudou totalmente minha vida e é o meu melhor presente. Todas as noites que passei em claro escrevendo foram para que o meu dia pudesse ser totalmente seu. Esta tese é totalmente dedicada a você. Hoje eu tenho a certeza de que “é justo que muito custe o que muito vale” (Santa Tereza D’Ávila).

A Deus, pois foi Ele quem me sustentou e me conduziu nesta caminhada até aqui.

“É justo que muito custe o que muito vale”
(Santa Teresa D’ávilla)

RESUMO

Esta tese discute longitudinalmente a agricultura familiar de Veranópolis, município localizado na região serrana do Rio Grande do Sul. Teórica e metodologicamente a perspectiva longitudinal da agricultura familiar é operada através da análise das estratégias e trajetórias de 43 famílias mediante a observação de dois pontos no tempo, 2002 e 2019, destacando-se os processos de agrarização e desagrarização e os resultados disso em relação aos estilos de agricultura que se apresentam. O objetivo desta tese é identificar e analisar os processos de agrarização e desagrarização e seus desdobramentos em relação aos estilos de agricultura familiar em Veranópolis, observados os anos de 2002 e 2019, com destaque para a identificação das estratégias e trajetórias enquanto categorias de análise. Para alcançar este objetivo foi aplicada a metodologia dos estudos longitudinais, que tomou por base o estudo executado pelo projeto Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade (AFDLP) que, em 2003, observando o ano agrícola 2001-2002, entrevistou 59 famílias agricultoras em Veranópolis. A segunda coleta de dados ocorreu em agosto de 2019, observando o ano agrícola 2018-2019, junto a 43 famílias (essa diferença se dá porque não foi possível encontrar os núcleos familiares, tal como em 2002), tendo como instrumento de coleta de dados o questionário aplicado em 2003, com algumas adaptações. A partir disso foram construídas três vias que concentram as famílias mediante a composição de sua renda predominante: aquelas com predominância de renda agrícola; as que predomina a renda não-agrícola e; aquelas cuja predominância de renda provém de aposentadoria e/ou pensão. A via agrícola tende a apresentar maior agrarização, visto que, nela observou-se o fortalecimento da agricultura familiar e a presença da sucessão rural, com a implementação de novas culturas e o aumento do número de famílias em 2019 em relação a 2002. A desagrarização acontece na via previdenciária, que concentra os casos em que a família encontrou dificuldades para a sucessão rural e a renda obtida a partir de aposentadorias e pensões tornou-se predominante, inclusive com casos de desativação da unidade produtiva. Isso também foi identificado na via pluriativa, onde outras áreas ganham espaço econômico na composição da renda das famílias. O estilo de uma agricultura familiar mais agrarizada é encontrado em Veranópolis, mas como em outras partes do Brasil, ela também passou por um processo de desagrarização nas últimas décadas.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Trajetórias. Estudo longitudinal. Agrarização. Desagrarização.

ABSTRACT

This thesis longitudinally discusses family farming in Veranópolis, a municipality located in the mountainous region of Rio Grande do Sul. Theoretically and methodologically, the longitudinal perspective of family farming is operated through the analysis of the strategies and trajectories of 43 families, observing two points in time, 2002 and 2019, highlighting the processes of agrarization and deagrarization and the results of this in relation to the styles of agriculture proposed. The objective of this thesis is to identify and analyze the processes of agrarização and deagrarização and its consequences in relation to the styles of family farming in Veranópolis, observed the years 2002 and 2019, with emphasis on the identification of strategies and trajectories as categories of analysis. In order to achieve this objective, the methodology of longitudinal studies was applied, which was based on the study carried out by the Family Agriculture, Local Development and Pluriativity (AFDLP) project, which, in 2003, observing the agricultural year 2001-2002, interviewed 59 farming families in Veranópolis. The second data collection took place in August 2019, observing the agricultural year 2018-2019, with 43 families (this difference is due to the fact that it was not possible to find the family nuclei, as in 2002), having as a data collection instrument the questionnaire applied in 2003, with some adaptations. From this, three paths were built that concentrate families through the composition of their predominant income: those with predominance of agricultural income; those where non-agricultural income predominates and; those whose predominance of income comes from retirement and/or pension. The agricultural route tends to present greater agrarization, since it was observed the strengthening of family farming and the presence of rural succession, with the implementation of new crops and the increase in the number of families in 2019 compared to 2002. The deagrarization takes place in the social security route, which concentrates the cases in which the family found difficulties in the rural succession and the income obtained from retirements and pensions became predominant, including cases of deactivation of the productive unit. This was also identified in the pluriactive way, where other areas gain economic space in the composition of family income. The style of a more agrarizada family agriculture is found in Veranópolis, but as in other parts of Brazil, it has also gone through a process of deagrarization in the last decades.

Keywords: Family farming. Trajectories. Longitudinal Study. Agrarization. Deagrarization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização de Veranópolis-RS.....	49
Gráfico 1 – Valor Adicionado Bruto (VAB), por setor, no município de Veranópolis entre 2002 e 2019 (%/VAB Total).....	51
Gráfico 2 – Utilização da terra (em %) em 2006 e 2017, Veranópolis-RS.....	57
Figura 2 – Localização das Regiões e Municípios de estudo da Pesquisa Afdlp – Cnpq/Ufpel/Ufrgs/2003	66
Figura 3 – Processo de execução metodológica.....	74
Figura 4 – Descrição do percurso para a obtenção das variáveis.....	75
Figura 5 – Geolocalização das famílias entrevistadas, Veranópolis-RS, 2019.....	76
Figura 6 – Direção Das Trajetórias E Composição Das Vias, 2002 E 2019, Veranópolis-RS.	105
Figura 7 – Foto da produção de citros, Veranópolis-RS, 2019	112
Figura 8 – Foto dos parreirais de uva em época de poda, Veranópolis-RS, 2019.....	114
Figura 9 – Foto da venda de propriedade rural em Veranópolis-RS, 2019.....	121
Figura 10 – Foto do setor industrial em meio a cidade, Veranópolis-RS, 2019.....	125
Quadro 1 – Atividades com maior valor adicionado bruto em Veranópolis entre 2010 e 2019	52
Quadro 2 - Eixos norteadores do formulário do projeto de pesquisa AFDLP.	67
Quadro 3 – Eixos orientadores da pesquisa 2019.....	72
Quadro 4 – Principais alimentos produzidos pelas famílias entrevistadas em 2002 e 2019, Veranópolis-RS.....	89
Quadro 5 – Descrição das trajetórias, 2002 e 2019, Veranópolis-RS	104
Gráfico 3 – Número de Contratos do PRONAF Custeio, 2013 a 2019, Veranópolis-RS.....	60
Gráfico 4 – Valores dos contratos e percentual (%), 2013 a 2019, Veranópolis-RS	61
Gráfico 5 – População por faixa de idade e sexo, Veranópolis-RS, 2002.....	79
Gráfico 6 – População por faixa de idade e sexo, Veranópolis, 2019.....	80
Gráfico 7 – Gênero dos integrantes das famílias, Veranópolis - 2002 e 2019.....	81
Gráfico 8 – Terra e suas destinações de uso (em ha), 2002 e 2019. Veranópolis-RS....	87
Gráfico 9 – Composição da renda total por grupo de renda (em % e R\$), 2002 e 2019, Veranópolis.....	97

Gráfico 10 – Composição da renda quando a Via predominante é a Agrícola, 2002 e 2019, Veranópolis-RS.....	99
Gráfico 11 – Composição da renda quando a Via predominante é a Aposentadoria e/ou pensão, 2002 e 2019, Veranópolis-RS.....	100
Gráfico 12 – Composição da renda quando à Via predominante é a não-Agrícola, 2002 e 2019, Veranópolis-RS.....	101
Gráfico 13 – Evolução do IAF segundo as vias entre 2002 e 2019, Veranópolis-RS..	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da área plantada (em hectares) dos principais produtos da lavoura temporária em Veranópolis entre 2000 e 2020.....	53
Tabela 2 – Evolução da área plantada (em hectares) dos principais produtos da lavoura permanente em Veranópolis entre 2000 e 2020	54
Tabela 3 – Culturas das lavouras temporária e permanente, Veranópolis-RS, 2012	55
Tabela 4 – Culturas das lavouras temporária e permanente, Veranópolis-RS, 2017	55
Tabela 5 – Condição do produtor em relação à terra (em ha e porcentagem), Veranópolis-RS, 2006 e 2017.....	58
Tabela 6 – Número de estabelecimentos agropecuários com pecuária e Efetivos, por espécie da pecuária, Veranópolis, 2006 e 2017	59
Tabela 7 – Comunidades rurais de Veranópolis: amostragem para a pesquisa, 2002 e 2019	68
Tabela 8 – Número de residentes por família e taxa de variação, 2002 e 2019. Veranópolis-RS, 2019	79
Tabela 9 – Distribuição do número de integrantes das famílias pesquisadas, 2002 e 2019, Veranópolis-RS.....	81
Tabela 10 – Nível de escolaridade, Veranópolis-RS, 2002 e 2019	82
Tabela 11 – Êxodo rural – sexo x idade, entre 2002 e 2019. Veranópolis-RS.....	83
Tabela 12 – Escolaridade ao migrar, entre 2002 e 2019. Veranópolis-RS.....	84
Tabela 13 – Área das propriedades em hectare (ha), 2002 e 2019. Veranópolis-RS	85
Tabela 14 – Despesas e receitas geradas pelo arrendamento de terras (em reais R\$), 2002 e 2019, Veranópolis-RS.....	86
Tabela 15 – Alterações no tamanho da propriedade em 2019 em relação a 2002. Veranópolis-RS	86
Tabela 16 – Distribuição da terra (em ha) conforme os tipos de cultivo, Veranópolis-RS 2002 e 2019.....	88
Tabela 17 – Famílias criadoras de bovinos, 2002 e 2019. Veranópolis -RS.....	89
Tabela 18 – Famílias criadoras de aves e suínos 2002 e 2019. Veranópolis-RS	90
Tabela 19 – Consumo médio animal (em número de animais) e taxa de variação, 2002 e 2019. Veranópolis/RS.....	90
Tabela 20 – Produção de leite e ovos, 2002 e 2019. Veranópolis-RS.....	91
Tabela 21 – Transformação agroindustrial caseira, 2002 e 2019. Veranópolis-RS	92

Tabela 22 – Famílias que realizaram operação de crédito, finalidade e origem, 2002 e 2019. Veranópolis-RS.....	93
Tabela 23 – Valores (em R\$) das contratações por finalidade e porcentagem da origem, 2002 e 2019. Veranópolis-RS.....	94
Tabela 24 – Número de famílias e porcentagem por grupo de renda, 2002 e 2019. Veranópolis-RS	98
Tabela 25 – Origem e destino das famílias que trocaram de grupo de renda predominante, 2002 e 2019, Veranópolis/RS	102
Tabela 26 – Distribuição do número de famílias de acordo com o tipo de trajetória entre 2002 e 2019, Veranópolis-RS.....	102
Tabela 27 – Número de casos e classificação das trajetórias segundo tipo e grau de importância	104
Tabela 28 – IAR, IAT e IAD das vias previdenciária, pluriativa e agrícola nos anos de 2002 e 2019, Veranópolis-RS.....	107
Tabela 29 – Estrutura das famílias da via agrícola, 2002 e 2019, Veranópolis-RS	109
Tabela 30 – Escolaridade das famílias da via agrícola, 2002 e 2019. Veranópolis-RS	109
Tabela 31 – SAU, Consumo intermediário e capacidade tecnológica das famílias da via agrícola, 2002 e 2019. Veranópolis-RS	111
Tabela 32 – Produção e famílias produtoras de grãos da via agrícola, 2002 e 2019. Veranópolis-RS	111
Tabela 33 – Produção e famílias produtoras de frutas da via agrícola, 2002 e 2019, Veranópolis-RS	113
Tabela 34 – Produção e famílias produtoras das principais frutas da via agrícola, 2002 e 2019, Veranópolis-RS.....	114
Tabela 35 – Produção e autoconsumo de leite das famílias da via agrícola em 2002 e 2019, Veranópolis-RS.....	115
Tabela 36 – Produção e autoconsumo de queijo das famílias da via agrícola em 2002 e 2019, Veranópolis-RS.....	116
Tabela 37 – Principais produtos comercializados pelas famílias da via agrícola em 2002 e 2019, Veranópolis-RS.....	117
Tabela 38 – Estrutura das famílias da via previdenciária, 2002 e 2019, Veranópolis-RS ..	119
Tabela 39 – Estrutura das famílias da via previdenciária, 2002 e 2019, Veranópolis-RS ...	120

Tabela 40 – Composição da renda das famílias da via não-agrícola, 2002 e 2019. Veranópolis	124
Tabela 41 – Estrutura das famílias da via não-agrícola, 2002 e 2019. Veranópolis-RS	124
Tabela 42 – Estrutura das famílias da via não-agrícola, 2002 e 2019. Veranópolis-RS	125

LISTA DE SIGLAS

AFDLP	Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Local no Rio Grande do Sul
BACEN	Banco Central do Brasil
CI	Consumo Intermediário
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DVA	Distribuição do Valor Agregado
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GEPAD	Grupo de Estudos em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAD	Índice de Agrarização Domiciliar
IAF	Índice de Agrarização Familiar
IAR	Índice de Agrarização da Renda
IAT	Índice de Agrarização do Trabalho
IGPM	Índice Geral de Preços do Mercado
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
ORT	Outras Rendas do Trabalho
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PB	Produto Bruto
PGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RA	Renda Agrícola
RAPOS	Renda de Aposentadoria e outras Transferências Sociais
RnA	Renda Não-Agrícola
ROF	Renda de Outras Fontes

RT	Renda Total
SAU	Superfície Agrícola Útil
SPSS	<i>Statistical Package for Social Science</i>
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UP	Unidade de Produção
UTH	Unidade de Trabalho Homem
VAB	Valor Agregado Bruto
VAL	Valor Agregado Líquido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	MÚLTIPLOS DEBATES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR	26
2.1	PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL.....	26
2.2	AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL EM DEBATE	32
2.3	DIFERENCIAÇÃO, HETEROGENEIDADE E DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	41
2.4	AGRICULTURA FAMILIAR: AGRARIZAÇÃO E DESAGRARIZAÇÃO	44
3	O DESENVOLVIMENTO (RURAL) DE VERANÓPOLIS: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS AO LONGO DO SÉCULO XXI.....	47
3.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO DE ESTUDO	47
3.2	DESAGRARIZAÇÃO DA ECONOMIA DE VERANÓPOLIS	50
3.3	MUDANÇAS NO USO DA TERRA.....	54
3.4	CARACTERÍSTICAS DO PRODUTOR E A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE VERANÓPOLIS	58
3.5	CRÉDITO RURAL E OS PRINCIPAIS PRODUTOS FINANCIADOS	60
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	64
4.1	PRIMEIROS PASSOS: METODOLOGIA DE ESTUDO DO PROJETO AFDLP	64
4.2	DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS ATUAIS E OS ESTUDOS LONGITUDINAIS	69
4.3	GEOLOCALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS EM VERANÓPOLIS EM 2019	76
5	MUDANÇAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE VERANÓPOLIS ...	78
5.1	CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO DE VERANÓPOLIS.....	78
5.2	MUDANÇAS NA DESTINAÇÃO E USO DA TERRA EM VERANÓPOLIS..	84

5.3	DISTRIBUIÇÃO DA TERRA E PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM VERANÓPOLIS.....	88
5.4	PRODUÇÃO PARA O GASTO: O QUE MUDOU NO AUTOCONSUMO DE VERANÓPOLIS?.....	90
5.5	ACESSO A CRÉDITO.....	92
6	DEZESSETE ANOS DE HISTÓRIA: A RENDA ENQUANTO AGLUTINADORA DAS MUDANÇAS NA AGRICULTURA FAMILIAR	96
6.1	MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO DA RENDA	96
6.2	COMPOSIÇÃO DA RENDA TOTAL NA AGRICULTURA FAMILIAR EM VERANÓPOLIS.....	98
6.3	TRAJETÓRIAS DAS FAMÍLIAS A PARTIR DA COMPOSIÇÃO DE SUAS RENDAS.....	101
6.4	DIFERENCIAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM VERANÓPOLIS	106
6.5	POR DENTRO DAS VIAS.....	108
6.5.1	Particularidades das Famílias da Via Agrícola.....	108
6.5.2	A aposentadoria como renda predominante	119
6.5.3	Dinâmica das famílias da via não-agrícola	123
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
	REFERÊNCIAS.....	130
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES DE VERANÓPOLIS – 2019	139

1 INTRODUÇÃO

“Muito embora não vindos do campo, todos nós temos um pouco de lá. Em um tempo não muito distante uma parte das minhas raízes passaram por lá, migraram e fizeram parte da estatística do êxodo rural brasileiro. A outra, ainda segue lá. Uma cabeça de gado aqui, um pequeno milharal ali. Apenas para não perder o vínculo com o que alimentou uma dezena dos seus.”
(FRANÇA,2022).

O que encontrar quase duas décadas depois? Que mudanças ocorreram e com que intensidade? Seria razoável assumir a hipótese de que mesmo após importantes processos econômicos (*boom* das *commodities* agrícolas), sociais (valorização do salário e ampliação do mercado de trabalho formal) e político-institucionais (políticas públicas de crédito rural e ampliação dos mercados para a agricultura familiar), para citar apenas alguns, consolidados justamente no recorte desta pesquisa fossem encontrados os mesmos atores, indivíduos e núcleos familiares¹? A resposta parece tanto óbvia: não. Afinal, a literatura é vasta em deixar claro que ocorreram mudanças substanciais tanto em aspectos macro como microeconômicos. Eis o esforço de busca para compreender as transformações rurais em 43 famílias de agricultores familiares de Veranópolis-RS que move esta tese. Discutir sobre a agricultura familiar na atualidade permite avançar em análises aprofundadas e, conseqüentemente, identificar as transformações e dinâmicas de modo longitudinal. Isso está atrelado, principalmente, aos estudos realizados ao longo de anos, tanto no Brasil como no exterior, que buscaram discutir a diferenciação e a heterogeneidade através das tipologias das unidades de produção agrícola familiares. Nesta tese os conceitos de desagrarização, agrarização e estilos de agricultura terão destaque na medida em que conseguem traduzir o formato e a intensidade que alguns elementos de diferenciação, especialmente produtiva, tecnológica e demográfica reforçam a própria heterogeneidade estrutural da agricultura familiar brasileira.

A literatura brasileira trouxe novos elementos para a agenda de discussão sobre o rural nos últimos 30 anos. Nesse campo destacam-se estudos empenhados em compreender as

¹ Mesmo os organismos internacionais mais “conservadores” reconhecem a redução dos níveis de pobreza e desigualdade no Brasil e na América Latina entre 2000 e 2018, com forte contribuição do *boom* das *commodities* (International Monetary Fund, 2018. | World economic and financial surveys, 0258-7440 | Apr. 2018). Na dimensão mais social também há vasta literatura sobre os avanços no que diz respeito à redução da desigualdade e da pobreza no Brasil (IPEA, 2015), ainda que haja fortes elementos sobre o avanço da concentração produtiva e da renda na agricultura brasileira (ALVES; SOUZA; MARRA, 2017; 2018; ALVES, 2018). A construção e consolidação de políticas públicas para a agricultura familiar também merece destaque nesse período (GRISA; SCHNEIDER, 2015; MATTEI, 2015).

dinâmicas da agricultura familiar brasileira. O aporte teórico no qual esta tese se sustenta versa sobre a agrarização e a desagrarização da agricultura familiar, de tal modo que se possa atribuir-lhe uma identidade. Dentre os principais autores destacam-se: Abramovay (1992), Bryceson (1996), Berstein (2001), Schneider (2009), Wanderley (2009), Conterato *et al.* (2011), Guanzirolli *et al.* (2012) e Niederle *et al.* (2014).

As discussões a respeito dos processos de agrarização e desagrarização vão muito além da sua tradução em estilos de agricultura, ainda que tal possibilidade analítica permita observar as metamorfoses experimentadas pela agricultura familiar de Veranópolis. Ainda que a literatura tenha tratado tais processos (agrarização e, especialmente, desagrarização) em outros níveis (economias nacionais e grandes setores de atividades econômicas, por exemplo), isso não é impeditivo de apropriação desse debate a ajustes e sua utilização em outros níveis analíticos, como é o caso de municípios e mesmo da agricultura familiar e suas famílias constituintes. Ao mesmo tempo, não há como se render ao debate hegemônico em que agrarização e desagrarização são traduzidos a partir da formação de (supostas) estruturas de classe e proletarização do campesinato ou da agricultura familiar à medida em que a agricultura deixa de ser a atividade econômica predominante na obtenção de rendimentos e/ou alocação do trabalho. A perspectiva desta tese aproxima-se mais daquilo que Valdés (2019) definiu como “estruturas de unidades domésticas no agro”.

Neste aspecto, a tipologia construída nesta tese está muito mais alinhada à caracterização de estruturas de reprodução da força de trabalho e da produção a partir das fontes de origem dos ingressos do que, propriamente, analisar os agricultores familiares como uma classe social no interior do capitalismo (MARX, 1986), ou mesmo, numa proposta mais “suave”, de observar os agricultores enquanto “pequenos produtores de mercadorias”, tal como defendido por Berstein (2011). Não se trata, portanto, de discutir desaparecimento, proletarização ou classes sociais, mas, sim, de uma proposta teórico-metodológica de análise de unidades domésticas da agricultura familiar a partir de suas estratégias e trajetórias, e a consequente construção de estilos de agricultura familiar a partir de Ploeg (2017) e Thies (2020).

Não obstante é importante trazer aqui a contribuição de Niederle *et al.* (2014 p. 9), que apontam que “[...] nem o mais otimista líder sindical presente no Brasília em maio de 1994, no primeiro Grito da Terra Brasil, poderia imaginar que a Agricultura Familiar se tornaria uma categoria reconhecida e legitimada pelo Estado e pela Sociedade”. No entanto, “[...] nem o mais pessimista estudioso da agricultura familiar” imaginaria, “[...] naquele momento que, 20 anos

depois, a sociedade brasileira continuaria presenciando graves situações de privação de direitos e liberdades no meio rural” (NIEDERLE *et al.*, 2014, p. 15). Ademais, cabe destacar que o “[...] mundo rural e agricultura familiar do século XXI” são detentores de diversidade e heterogeneidade tão profundas e enraizadas sendo estes traços manifestação inequívoca, inclusive, do histórico processo de negação ao acesso aos elementos mais fundamentais para manutenção das formas de agricultura, tais como acesso à terra, conhecimento, crédito, assistência técnica e mercados. O “mundo rural e a agricultura familiar” que emergem no Brasil, incluindo em Veranópolis, no século XXI, estão sim, sempre na “corda bamba” no que diz respeito às suas manifestações empíricas, fundamentalmente na manutenção de um tecido social e cultural fundamental ao desenvolvimento rural.

Especialmente compreendida a partir das contribuições em relação à produção de gêneros alimentícios, a agricultura familiar vai muito além disso. Indivíduos e famílias, além do possível envolvimento e trabalho com a terra, estabelecem outras relações com outros atores e agentes econômicos na busca pelo seu sustento. A própria modernização da base tecnológica historicamente se apresenta como desigual, mesmo em regiões de predominância histórica e massiva da agricultura familiar, como é o caso de Veranópolis. Além disso, não é possível afirmar que muitos agricultores familiares não enfrentem problemas e limitações, assim como os camponeses e pequenos produtores de antigamente (WANDERLEY, 2009; SCHNEIDER; CASSOL, 2014). Portanto, assume-se que a agricultura familiar de Veranópolis é, além de uma categoria política tal como referendado pela literatura, uma categoria analítica de amplo espectro social, econômico, produtivo e tecnológico, que produz e traduz os movimentos e transformações da sociedade mais ampla.

Ainda que considerada como um debate controverso, é importante apresentar a discussão realizada por Alves e Rocha (2010). Para estes autores a definição de agricultura familiar apenas serve para distinguir aqueles que irão se beneficiar de políticas do governo, daqueles que não terão acesso a tais políticas. Para além disso, os autores consideram classificar o meio rural apenas como povoado de produção irrelevante, com forte necessidade de políticas assistencialistas, o que levaria à sua descontinuidade. Isso remete, ainda mais, à importância de se evidenciar a argumentação de Abramovay (1992), de que o agricultor familiar não está fadado ao desaparecimento, embora esteja, sim, submetido, invariavelmente, às mesmas questões de mudança que atingem a sociedade mais ampla, como é o caso das demográficas, econômicas, ambientais, entre outras. No caso desta tese, seria ainda mais difícil sustentar ou explicar as mudanças na agricultura familiar de Veranópolis no período já mencionado

desconsiderando a já histórica relação da mesma com os demais setores econômicos, haja visto sua proximidade territorial e, mais importante, seus fluxos de troca envolvendo produtos, serviços, mercadorias, informações e toda sorte de elementos que caracterizam uma agricultura familiar altamente vinculada aos mercados, tão bem caracterizada e analisada por Radomsky (2006). Ou, dito de outra maneira, altamente mercantilizada no seu sentido mais amplo, tal como expressam Marsden (1995) e Schneider (2003).

O novo perfil do rural brasileiro, traçado por Laurenti e Del Grossi (2008), considera que este também é conformado por aqueles que desenvolvem a atividade comercial não-agrícola e os que produzem para o autoconsumo. Desse modo, propicia a expansão da população do meio rural em geral e daquela em idade ativa, permitindo seu desenvolvimento para “[...] ser economicamente diversificado, ou seja, bem mais heterogêneo que aquele passível de ser detectado, por exemplo, pela vistoria limitada ao uso da terra ou à produção agropecuária” (LAURENTI; DEL GROSSI, 2008, p. 20).

Em âmbito internacional se destacam estudos sobre a agricultura familiar desenvolvidos pela Escola de Wageningen, na Holanda, liderada pelo pesquisador Jan Douwe van der Ploeg. Este autor traz em suas discussões a afirmação de que a agricultura familiar e camponesa é capaz de alimentar o mundo. Outros autores destacam a discussão sobre a diversidade e a multifuncionalidade da agricultura familiar, bem como a construção de tipologias, e a heterogeneidade e os estilos de agricultura familiar, bastante presentes nos estudos de Ploeg *et al.* (2009), Ploeg (2013; 2015; 2016; 2017), Alvarez *et al.* (2014) e Ploeg e Ventura (2014).

Segundo Ploeg (2015; 2016), a agricultura camponesa jamais pode ser vista como atividade atrasada, nem compreendida como obstáculo para o desenvolvimento. Ela, que na Europa tem resistido ao tempo, tem seu foco na produção de valor agregado, contribuindo intrinsecamente para o crescimento econômico, ao contrário da agricultura empresarial.

Ploeg (2017) discute que o crescimento agrário vai ocorrer através de um processo de diferenciação, tendo a tecnificação como um processo que lhe é intrínseco. Por outro lado, aqueles agricultores que não são capazes de aderir às novas tecnologias, ampliar sua produção e acompanhar as tendências de mercado tendem ao desaparecimento. Essa tendência à desativação (total ou parcial) das unidades produtivas, mantendo-se o rural enquanto espaço de moradia, também não é nova e requer, sempre, bastante atenção para não cair nos reducionismos analíticos de que se não há produção agropecuária não há agricultura familiar.

Seja no debate mais clássico ou no debate contemporâneo sobre o lugar da agricultura familiar no desenvolvimento rural, tende-se a enfatizar os processos de diferenciação impostos

pelos próprios mercados de produtos e serviços agropecuários, em que supostamente os grandes produtores se sobressaem ante os pequenos produtores. Cabe destacar que, pelo fato da agricultura ser praticada de diferentes maneiras, isso se constitui numa espécie de motor que proporciona os diferentes estilos de agricultura em todo o mundo (PLOEG; VENTURA, 2014).

Com base em suas peculiaridades, a agricultura familiar tem se tornado mais agrarizada ou desagrarizada. Bryceson (1997) considera dois processos distintos nos quais a desagrarização assume a forma de migração urbana e de expansão de atividades não-agrícolas em áreas rurais, proporcionando novas fontes de renda, ocupações e identidades sociais para os moradores rurais. Nesses termos, processos de agrarização-desagrarização fazem referência ao trânsito de indivíduos ou habitantes rurais para fora das atividades agrícolas até então predominantemente geradoras de renda. É, portanto, um processo de longo prazo que compreende ajustes nas ocupações, reorientação das estratégias de ingresso monetário, potenciais mudanças de identidades e realocização espacial das atividades econômicas (BRYCESON, 1997). Assumindo uma espécie de desagrarização flexível, esta tese assume que este processo pode ser amplamente acolhido pelos conceitos de pluriatividade na medida em que o distanciamento da agricultura enquanto fonte geradora de ingressos não impede a combinação de atividade agrícolas e não-agrícolas, ou seja, a construção de um agricultor familiar pluriativo (SCHNEIDER, 2003).

No outro paralelo está a agrarização, definida por Thies e Conterato (2023, p. 5) como:

[...] o processo em que aumenta a importância das atividades agrícolas na produção de riquezas, na geração de renda e na alocação do trabalho familiar, de forma combinada com a utilização dos espaços rurais como espaços predominantes de localização dos domicílios das famílias.

Para compreender o contexto das famílias em dois pontos no tempo, a estratégia metodológica traçada nesta tese consistiu na delimitação de um estudo longitudinal, que consiste em um estudo baseado em evidências analisadas no momento da coleta de dados, bem como em elementos explicativos das mudanças que, ao longo do tempo, auxiliam na identificação e compreensão das principais mudanças ocorridas. Se nas ciências da saúde os estudos longitudinais são frequentes, nas ciências sociais eles ainda aparecem de maneira tímida, sobretudo nos estudos rurais. Com maior frequência, tais estudos têm se baseados em um determinado momento no tempo, sendo escassa a presença de estudos que busquem identificar e analisar trajetórias do desenvolvimento de determinadas localidades ou territórios, especialmente em relação à agricultura familiar.

É por considerar a importância dos estudos longitudinais e a necessidade de se (re)formular as tipologias da agricultura familiar que, nesta tese, tem-se como base um estudo executado em 2002, no município de Veranópolis, no estado do Rio Grande do Sul. Tal investigação teve como objetivo pesquisar a dinâmica local de evolução da agricultura familiar, levando em conta as suas diferentes estratégias de reprodução social ao longo do tempo, mas também como os agricultores conquistaram sua inserção econômica e produtiva em sua região de origem, o que permitiu a emergência de um processo endógeno de desenvolvimento (RELATÓRIO TÉCNICO PESQUISA *AFDLP* – CNPq/UFPel/UFRGS, 2003).

A pesquisa mencionada está situada diante de questões impulsionadoras sobre o funcionamento e a reprodução da agricultura familiar, a partir de sua diversidade e dos fatores que influenciaram o modelo endógeno de desenvolvimento. Esses fatores possibilitaram elos singulares entre a dinâmica da agricultura familiar e a industrialização de Veranópolis-RS.

O objetivo do Projeto de Pesquisa *AFDLP* em 2002 foi estudar a dinâmica local de evolução da agricultura familiar, sua diferenciação na adoção das estratégias de reprodução social e o modo pelo qual os agricultores conseguiram sua inserção econômica e produtiva em sua região de origem, considerando as relações entre as unidades familiares e os aspectos econômico-sociais e evidenciando as transformações que estavam ocorrendo na região Sul do Brasil (PESQUISA *AFDLP* – CNPq/UFPel/UFRGS/2003).

Tal conjunto de informações foi observado e constatou-se a importância de retomar essa investigação atrelada ao Projeto de Pesquisa Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Local no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade (*AFDLP*), desenvolvida por pesquisadores ligados ao Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (*GEPAD*) em 2002, que resultou na construção de denso banco de dados com informações de 59 famílias rurais.

O principal diferencial que este estudo proporcionou em sua investigação consiste em compreender a movimentação dos agricultores familiares ao longo dos anos, como isso resultou em suas estratégias de reprodução social, reforçando a importância de estudos atualizados sobre o processo de diferenciação da agricultura familiar brasileira com o enfoque nos estudos longitudinais.

Os resultados tornaram-se possíveis, principalmente, porque a pesquisa possibilitou analisar os mesmos agricultores familiares entrevistados em 2002 e em 2019, possibilitando compreender fenômenos ainda pouco conhecidos sobre a trajetória da agricultura familiar brasileira. Consoante a isso, o tema central desta tese versa sobre a análise das trajetórias da

agricultura familiar, destacando as principais práticas e processos de diferenciação ao longo do tempo, a partir de suas reorientações sociais, econômicas e tecnológicas.

Partiu-se, então, do pressuposto de que, ao longo de sua trajetória os agricultores familiares de Veranópolis-RS utilizaram estratégias de reação e estratégias de adaptação no que diz respeito à sua reprodução. Para objetivar o estudo desta tese privilegiou-se os aspectos monetários para fins de elaboração das vias e trajetórias, visto que as dimensões produtivas, de alocação da força de trabalho e de desativação de unidades de produção, entre outros aspectos, ocorreram no interstício e não apenas nos dois anos de referência. Portanto, o movimento em direção à especialização ou à diversificação produtiva, de exercício da pluriatividade, de acesso às políticas públicas e aos mais variados mercados de produtos e serviços, além de já existirem em 2002, transcorreram depois disso e o resultado encontrado em 2019 já manifesta avanços e recuos, algo impossível de captar nesta tese.

Compreender a diferenciação a partir das estratégias, trajetórias e estilos de agricultura dessas famílias e como o campo tem atraído essa mão de obra familiar é um fator fundamental para se pensar em estratégias futuras que proporcionem o desenvolvimento das atividades agrícolas no campo. Ploeg (2017) apresenta a diferenciação de mercados e a diferenciação tecnológica como questões centrais na teoria da modernização. No marxismo e leninismo isso constitui-se em abordagem de um fenômeno derivado de processos de mercantilização e acumulação de capital que, posteriormente, resulta na diferenciação de classes. O autor considera que é através da formação de duas classes antagônicas - os capitalistas agrários x os trabalhadores proletarizados - que as diferenças existentes entre os produtores agrícolas se desenvolverão ao longo do tempo.

Sendo a agricultura familiar e o desenvolvimento rural no Brasil marcados nos últimos anos pela discussão de sua heterogeneidade, diversidade produtiva e formas de se reinventar nas diversas situações, questiona-se quais as estratégias e trajetórias adotadas pelos agricultores familiares de Veranópolis-RS, entre 2002 e 2019, resultaram em processos de diferenciação e estilos de agricultura? Desse modo, investigar a trajetória dos agricultores familiares de Veranópolis para compreender os processos de diferenciação por eles vivenciados é uma questão relevante a ser investigada nesta pesquisa.

Assim, o questionamento central que direciona esta pesquisa consiste em identificar quais são as trajetórias e os estilos de agricultura familiar capazes de traduzir as mudanças experimentadas pelos agricultores familiares de Veranópolis entre 2002 e 2019.

O objetivo geral desta tese consiste em identificar e analisar os processos de diferenciação construídos e experimentados pela agricultura familiar de Veranópolis-RS, entre os anos de 2002 e 2019, através de suas trajetórias e estratégias de agricultura.

Para tornar possível a concretização deste objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- a) analisar as principais mudanças longitudinais experimentadas pela agricultura familiar de Veranópolis-RS entre os anos de 2002 e 2019;
- b) Identificar e analisar as trajetórias percorridas pelos agricultores familiares entre 2002 e 2019;
- c) construir o Índice de Agrarização Familiar (IAF), que determinará a proximidade das famílias com a atividade agrícola.

Assim, a execução desta tese foi motivada em dois pontos. Primeiro, ser responsável por construir um estudo a partir de uma metodologia pouco discutida no Brasil, que permitiu alcançar como resultado principal o aprofundamento na compreensão das trajetórias percorridas pela agricultura familiar de Veranópolis-RS.

Segundo, pelo fato da realização desta pesquisa abrir caminhos para novos estudos longitudinais nas ciências sociais, que possibilitam a busca por resolução das lacunas existentes em estudos com os mesmos atores, afim de vislumbrar respostas que possam preencher esses espaços, contribuindo com novos olhares sobre os processos de mudança da agricultura familiar brasileira e para a compreensão da teia histórica na qual estão envolvidos.

Embora seja um desafio que requer muito esforço, a inquietação para a construção desta tese foi alimentada principalmente pela curiosidade em conhecer outra dinâmica da agricultura familiar brasileira, da qual, esta pesquisadora não tinha conhecimento. Até então todas as pesquisas desta pesquisadora eram voltadas a compreender a agricultura familiar do Rio Grande do Norte, no semiárido nordestino, região na qual nasceu, e que em muito se difere da agricultura familiar do das demais regiões do país.

Diante do exposto, esta tese está organizada em seis capítulos, além de suas considerações finais. O primeiro contempla a introdução, que apresentou o contexto geral desde uma breve discussão sobre as questões teóricas nas quais esta tese se encaixa, o seu tema central, apresentando ainda a conjuntura e problemáticas que rodeiam a agricultura familiar, o problema de pesquisa, as motivações que levaram à execução deste trabalho e os objetivos geral e específicos deste estudo.

O segundo capítulo consiste em expor a fundamentação teórica que serve de sustentação das ideias que embasem os argumentos defendidos no debate ao longo de toda pesquisa. Dividida em quatro pontos, essa fundamentação perpassa pelo campo da discussão sobre o desenvolvimento rural; o debate sobre a agricultura familiar brasileira e sua construção conceitual e legal; a diversidade de estilos da agricultura familiar e a sua diferenciação e heterogeneidade e; por fim, as questões que levam a considerar um modo agrícola mais agrarizado ou desagrarizado.

O terceiro capítulo apresenta uma visão global sobre a agropecuária de Veranópolis. Essa discussão foi possível a partir da compilação de dados secundários obtidos junto à EMATER do município e Censos Agropecuários de 2006 e 2017 realizados pelo Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (IBGE).

Baseado, inicialmente, no projeto AFDLP desenvolvido pelo GEPAD, o capítulo quarto desenha o processo metodológico utilizado para a execução desta tese. Além disso, é utilizada também como fundamento metodológico a tese defendida por Thies (2019), na qual o autor realizou estudo semelhante. Este capítulo apresenta, ainda, o caminho até a obtenção dos dados, a atualização das famílias entrevistadas em 2019 e o georreferenciamento das famílias.

A primeira parte da apresentação dos resultados da pesquisa é discutida no capítulo cinco, que discorre sobre a comparação entre 2002 e 2019 sobre a organização familiar, uso da terra e a produção agrícola. A partir dele observa-se as primeiras transformações que ocorreram em Veranópolis e que são o alicerce para a compreensão das questões seguintes a serem discutidas.

O capítulo seis apresenta a origem da composição da renda das famílias nos dois anos pesquisados e o número de famílias pertencentes em cada grupo. A partir da divisão dos grupos de renda predominante, nomeada de vias, é compreendida a trajetória percorrida pelas famílias entre 2002 e 2019, identificando as que permaneceram e as que trocaram de via. Na sequência dessas informações são descritas as trajetórias percorridas entre 2002 e 2019 pelos agricultores familiares e a compreensão sobre sua (des)agrarização em Veranópolis.

O último capítulo contempla as considerações finais com a análise dos resultados obtidos, do alcance dos objetivos traçados, a validação da metodologia implementada nesta tese e a fundamentação teórica que a sustenta. Esta é a estrutura da tese desenvolvida, que buscou de maneira mais concisa discutir a trajetória dos mesmos agricultores familiares em dezessete anos de história.

2 MÚLTIPLOS DEBATES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR

A exposição deste capítulo propõe-se a realizar um breve apanhado sobre a literatura desde a perspectiva de diversos estudiosos que buscaram compreender as várias dimensões do mundo rural, especialmente no que concerne à agricultura familiar. Tais estudos trazem elementos de fundamentação da tese que ajudam a explicar e compreender as questões que direcionam este estudo no campo do desenvolvimento rural, com foco na agricultura familiar e sua diferenciação, heterogeneidade, agrarização e desagrarização no complexo rural brasileiro e em Veranópolis.

2.1 PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL

A princípio, sendo uma novidade no debate moderno sobre a agricultura familiar e com uma estrutura emergente, o desenvolvimento rural é um novo modelo de fazer agricultura que tem florescido principalmente na Europa. As políticas de desenvolvimento rural em todos os seus âmbitos, sejam eles supranacionais, nacionais ou regionais, têm se relacionado de maneira complexa e por diversas vezes incoerente, “[...] constituindo o desenvolvimento rural uma gama alargada de respostas camponesas ao *squeeze* da agricultura” (PLOEG, 2013, p. 174).

Diferentemente da atual geração de políticas de desenvolvimento rural, que visa definir o papel da agricultura na sociedade, o desenvolvimento foi limitado à compreensão da modernização agrícola. Estando o Brasil no centro das políticas de desenvolvimento rural contra a pobreza e as desigualdades, as novas práticas dos processos de desenvolvimento rural contêm várias características distintivas.

Dentre elas está a autonomia. Mesmo havendo apoio estatal considerável, o desdobramento dessas práticas representa uma busca para alargar a autonomia, especialmente por meio da ampliação, tanto quanto possível, dos recursos disponíveis localmente, evitando de se ficar preso a novas relações de dependência. Isso também se traduz em produção de novidades, expressa na busca de soluções locais e originais que ajudem a evitar a dependência de inovações desenvolvidas externamente (YE; SCHNEIDER; PLOEG, 2010; PLOEG; YE; SCHNEIDER, 2015).

O Brasil vivenciou nas últimas três décadas o surgimento de novas formas de interação entre o Estado e a sociedade civil, com a emergência de novos atores políticos que conquistaram seu reconhecimento como sujeitos de direitos e passaram a conformar a criação de novos

espaços de interação e atuação social. Criaram-se regras e instrumentos de políticas públicas que gradualmente foram institucionalizados. Novos referenciais globais e setoriais começaram a orientar as ações do Estado e permitir a redefinição de regras e compreensões que afetaram, mais ou menos, as condições socioeconômicas da população, especialmente no meio rural (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Segundo Grisa e Schneider, nas últimas três décadas surgiram três gerações de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e ao fortalecimento do desenvolvimento do rural brasileiro. A primeira geração abrangeu o período de 1993 a 1998, com foco voltado ao agrário e o agrícola. Nesse período foi necessário que o governo e a sociedade brasileira direcionassem seus olhares mais atentos para a importância da agricultura familiar e para as suas condições de reprodução social, com base na terra e na produção agrícola (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

A segunda geração de políticas acentuou-se entre os anos de 1998 a 2004/5, com foco voltado para o social e a assistência social. Nesse período foram criadas políticas responsáveis pela redução da pobreza e a desigualdade social no meio rural, principalmente na região do semiárido brasileiro que historicamente tem mantido um grande contingente no meio rural.

A terceira geração de políticas teve seu foco direcionado à construção de mercados para a segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade ambiental, estendendo-se de 2004 até 2014. A construção das políticas deste período contou com a participação decisiva de novos atores sociais, que passaram a ser parceiros na execução dessas políticas (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Elas tiveram um papel fundamental no desenvolvimento rural, estimulando algumas transformações que, em boa medida, foram resultantes da pressão dos movimentos sociais e de maior participação dos interesses das populações locais (FIALHO; WAQUIL, 2008).

Quanto às intervenções do Estado com vistas a melhorar a qualidade de vida da população, algumas trazem consigo melhores condições de mercado. Com base em Bourdieu (2014), pode-se dizer que algumas delas determinam as regras de funcionamento do Mercado. A intervenção do campo econômico é exercida essencialmente por meio do Direito. O Estado influencia fortemente as relações de forças existentes entre os agentes no campo econômico, no qual as empresas dominadas tentam mobilizar seu capital social (as redes de relação) para, então, pressionar o Estado a modificar as regras do jogo, de modo que a conjuntura lhes seja mais favorável.

Além disso, Bourdieu defende que o Estado é visto como entidade que existe pela crença, sendo possível fazer crítica radical de que é admissível substituir o Estado pelos atos de “Estado”, o que o transformaria em atos políticos, buscando alcançar efeitos no mundo social.

O rural, do ponto de vista sociológico, é baseado em duas características primordiais: a primeira relaciona os habitantes do campo com a natureza, relação essa principalmente de trabalho (MATHIEU; JOLLIVETM, 1989 *apud* WANDERLEY, 2009); a outra é baseada em relações sociais (MENDRAS, 1976 *apud* WANDERLEY, 2009).

De acordo com Ploeg (2011, p. 115), a noção de desenvolvimento rural é “[...] entendida como sendo a síntese mais ou menos concisa do que ocorre no rural. Tal noção não é necessariamente errônea; e muitos estudos significativos se têm baseado neste, em geral implícito, ponto de partida”. No entanto, a nível global o desenvolvimento rural também está relacionado com uma reestruturação geral da economia. Pode-se sugerir que o conceito de desenvolvimento rural é, acima de tudo, um dispositivo heurístico, ou seja, todos os seus conceitos são preliminares, estão em construção. Desse modo, representa uma busca de novos futuros e reflete a unidade da população rural. Ele vai além da teoria da modernização, na qual os problemas da agricultura e da paisagem foram considerados resolvidos (PLOEG *et al.*, 2000).

Segundo Schneider (2010), a apropriação do desenvolvimento rural pela agenda de ações de intervenção do Estado o tornou fortemente político e normativo, o que foi fato precursor do afastamento de muitos pesquisadores deste tema. O autor destaca que:

Isto fez com que os estudos rurais brasileiros, especialmente os acadêmicos, deixassem de lado o tema do desenvolvimento rural *tout court* que passou a ser identificado com políticas de intervenção no meio rural, especialmente em regiões pobres. Somente a partir da década de 1990, uma mudança de enfoque e de entendimento sobre o desenvolvimento rural passou a ganhar espaço no Brasil, revitalizando o tema e gerando novas abordagens (SCHNEIDER, 2010, p. 512).

Schneider (2010) aponta alguns fatores que contribuíram para que as discussões atuais sobre o desenvolvimento rural e como eles ganharam projeção e legitimidade no Brasil. O primeiro, considerado por ele como o mais importante, refere-se à trajetória das discussões em torno da agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira, mostrando que apenas a partir dos anos 1990 a agricultura familiar passou a ser vista como categoria política no Brasil.

O agricultor familiar traz consigo a combinação do domínio das diferentes atividades, sejam elas agrícolas ou não, gerando assim um elo entre o urbano e o rural, cuja renda não mais depende exclusivamente da agricultura. A expressão ‘pluriatividade’ está cada vez mais

atrelada à transferência de recursos econômicos da cidade para o campo, gerando riqueza e construindo uma redefinição dessa relação, na qual a pluriatividade não pode mais ser vista como o indicador do desaparecimento de propriedades familiares, mas sim um indicador de novos pilares de apoio da agricultura europeia (PLOEG *et al.*, 2000).

O segundo fator apresentado está ligado à “[...] crescente influência e ação do Estado no meio rural, que se deu tanto através das políticas para a agricultura familiar, como das ações relacionadas à reforma agrária, segurança alimentar, entre outras” (SCHNEIDER, 2010, p. 516). Em decorrência de várias reivindicações dos movimentos sociais, a partir dos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, o Estado passou a regularizar diversas ações inéditas no espaço rural, dentre elas: a aceleração da reforma agrária, a criação da Secretaria Especial Extraordinária de Assuntos Fundiários, que em 1998 se tornou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), reconhecido como a principal política para a agricultura familiar.

O terceiro fator exposto por Schneider (2010, p. 516) que precisa ser considerado “[...] refere-se às mudanças no âmbito político e ideológico. [...] setores das elites agrárias que até então eram contrárias às mudanças, particularmente no apoio às políticas sociais e de caráter compensatório viram-se forçados a mudar de posição, tal como na questão da reforma agrária”. A agricultura brasileira está cada vez mais polarizada entre aqueles que produzem para o consumo local e o mercado interno e, por outro lado, a produção de *commodities*, sobretudo para exportação.

O último fator destacado pelo autor está relacionado ao tema da sustentabilidade ambiental. Ao longo dos anos vem se agravando a publicização dos impactos ambientais causados pela agricultura e o alerta de que modos de produção alternativos precisam ser adotados e fortalecidos.

Para Kageyama (2004), o desenvolvimento rural não deve ser explicado apenas por uma das inúmeras áreas que o detém a estudar. É necessário compreender, acima de tudo, os três enfoques que são identificados no campo dos estudos rurais.

No primeiro enfoque, o desenvolvimento rural é imposto por forças externas e implantado em certas regiões. Exemplo emblemático é o das políticas de modernização da agricultura como forma de estimular o desenvolvimento rural. O enfoque do desenvolvimento endógeno centra-se no desenvolvimento local, gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, em que os atores e as instituições desempenham papel crucial; o caso típico é o dos modelos dos distritos industriais (KAGEYAMA, 2004, p. 383).

Desse modo, a autora apresenta o desenvolvimento rural como “[...] uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões” (KAGEYAMA, 2004, p. 384). O desenvolvimento rural não é o resultado evidente da interação entre mercados rurais e tecnologias agrícolas, mas sim um processo ativamente moldado pelos muitos atores, movimentos sociais e aparatos estatais que estão envolvidos nele (PLOEG; YE; SCHNEIDER, 2015).

Fundamentados, principalmente, na observação da persistência interligada da pobreza rural e da desigualdade social e regional, Delgado e Leite (2011) frisam que o debate atual sobre o desenvolvimento rural no Brasil e, recentemente sobre o desenvolvimento territorial, enquadra-se na discussão mais ampla sobre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade.

Além disso, Marsden (2006) aborda que são as novas práticas de desenvolvimento rural que incorporam maneiras altamente relevantes para reconstituir as relações natureza-sociedade no âmbito do desenvolvimento rural, que podem facilitar a incorporação de práticas agrícolas na ecologia local. Para o autor:

[...] o desenvolvimento rural torna-se, neste contexto, uma esfera potencialmente rica para avaliar estas tendências ecológicas, e testar as contingências e estruturas envolvidas na reconstrução de uma perspectiva de desenvolvimento rural mais viável e robusta que pelo menos comece a sugerir como tais noções de modernização ecológica poderiam ser melhores (MARSDEN, 2006, p. 208).

A teoria do desenvolvimento rural não é sobre o mundo como ele é, mas sim sobre a forma como a agricultura e o meio poderiam ser reconfigurados. O desenvolvimento rural instiga a criação de novos produtos e serviços associados a novos mercados.

O desenvolvimento rural também diz respeito ao incremento de novas formas de redução de custos, através da elaboração de novas trajetórias tecnológicas e da produção e reprodução de bases de conhecimentos específicos, associados, partindo da diversificação de possibilidades de rendas, sejam elas agrícolas ou não, e estratégias de sobrevivência familiares que sejam capazes de garantir a reprodução social, cultural e econômica. Além disso, há a necessidade de se compreender a importância da adoção de práticas sustentáveis no desenvolvimento rural, pois, quando elas são analisadas a partir da perspectiva de critérios de sustentabilidade, também se revelam claramente superiores (ELLIS, 2000; PLOEG *et al.*, 2000).

Mesmo que o Brasil não tenha participado incisivamente da revolução industrial, ele também sofreu reflexos por partilhar do mesmo modelo econômico, que durante longos anos

excluiu do seu debate as questões ambientais e sociais, deixando que seus problemas intrínsecos tomassem grandes proporções. Os países em desenvolvimento, como o Brasil, não podem liderar ou simplesmente mudar a política de alimentação e nutrição para a sustentabilidade. Sua principal preocupação demonstra ser a redução da pobreza, tendo o crescimento econômico como prioridade. Além disso, eles já demonstram as consequências dos modelos de desenvolvimentos de outrora, que passam a ser o aumento da obesidade, o que pode ser chamado de ocidentalização das dietas e resultado de pressões ambientais decorrentes das mudanças climáticas (LANG; BARLING, 2012).

Em conformidade com os Objetivos do Milênio, garantir a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente refere-se à garantia da sustentabilidade ambiental. Embora tais objetivos sejam de natureza global e universalmente aplicáveis, dialogam com as políticas e ações em âmbito regional e local. No entanto, ainda existe uma crescente desconexão entre a política agrícola e os desafios nutricionais contemporâneos.

É necessário que haja a melhorias nas políticas e na tecnologia para reconfigurar a agricultura e o uso da terra para atender graciosamente à demanda global por matérias-primas alimentares. Uma boa política pública garantirá um conjunto de benefícios, incluindo ganhos de energia reais, reduções de gases de efeito estufa, preservação da biodiversidade e manutenção da segurança alimentar e nutricional, já que a agricultura moderna tem sido responsável por contribuir com cerca de 14% das emissões dos gases de efeito estufa (TILMAN *et al.*, 2009; LANG; BARLING, 2012; PINGALI, 2015).

Maluf *et al.* (2015) abordam as questões ambientais e sociais a partir da prática da agricultura moderna ou convencional, que gera a degradação dos recursos naturais e compromete a biodiversidade. Outro fator que agrava a situação é a concentração da terra, que já é considerada uma das principais causas das conhecidas desigualdades sociais brasileiras. A concentração de terras e de outros recursos produtivos tem contribuído para a expansão de modelos agrícolas altamente técnicos, que fazem uso intensivo de agroquímicos e impactam a saúde dos trabalhadores rurais e dos consumidores.

Nessa direção, é possível mencionar que o futuro da agricultura está intrinsecamente vinculado à melhoria da administração da base dos recursos naturais dos quais ela depende. Em um sistema agrícola, a sustentabilidade só poderá ser alcançada através da conservação dos recursos naturais, baseada em práticas de interação do homem com a natureza, cujas relacionadas à produção alimentar à saúde pública só serão alcançadas mediante a existência de um ambiente ecologicamente equilibrado. Nesse processo, a produção de alimentos é apenas

um componente do desafio da segurança alimentar e nutricional. Nos últimos anos, o foco de muitos pesquisadores e formuladores de políticas tem sido a disponibilidade física de alimentos, facilitada por uma produção agrícola suficiente (LANG; BARLING; CARAHER, 2009; MCKENZIE; WILLIAMS 2015).

Diante disso, Marsden (2006) acentua que o desenvolvimento rural se torna uma esfera potencialmente rica para avaliar essas tendências ecológicas e testar as contingências e estruturas envolvidas na reconstrução de uma perspectiva de desenvolvimento rural mais viável e robusta, que pelo menos comece a sugerir como tais noções de modernização ecológica poderiam ser melhores. Belik (2015, p. 18) também traz a sustentabilidade como questão fundamental para o desenvolvimento rural, apontando que “[...] políticas que buscam aumento de produtividade com base em maior utilização de recursos naturais, ou maior quantidade de insumos – ainda que fossem de base orgânica não seriam sustentáveis”.

Por fim, cabe considerar que a atual recessão econômica e a crise financeira, juntamente com a crise alimentar crescente, também contribuem para suscitar novos impulsos aos movimentos alternativos agroalimentares. Isso requer que sejam repensados os mecanismos e as organizações de mercado, com maior flexibilidade institucional mais inovação em uma escala regional, entrelaçada com agricultores ativos e a participação dos consumidores (MARSDEN, 2012).

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL EM DEBATE

Na trajetória de lutas, conquistas e ascensão da agricultura familiar no cenário mundial, buscar um resgate histórico na literatura constitui-se em um desafio a ser perseguido. Cabe destacar, primeiramente, que a nomenclatura ora trata os sujeitos nela envolvidos como agricultores familiares, ora como camponeses e outras vezes se defende que os dois termos são sinônimos e não dois pontos distintos. Na história, “Estima-se que há cerca de 10 mil anos, mediante incessantes mudanças técnicas e organizacionais, a agricultura familiar começou a se fazer presente na história das civilizações” (BAIARDI; ALENCAR, 2014).

A discussão desse tema perpassa circunstâncias específicas como a Revolução Industrial, que no século XVI resultou com o *start* para a mecanização agrícola, a Revolução Verde no século XX, que promoveu o aumento da produção agrícola, principalmente, por meio do uso intensivo de insumos químicos, desenvolvimento tecnológico e mecânico. Tais momentos na história despertaram movimentos de posições contrárias e que trouxeram à tona

a discussão sobre a importância da agricultura no mundo e que, em grande parte, não se adequou ao que esses grandes movimentos propuseram.

O amplo debate sobre a agricultura familiar remete à afirmação de Schneider (2009), de que:

[...] o estudo da agricultura familiar requer uma análise sociológica multidimensional sobre a diversidade das formas sociais familiares, que pode começar pelo estudo da organização do trabalho e da produção e a sua relação com a natureza, mas passa pelos entendimentos dos mecanismos de construção das estratégias de interação com o ambiente social e econômico e reclama a compreensão dos aspectos culturais e simbólicos que caracterizam as suas relações domésticas (parentesco, gênero etc.) assim como os múltiplos meios da ação política. [...] E sua importância tende a crescer à medida que se amplia no Brasil pela diversidade de formas de ser da agricultura familiar bem como o seu papel em um projeto de mudança social e política no meio rural (SCHNEIDER, 2009, p. 11).

Enquanto a análise de Schneider (2009) sobre o estudo da agricultura familiar requer uma análise sociológica multidimensional, na visão de Alves (1997, p. 28) os estudos sobre a agricultura familiar “[...] merecem uma análise mais profunda dos pesquisadores em economia rural, inclusive sobre os efeitos dos programas aplicados nos países desenvolvidos”.

Dentre as mais respeitadas buscas por definir ou compreender a agricultura familiar, é primordial considerar os elementos discutidos por Abramovay, ainda em 1997. Ele considera como agricultura familiar:

[...] aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997, p. 3).

Tratando-se sobre o trabalho familiar mencionado por Abramovay, vale ressaltar a caracterização do pensamento de Lamarche (1993) sobre a exploração familiar presente em qualquer sistema com produção agrícola baseado em troca:

A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. [...] Desse modo, a exploração familiar não é, portanto, um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade. Em um mesmo lugar e em um mesmo modelo de funcionamento, as explorações dividem-se em diferentes classes sociais segundo suas condições objetivas de produção (LAMARCHE, 1993, p. 15-18).

Sendo o principal personagem do meio rural o camponês, e a agricultura o elemento central do espaço rural, estes, por longos anos foram vistos pelo meio rural como sendo o esteio econômico, social e cultural (WANDERLEY, 2009). Destaca-se que não deve existir associação entre a atual agricultura familiar com o campesinato idealizado nas décadas de 1960 e 1970, cujos atores eram vistos como “[...] os pobres rurais, pouco eficientes do ponto de vista econômico e ameaçados de desaparecimento pelo emergente capitalismo urbano industrial da época” (SCHNEIDER; CASSOL; 2014, p. 231).

Além do mais, Ploeg (2013, p. 39) alerta que “[...] uma vez que o campesinato e o modo camponês de fazer agricultura representam, acima de tudo, processos dinâmicos que se desenvolvem ao longo do tempo [...] esses conceitos devem facilitar a exploração e análise dos diferentes resultados desse processo”. Pois, a agricultura está longe da estagnação e do atraso e suas definições trazem o seu envolvimento com a atividade agrícola.

Por sua vez, José de Souza Martins vê a agricultura familiar como “[...] uma instituição de reprodução da família cujo núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola” (MARTINS, 2001, p. 1). Para além disso, o seu entendimento perpassa a relação homem-terra, dentro de uma “[...] concepção histórico e antropológico, como unidade dessa reprodução social da família, regulada por valores da tradição familiar. [...] Elas também dão conta das novas necessidades e novos desafios que são continuamente gerados pelas transformações econômicas e sociais” (MARTINS, 2001, p. 1).

O que Bernstein (2011) chama de “agricultura” hoje antes era visto apenas como uma simples atividade de agregação, que unia os agricultores e suas atividades. Ainda que “[...] para a agricultura, da criação das divisões de trabalho, dos processos de mudança técnica, e da dinâmica de mercado, foi muito limitado, no que se refere à formação de um ‘setor agrícola’ no capitalismo” (BERNSTEIN, 2011, p. 56). Este autor menciona que:

[...] a agricultura torna-se, cada vez mais, um ‘setor’ distinto, em termos de lugar na divisão social do trabalho e como objeto de políticas públicas. O período de 1870 até hoje é marcado por uma transformação revolucionária nas condições técnicas da agricultura, especialmente aquelas associadas à ‘segunda revolução industrial’ (baseada em aço, produtos químicos, eletricidade e petróleo), e no comércio internacional, em expansão, de mercadorias agrícolas, principalmente de alimentos essenciais (BERNSTEIN, 2011, p. 58).

A literatura ainda não consagrou uma definição para a agricultura familiar, sendo essa ampla e abrangente. Entre tantas, vale o destaque das definições políticas abordadas por Eliseu Alves, que institui controle em relação ao tamanho do estabelecimento, principalmente após a criação da tipologia dos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar (PRONAF), passando o conceito agricultor familiar a ser confundido com essa tipologia (ALVES, 1997).

Outra vertente defende que a agricultura familiar corresponde a um grupo que está preparado para se adequar às exigências dos mercados, diferentemente dos que são considerados pequenos agricultores que não conseguem absorver essas mudanças. Aí as políticas públicas se constituem no elo capaz de construir as orientações necessárias para a formação deste grupo (WANDERLEY, 2009).

Com base no pensamento de Alves (1997) sobre a diferenciação entre a agricultura familiar moderna e a agricultura moderna, apresenta-se que, a principal característica da agricultura moderna consiste em o gerente não ser o dono do estabelecimento, enquanto na agricultura familiar a atividade agrícola é, em quase sua totalidade, desenvolvida pela família. Shanin (1973) entende a agricultura familiar como uma pequena unidade de produção que desenvolve a atividade agrícola junto com sua família e, sendo definida pelo governo como um subconjunto da agricultura, em que é gerida pelo proprietário que também trabalha no estabelecimento juntamente com a família (ALVES, 1997).

É considerável destacar a discussão de Guanzirolí *et al.* (2012), ao afirmarem que:

[...] ser agricultor familiar não tem nenhuma conotação de superioridade em relação aos não familiares, trata-se apenas de diferenciar uma categoria que baseia sua produção no uso preferencial da mão de obra familiar e que exerce a gestão do empreendimento de forma direta, presencial, por meio de algum dos familiares envolvidos na produção (GUANZIROLI *et al.*, 2012, p. 352).

Outro agravante para essa questão está relacionado diretamente às mudanças estruturais nas lavouras que ocorreram no Brasil. Essas mudanças estão relacionadas à substituição crescente das lavouras tradicionais, que demandavam maior mão de obra, por culturas agrícolas modernas e com baixo uso de mão de obra, além da significativa incorporação das inovações tecnológicas em praticamente todas as etapas do processo produtivo, sobretudo naquelas culturas que ocupavam enormes quantidades de trabalhadores. Diante de tantas mudanças, desde o início dos anos 1990 a agricultura vem se adaptando às diversas conjunturas e se reinventando, baseada no modelo empresarial, sobretudo, pela crescente modernização produtiva e a integração aos mercados, especialmente os não locais (WANDERLEY, 2009; MATTEI, 2015; PLOEG, 2016).

Devido ao modelo de produção agrícola em que são expressivos os aumentos da produtividade das principais culturas e, por consequência, da produção agropecuária total, originou-se então uma série de consequências negativas, especialmente na esfera social, com

destaque para a forte “[...] diferenciação social entre os agricultores, a precarização das condições de trabalho no meio rural, a elevação dos índices de pobreza e a contínua expansão das taxas de êxodo rural, com consequências diretas sobre o meio urbano do país” (MATTEI, 2015, p. 38).

Normativamente, de acordo com um estudo realizado no âmbito de um convênio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), uma unidade de produção só é considerada da agricultura familiar se ela apresentar três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família e; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre a da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996, p. 4).

É diante dos avanços em políticas públicas e da conquista de espaços na sociedade pela agricultura familiar que se faz necessário destacar o pensamento de Wanderley (2009):

Os agricultores familiares são percebidos, assim, como protagonistas dos processos sociais que vivenciam, e o lugar que ocupam na sociedade, longe de corresponder a um destino, definido ideologicamente de forma a-histórica, emergem como o resultado de sua capacidade de resistência e de inovação ante as imposições “externas” da sociedade, e em particular, do mercado e em função dos projetos familiares (WANDERLEY, 2009, p. 16).

Mesmo que desde os anos 2000 a agricultura familiar tenha passado por grandes avanços, especialmente no que diz respeito ao seu reconhecimento como categoria econômica importante para o Brasil, ainda assim, ela está longe de um “patamar ideal”, pois segue ocupando um espaço secundário na política agrícola nacional e nos últimos anos tem enfrentado graves cortes orçamentários e a consequente redução de seus espaços historicamente conquistados. Os parques fundos públicos para financiamento de melhorias produtivas estão sendo disputados com vantagens para aqueles mais capitalizados, enquanto a porção mais pobre da população que vive da agricultura segue marginalizada desses recursos. É preciso reverter esse quadro e retomar o fortalecimento contínuo da agricultura familiar, principalmente em seu elo com a sociedade, de modo a garantir aos agricultores “[...] maior perenidade e estabilidade política e institucional às políticas públicas para a agricultura familiar e à construção de sistemas agroalimentares sustentáveis” (GRISA, 2017; AQUINO *et al.*, 2018).

Com base na literatura teórico-analítica, as transformações destacadas anteriormente podem ser brevemente associadas à criação da política que reconheceu as especificidades da agricultura familiar brasileira. Considerando-se a heterogeneidade e diversidade da agricultura familiar brasileira, à luz da lei pode-se delimitá-la em torno de quatro elementos, quais sejam: módulo fiscal; mão de obra familiar; percentual mínimo de renda familiar e; gerenciamento familiar do estabelecimento.

À luz da Lei nº 11.326/2006, é considerado agricultor familiar aquele que: pratica atividades no meio rural; possui área de até quatro módulos fiscais; emprega mão de obra da própria família; gera renda familiar oriunda do próprio estabelecimento e; tem o gerenciamento realizado pela própria família (BRASIL, 2006). Segundo Niederle *et al.* (2014, p.17), esta definição “[...] favorece a tipificação e quantificação, por outro, traz consigo certo engessamento às análises e, sobretudo, limita o olhar dos estudiosos sobre os múltiplos parâmetros que podem ser utilizados para pensar a heterogeneidade do rural”.

A Lei da agricultura familiar não foi o primeiro instrumento legal a tratar sobre sua significação. Até chegar-se à concepção atual foi percorrida uma longa trajetória de construção e com muitos marcos. O Estatuto da Terra, editado em 1964 e regulamentado pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro, em sua disposição sobre o conceito de propriedade familiar já apresentava os seguintes termos:

II - “Propriedade Familiar”, o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros (BRASIL, LEI nº 4.504/1964, art. 4, § 2º).

É importante destacar que tanto a Lei da Agricultura Familiar como o Estatuto da Terra caracterizam o agricultor familiar e a propriedade familiar como pelo não emprego de mão de obra externa à família. A primeira redação do Plano de Benefícios da Previdência Social, contida na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, também compreendia que o estabelecimento familiar não deveria empregar mão de obra externa. Entretanto, apenas em 2008, por meio da Lei nº 11.718, passou-se a entender que terá direito à previdência social aquele agricultor que:

VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de: (Redação dada pela Lei n.11.718, de 2008);

a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade: (Incluído pela Lei n. 11.718, de 2008);

1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais; (Incluído pela Lei n. 11.718, de 2008);

2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do caput do art. 2º da Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida; (Incluído pela Lei n. 11.718, de 2008);

b) pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e (Incluído pela Lei n. 11.718, de 2008)

c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas a e b deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo. (Incluído pela Lei n. 11.718, de 2008).

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes. (BRASIL, LEI nº 11.718/parágrafo VII, § 1º, 2008).

Instituído em 28 de junho de 1996, através do Decreto Federal nº 1.946, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) se transformou em alternativa viável para diversos setores da produção familiar brasileira, visto como instrumento governamental que objetiva investimentos na produção agrícola que proporcionem o aumento da capacidade produtiva, gerem emprego e renda e oportunizem melhorias na qualidade de vida dos agricultores e de suas famílias (BRASIL, 1996; MATTEI, 2001; AQUINO; SCNHEIDER, 2015). Para se enquadrar no Programa o agricultor familiar precisa seguir critérios pré-estabelecidos, quais sejam:

[...] possuir 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária; deter ou explorar com área de até 4 módulos fiscais; explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; utilizar mão de obra exclusivamente familiar, podendo manter até dois empregados permanentes; residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo e possuir uma renda anual máxima de até R\$ 27.500,00 (MATTEI, 2001, p. 4).

A Resolução 2.191, de 24 de agosto de 1995, do Banco Central do Brasil estabeleceu mais alguns regramentos que cabem ser salientados:

Art. 1º - Instituir, no âmbito do crédito rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), destinado ao apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família.

Art. 2º - Os financiamentos ao amparo do PRONAF ficam sujeitos às seguintes condições: I - beneficiário: produtor rural que atender simultaneamente aos seguintes quesitos, comprovado mediante declaração de aptidão fornecida por agente credenciado pelo Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA):

- a) explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; [...]
- c) não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor (BRASIL. RESOLUÇÃO 2.191/1995).

É importante destacar que o PRONAF é a política agrícola que “[...] marcou o reconhecimento político e institucional do Estado à categoria social e, igualmente, o reconhecimento do caráter dual da agricultura nacional” (GRISA *et al.*, 2017 p. 23).

Outro instrumento normativo necessário para o acesso ao crédito por parte da agricultura familiar brasileira diz respeito à Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que a partir da Portaria nº 523, de 24 de agosto de 2018¹ considera:

- I - Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) - o conjunto de indivíduos composto por família que explore uma combinação de fatores de produção, com a finalidade de atender a própria subsistência e a demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços, e que resida no estabelecimento ou em local próximo a ele, e ainda:
 - a) morem na mesma residência;
 - b) explorem o mesmo estabelecimento, sob gestão estritamente da família; e,
 - c) dependam da renda gerada pela Unidade Familiar de Produção Agrária, seja no estabelecimento ou fora dele.
- II - Família - unidade nuclear composta por 1 (um) ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros que contribuam para o rendimento ou que tenham suas despesas atendidas pela UFPA; [...]
- V - Empreendimento familiar rural - forma associativa ou individual da agricultura familiar instituída por pessoa jurídica, admitidos os seguintes arranjos:
- VI - Imóvel agrário - área contínua, qualquer que seja a sua localização, destinada à atividade agrária; e
- VII - Atividade Agrária - atividade humana de cultivo de vegetais e de criação de animais, exploração extrativa vegetal e animal desenvolvida em perímetro urbano ou rural, bem como o beneficiamento e comercialização da produção.
- VIII - Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) - instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas (BRASIL. PORTARIA nº 523/2018).

Indubitavelmente, o PRONAF foi a primeira e mais importante política pública de crédito rural para a agricultura familiar. Na sequência surgiram outras ao longo dos anos, em particular a partir do século XXI, quais sejam: Garantia-Safra (2002), Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) (safra 2004/05), Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) (2006), Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) (2010), Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) (2004), Programa Mais Alimentos (2008), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (2003) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (2009). Todos estes são exemplos dessa

¹ Em 29 de Janeiro de 2019 houve uma alteração nesta portaria e a DAP passou a ter validade de dois anos e não mais de um ano.

nova tendência de implementação dos mecanismos de política agrícola direcionados à agricultura familiar.

No início dos anos 2000, antes da criação das políticas pelo Estado que beneficiariam os agricultores familiares com a sua inserção em mercados, Buainaim, Romero e Guanziroli (2003) realçaram a importância da implementação de políticas que beneficiassem os agricultores familiares. De acordo com esses autores, com a exceção dos estados da Região Sul do Brasil (onde a agricultura familiar tem capacidade necessária para se sobressair como a forma de exploração predominante em grande parte dos municípios), nas demais regiões, os produtores familiares revelam-se, em geral, isolados em pequenos grupos em meio à exploração patronal dominante.

Se nos anos 1980 a agricultura familiar ocupava espaços tímidos, nas três últimas décadas consolidou-se a construção da agricultura familiar como categoria, sendo reconhecida por parte do Estado na década de 1990. A partir de então o Estado passou a proporcionar sua inserção em políticas públicas, sendo fortalecida a partir da criação de um Ministério específico para ocupar-se com essa demanda (PICOLOTTO, 2014; GRISA *et al.*, 2017). Grisa *et al.* (2014) destacam que:

[...] também foram estabelecidos espaços de participação social (por exemplo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF e os diálogos para a construção dos Planos Safra das capacidades estatais para o desenvolvimento rural no Brasil: análise das políticas públicas para a agricultura familiar); ampliaram-se os recursos públicos aplicados; construíram-se leis que reconheceram a identidade social e cultural de grupos e segmentos sociais que tradicionalmente estavam marginalizados; e implementaram-se programas que atuaram na esfera da produção, da comercialização, e das condições de vida das unidades familiares (GRISA *et al.*, 2017, p. 14).

É importante destacar que a agricultura familiar brasileira, em todo o seu histórico de busca por espaço, enfrentou situação macroeconômica antagônica, e de ausência do Estado, definida pela inconstância monetária, a inflação elevada e o favorecimento dos produtores patronais. Houve discriminação negativa da política agrícola, política comercial e cambial desfavorável, bem como lidou-se com a deficiência dos serviços públicos de apoio ao desenvolvimento rural. Tudo isso provocou o esvaziamento do campo e dificultou o desenvolvimento local ao invés de promover o desenvolvimento rural e local.

Quando o agricultor familiar passa a ter soberania sobre sua produção, recebendo apoio suficiente, ele é capaz de produzir uma renda total, incluindo a de autoconsumo, superior ao custo de oportunidade do trabalho, que tem no trabalho familiar autossuficiente o efeito de um

equilíbrio conjuntural, dentro da dinâmica de produção determinada pela relação entre o crédito, preços de mercado e renda obtida (BUAINAIM; ROMERO; GUANZIROLI, 2003; WILKINSON, 2008).

O caminho percorrido pela agricultura familiar brasileira nas últimas décadas foi árduo, mas ela foi capaz de resistir e adaptar-se frente ao massivo crescimento do mercado globalizado e ganhou grandes proporções. Isso proporcionou o (re)nascimento de uma agricultura familiar que tem buscado inovações e novidades que lhe permitem ser competitiva. No Brasil, ela fortaleceu-se ainda mais com a geração de políticas públicas pós anos 2002, muito embora venha enfrentando uma série de dificuldades após 2016.

2.3 DIFERENCIAÇÃO, HETEROGENEIDADE E DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

São diversos os fatores que possibilitam compreender a diferenciação e a heterogeneidade da agricultura familiar, sendo essa uma característica importante para a permanência de agricultores familiares no campo e para o seu fortalecimento em ambientes econômicos e sociais. O autoconsumo é uma variável diferenciadora, já que ele diminui à medida que os estabelecimentos vão se especializando. O acesso à assistência técnica e o emprego da força de trabalho também são fatores que auxiliam na compreensão da diferenciação e da heterogeneidade da agricultura familiar (CONTERATO *et al.*, 2011; BELIK, 2015).

A partir de meados dos anos 1990 já não era mais possível pensar na unidade familiar de produção uniforme, pois ela sempre foi plural e multifacetária. Na época Kageyama e Bergamasco realizaram uma das pesquisas mais relevantes para mensurar o universo das unidades familiares de produção no Brasil, organizada a partir de tabulações especiais do censo agropecuário de 1980. Os estabelecimentos agropecuários foram separados pelas autoras em dois subconjuntos. O primeiro foi denominado de “empresas capitalistas”, constituído por empreendimentos conduzidos por administradores e que não possuíam mão de obra familiar empregada; o segundo foi chamado de unidades familiares de produção, tendo como característica fundamental ser administrado e ter sua mão de obra familiar.

Os critérios para diferenciar internamente a segunda categoria eram a presença e o peso relativo do trabalho contratado (externo à família). Com base nesses critérios foi possível categorizar as unidades familiares do censo de 1980 em três grupos: os estabelecimentos

familiares puros, que não possuíam nenhuma mão de obra contratada; os estabelecimentos familiares compostos por empregados temporários, que contratavam mão de obra externa por curto período e; as empresas familiares, cuja contratação de mão de obra externa era permanente, porém, a administração dos estabelecimentos era feita por um membro da família (KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1989/90).

Essa pesquisa proporcionou um amplo debate para aqueles que buscavam compreender as diversas dinâmicas da agricultura familiar do Brasil. Em 1998 Abramovay *et al.*, também buscaram compreender a diferenciação interna da agricultura familiar, mas diferentemente de Kageyama e Bergamasco (1989/90), utilizaram a renda como ponto de partida. Nesse estudo, a agricultura familiar foi classificada em três categorias: a dos agricultores consolidados, composta por aqueles que permitem investimentos e acumulação; a dos agricultores em transição, composta por aqueles que vivem apenas da agricultura, mas não conseguem realizar investimentos; e dos agricultores em exclusão, classificados como aqueles que não possuem renda suficiente para viver apenas da agricultura (ABRAMOVAY *et al.*, 1998).

Em estudo realizado por Belik (2015), o autor buscou apresentar uma revisão de estudos já realizados sobre a heterogeneidade da agricultura brasileira e constatou que:

[...] há grande heterogeneidade entre os diversos tipos de agricultores no Brasil, mas isso não nos torna um caso especial no mundo. Todos os países, principalmente aqueles em desenvolvimento, demonstram grande heterogeneidade no setor rural e exatamente por esse motivo as políticas são diferenciadas segundo o tipo de clientela, não sendo possível trabalhar uma única política agrícola (BELIK, 2015, p. 20).

Entre suas conclusões Belik (2015) realça que a heterogeneidade da agricultura brasileira não pode ser definida como um fenômeno anômalo, mas precisa ser enfrentada mediante as políticas públicas. Ou seja, a heterogeneidade sempre esteve presente na agricultura brasileira, mesmo nos períodos econômicos nos quais prevalecia a monocultura de exportação, que são comuns a todas as agriculturas, tanto as tecnificadas como aquelas que usam mão de obra intensiva. Belik (2015) aponta, ainda, que a desigualdade é uma questão chave que ajuda a explicar a heterogeneidade da agricultura brasileira e que requer atenção das políticas públicas.

Para Ploeg (2017), a heterogeneidade da agricultura e, mais especificamente, a simultaneidade de movimentos ascendentes e descendentes das entradas e saídas, em todas as categorias de tamanho, resulta das interações entre as lógicas social e econômica, estando o surgimento dos diferentes estilos agrícolas relacionado a essa interação. Esses estilos geram respostas simultâneas que diferem do ambiente em que a propriedade está operando e as

diferentes maneiras pelas quais as famílias dos agricultores expressam e materializam seus objetivos e aspirações.

De acordo com Ploeg *et al.* (2009), um estilo de agricultura pode ser compreendido:

- a) como um conjunto coerente de ideias estratégicas sobre a maneira como a agricultura deve ser praticada;
- b) como um modo internamente consistente da agricultura e;
- c) como um conjunto de relações entre mercados e oferta de tecnologia, por um lado e, por outro, a agricultura.

É um estilo de ordenação, composto por um repertório coerente que orienta as ações práticas dos agricultores.

A esse respeito, um estilo de agricultura fornece um modelo específico para a tomada de decisão, no qual as noções estratégicas são repetidamente compartilhadas por grupos de agricultores, numa tentativa sistemática e consistente de criar congruência no nível único e em vários níveis. A abordagem dos estilos de agricultura mostra como os recursos agrícolas e as inter-relações construídas ativamente entre eles são moldados e remoldados em uma gama muito maior de padrões do que a especificidade ideal dos modelos dominantes (PLOEG *et al.*, 2009; PLOEG; VENTURA, 2014).

No caso holandês, o principal objetivo da abordagem dos estilos de agricultura discutido por Ploeg *et al.* (2009) foi mostrar que a agricultura especializada e em tempo integral não estava convergindo para uma exímia conjectura, mas sim, desdobrava-se em um cenário adverso. Eles demonstraram que, na prática, as famílias dos agricultores desconstruíam o agricultor factível, construído nos moldes da política, e criavam identidades, práticas e trajetórias que ultrapassam os limites do modelo associado com o paradigma da modernização.

Segundo Ploeg, “[...] quanto maior a coerência entre os dois, mais bem-sucedidos e resistentes serão esses estilos” (PLOEG, 2017, p. 507). Acentua, ainda, que a heterogeneidade não está a ser vista como “caos” não estruturados (ou como o resultado da “sobrevivência” de formas arcaicas de produção), mas, como produzida e reproduzida através das ações estratégicas, objetivo orientado dos atores envolvidos, visto como o resultado dos padrões subjacentes altamente contrastantes que moldam diferentes realidades e diferentes trajetórias de desenvolvimento (PLOEG, 1993, p. 29; PLOEG; VENTURA, 2014).

Conterato *et al.* (2011, p. 82) apontam que “À medida que se torna evidente a heterogeneidade intrarregional, estilos de agricultura começam a ser referidos, fundamentalmente, em relação às distintas lógicas produtivas das unidades familiares”. Para

além disso, Ploeg (1994) aborda diversas facetas do que são os estilos de agricultura, trazendo primeiramente que os estilos de agricultura surgiram como respostas dos agricultores às políticas agrárias. O autor aborda o primeiro conceito de estilos de agricultura formulado por Hofstee, no qual ele os define como “[...] o conjunto complexo, mas integrado de noções, normas, elementos de conhecimento, experiências, etc.”, realizado por um grupo de agricultores em uma região específica, que descreve a maneira prática como o cultivo deve ser realizado (HOFSTEE 1985 *apud* PLOEG, 1994, p. 19).

De acordo com Ploeg (1994), os estilos de agricultura representam uma unidade específica do discurso agricultura e prática, uma unidade específica do trabalho mental e manual. Implicam em uma estruturação específica do processo de trabalho, de organização do tempo e do espaço como dimensões concretas e resultam em determinada organização do processo de produção e na estruturação específica do processo de desenvolvimento.

É necessário frisar que a heterogeneidade não só se aplica aos estilos de agricultura em sua totalidade, mas também à variação dentro de cada estilo de agricultura. Isso acontece porque alguns atores são mais sucedidos que outros na aplicação de uma estratégia particular. Portanto, os estilos de agricultura podem ser definidos em termos de escala, nível de intensidade, inter-relações implícitas entre capital e trabalho, e a especificidade técnico-produtiva de determinados aspectos. Eles refletem conexões específicas entre as dimensões econômicas, sociais, políticas, ecológicas e tecnológicas (PLOEG, 1994).

2.4 AGRICULTURA FAMILIAR: AGRARIZAÇÃO E DESAGRARIZAÇÃO

Os processos organizacionais e produtivos no meio rural em todo o mundo passaram por mudanças que vão da redução da população rural até a disseminação de tecnologias produtivas que permitem que os agricultores familiares potencializem e diversifiquem sua capacidade produtiva, intensificando novas ruralidades². Schneider discute e classifica o novo rural a partir de grupos de atividades, que se dividem entre aqueles que se baseiam na produção de *commodities*, o conjunto daqueles que têm “[...] atividades não-agrícolas ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços e, por último, um conjunto

² De modo sucinto, as novas ruralidades são compreendidas aqui a partir da visão de Schneider (2010, p. 521), que as define como “[...] uma nova conformação econômica e demográfica que possui como característica fundamental a redução crescente das diferenças entre o urbano e o rural, especialmente no que se refere ao mercado de trabalho, devido ao crescimento da população ocupada em atividades não-agrícolas. O rural deixa de ser ‘sinônimo de atraso’ e se desconecta da agricultura, que passa a ser apenas uma de suas atividades”.

de novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos de mercado” (SCHENEIDER, 2010, p. 521).

Esses fenômenos permitem compreender a agricultura familiar, quando estudada sob o olhar de uma metodologia longitudinal, em outra dimensão de entendimento e classificação, categorizando-a a partir das características que a tornaram agrarizada ou desagrarizada.

A conceituação de agrarização é pouco discutida na literatura, tornando-se mais aceitável a sua concepção como o inverso de desagrarização. Dessa forma, com base em Ploeg (2004), pode-se compreender a agrarização a partir de um conjunto de fatores que proporcionam o fortalecimento da atividade agrícola, tornando-a mais competitiva, em um ambiente favorável à sucessão rural e um laboratório dos conceitos de inovações e novidades.

O debate sobre a desagrarização é um pouco mais fluído e disponível que a discussão sobre a agrarização, possibilitando a compilação de alguns estudos que ajudam a explicar este conceito. O levantamento de estudos desde os anos de 1990, que já debatiam em outras partes do mundo essa característica da agricultura, mostra em grande parte a desagrarização como uma ideia de fim da agricultura.

Um estudo realizado por Bryceson em 1996, na África, aborda que a desagrarização é fortalecida pela importância que o emprego não-agrícola passou a ter na composição da renda para as famílias rurais. Ele apresenta a desagrarização como “[...] um processo de: i) reorientação da atividade econômica (subsistência); ii) ajuste ocupacional (atividade de trabalho) e; iii) realinhamento espacial do assentamento humano (residência) longe dos padrões agrários” (BRYCESON, 1996 p. 99).

Esse processo de desagrarização aprofunda a perda do elo central da atividade agrária com a base econômica das sociedades, rompendo com o seu protagonismo na organização da vida no rural. Isto posto, uma vertente defende que o processo de desagrarização passa a compor o resultado da reestruturação dos sistemas econômicos, de modo que, o fato da agricultura perder espaço não retrata perda de valor, mas sim que outros ramos estão ganhando espaço e se tornando mais importantes economicamente (CAMERO, 2017).

O caso estudado por Escalante *et al.* (2007), no México, traz a associação da desagrarização a um período de paralização da produção agropecuária, no qual ela deixou de ser a base da industrialização local, acrescida da especialização das unidades produtivas ocasionada pela política empregada e associado à exclusão de pequenos agricultores do mercado interno.

Decorrente da descapitalização da agricultura surgiu a necessidade de se buscar fontes de renda fora das unidades de produção, especialmente pelas gerações mais jovens. Isso transformou-se em um ciclo no qual a unidade produtiva não é autossuficiente em mão de obra familiar e encontra dificuldade para gerar riqueza suficiente para sustentar financeiramente as famílias. A partir do momento que a unidade produtiva passou a depender de outras fontes de renda surgiu o conceito de pluriatividade como a inserção produtiva que combina o trabalho rural com o não-rural (KAGEYAMA, 2002; SCHNEIDER, 2003).

No Brasil um estudo recente e pioneiro no debate sobre a agrarização e desagrarização foi realizado por Thies e Conterato (2023). Os autores unem esses dois conceitos de forma que eles parecem caminhar juntos, ao afirmarem que a desagrarização é o resultado das várias estratégias utilizadas pelas famílias para a sua reprodução, sendo a pluriatividade uma dessas estratégias. Esses autores reforçam o debate sobre agrarização e desagrarização, delimitando-o entre o sistema econômico da agricultura e a sua teia social, com a compreensão de que:

A agrarização e a desagrarização podem ser enfocadas em dois níveis. Um, de caráter macro e mesoanalítico, que envolve as variáveis gerais da economia de determinado recorte geográfico, por exemplo, de um país, ou de uma região específica. No outro nível, no âmbito microanalítico, os processos de agrarização e desagrarização podem ser considerados no escopo das famílias agricultoras (THIES; CONTERATO, 2022, p. 2).

Dentro do debate da desagrarização no âmbito analítico pode-se compreender diversos fatores que vêm acontecendo nas últimas décadas que o reforçam e são identificados na seção dos resultados neste estudo. São fatores que contribuem para a desagrarização: dificuldades para a sucessão rural, principalmente ocasionada pela precarização do trabalho agrícola e a valorização do trabalho na cidade; a masculinização e o envelhecimento das famílias e; a tendência de repasse das terras para a exploração de *commodities*.

A argumentação apresentada neste capítulo fortalece a importância do debate sobre a agricultura familiar brasileira e evidencia que ainda existem questões que precisam ser estudadas, a fim de possibilitar estruturas que a fortaleçam e possibilitem a sua reprodução, principalmente a partir da construção de políticas públicas pelo Estado. O debate é longo e impossível de ser exaurido em uma tese, mas é certo que, ao longo dos anos, houve considerável avanço nos estudos do rural brasileiro. O capítulo a seguir adentra no debate empírico deste trabalho, que objetiva apresentar uma contextualização da agricultura familiar de Veranópolis a partir de dados secundários.

3 O DESENVOLVIMENTO (RURAL) DE VERANÓPOLIS: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS AO LONGO DO SÉCULO XXI

Este capítulo visa traçar um breve diagnóstico da realidade do desenvolvimento rural de Veranópolis no período de 2002 a 2019. Isso será feito utilizando-se exclusivamente dados secundários disponíveis em bancos de dados, tais como os Censos Agropecuários e Demográficos do IBGE, a Matriz de dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil e relatórios do Escritório Municipal da EMATER de Veranópolis, entre outras fontes. Tais informações são relevantes para se entender as dinâmicas locais do agrário, do agrícola e do rural vinculadas à agricultura familiar, visto esta ser a categoria social e econômica majoritária em Veranópolis.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO DE ESTUDO

São muitas as transformações que ocorreram no rural brasileiro nas últimas décadas. Entre elas destacam-se a redução da população, o aumento da área (em ha) dos estabelecimentos e o aumento do crédito para custeio e investimento. Dados do Censo Demográfico mostram que a população rural que compreendia 31 milhões de pessoas nos anos 2000 diminuiu para 29 milhões em 2010. E o Censo Agropecuário de 2017 apresenta redução de 2% no número de estabelecimentos agropecuários em relação a 2006, totalizando 103.848 estabelecimentos a menos (IBGE, 2000; 2010; 2017).

As mudanças nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas no Brasil passaram a ser melhor identificadas a partir da década de 1990, trazendo consigo um ambiente de condições mais favoráveis à emergência, legitimação e consolidação da agricultura familiar. Esse período também foi marcado pela expressão da ‘agricultura familiar’- que ganhou maior projeção na literatura e passou a ser reconhecida como categoria econômica e política - e pela afluência dos movimentos sociais do campo como atores nos processos de mudanças inerentes à agricultura familiar.

Naquela época era quase impensável que a agricultura familiar galgasse tamanha projeção nos anos seguintes e alcançasse sua legitimação no interior do Estado e da sociedade, mediante a conquista de direitos básicos como a previdência social, posicionando-se no centro de importantes políticas públicas (SCHNEIDER, 2009; NIERDELE *et al.*, 2014; SCHNEIDER; CASSOL; 2014). Essa legitimação por parte do Estado faz parte de uma concepção de

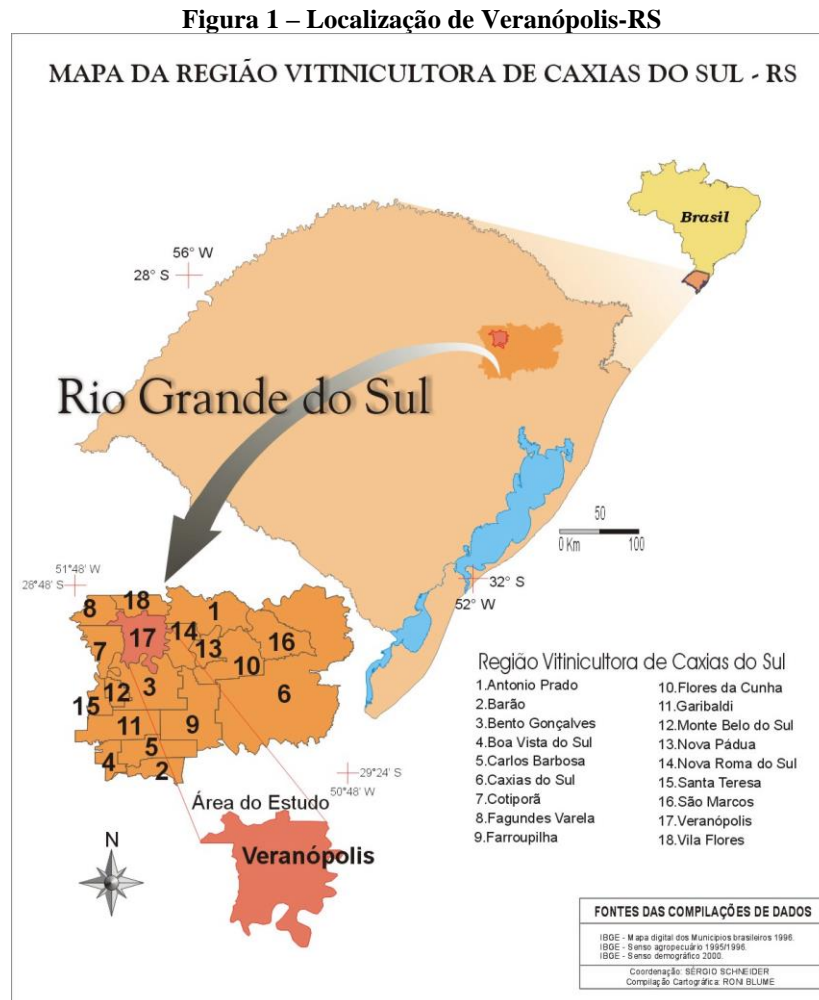
agricultor familiar, que é visto como um ator social da agricultura moderna e resultado da própria atuação do Estado (WANDERLEY, 2009).

Seguindo a tendência da realidade brasileira, diagnosticada pelos censos demográficos realizados pelo IBGE, o município de Veranópolis passou por uma fase de expansão da agricultura familiar entre os anos de 1990 e 2000. Esse processo foi marcado pela consolidação da mercantilização econômica e pelo aprofundamento da diferenciação social, viabilizados pela venda de força de trabalho que permitiu a abertura de novas possibilidades de mercados. Desde então sua economia está baseada, principalmente, no setor industrial de produção de calçados e produtos esportivos, além de expressiva produção agrícola familiar (PESQUISA *AFDLP* – CNPq/UFPel/UFRGS/2003).

Nesse período, os agricultores familiares permeavam entre três alternativas: a integração em agroindústrias; a agricultura de subsistência e o estímulo à pluriatividade dos membros da família via inserção em atividades não-agrícolas fora da propriedade e; o investimento na reconversão produtiva da propriedade, adaptando-a às novas atividades como o turismo rural, a exploração do basalto, o artesanato, a produção de produtos coloniais típicos (vinho, derivados de uva, queijos e embutidos de carne) (PESQUISA *AFDLP* – CNPq/UFPel/UFRGS/2003).

Ao longo do século XX Veranópolis implementou um processo de diversificação de sua economia, pois até então era um município quase totalmente rural e agrícola. De município com população majoritariamente rural, gradualmente tornou-se um município com população majoritariamente urbana e amplamente empregada em indústrias e no setor de serviços. Atualmente Veranópolis é considerado um dos melhores lugares para se viver, com população estimada de 26.813 pessoas em 2021 e expectativa de vida ao nascer (2010) de 75,3 anos (IBGE, 2018).

Fundado em 1898, o município de Veranópolis-RS está localizado na Microrregião de Caxias do Sul, situado na região denominada de Serra Geral do Planalto Meridional, mais especificamente na Encosta Superior da Serra do Nordeste do Rio Grande do Sul, conforme figura 1, ocupando uma área de 289,4 km².



Fonte: Schneider (2002).

A microrregião de Caxias do Sul passou por intenso processo de industrialização entre os anos de 1970 e 1980, com a instalação de indústrias do ramo metalúrgico e calçadista, o que proporcionou à população a combinação do desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas. Quanto à sua população, nos anos 2000 a região contava com 650.275 habitantes e, saltou para 839.795 em 2017, com aumento de aproximadamente 30% em duas décadas (IBGE, 2017).

Ocupando a 6ª posição no Estado, Veranópolis possui um Desenvolvimento Socioeconômico considerado alto (0,84), conforme o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE, 2015). A economia do município é baseada principalmente na indústria de transformação (69,43%), na produção e extração animal e vegetal (9,64%) e no comércio varejista (8,67%). Em 2016 o Produto Interno Bruto (PIB) registrou a marca de R\$ 1.157.120,00, o que representa 0,28% do PIB do Rio Grande do Sul (IDESE, 2015). De acordo com o IBGE, o PIB per capita (2016) foi de 46.498,89, tendo 71,5% de suas receitas oriundas de fontes externas (IBGE, 2016).

De acordo com os últimos censos demográficos realizados em 2000 e 2010, a população de Veranópolis cresceu cerca de 17%, aumentando também a sua população maior de 60 anos, que antes constituía 13% da população total e em 2010 passou a representar 16%. No contexto rural, a realidade exposta por Maia e Buainain - sobre a desaceleração do esvaziamento e o envelhecimento da população rural brasileira - se confirma em Veranópolis, com discreta variação na redução da população maior de 60 anos, que passou de 17% em 2000 para 16% em 2010.

Outra mudança importante a se destacar no cenário rural de Veranópolis é a redução da população masculina, que em 2006 representava 87% e baixou para 81% em 2017, e o aumento da população feminina, que passou de 13% em 2006 para 18% em 2017 (IBGE, 2006; 2017).

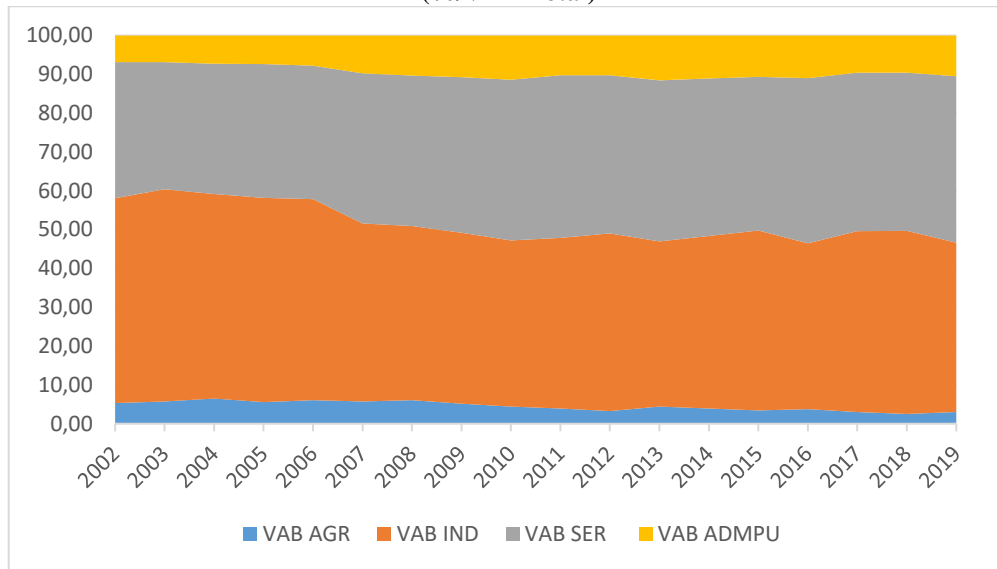
De acordo com o Relatório de Situação da EMATER, em 2012 a população rural representava cerca de 10% da população total do município e saltou para 14% em 2017, majoritariamente composta por homens e adultos. As principais dificuldades apontadas pelos jovens para que permanecessem no campo concentram-se no pequeno reconhecimento da atividade, acarretando o sentimento de inferioridade em relação aos jovens do meio urbano, a dependência econômica das famílias, dúvidas sobre a produção agrícola, como clima e preço do produto, e dificuldades no acesso à internet.

3.2 DESAGRARIZAÇÃO DA ECONOMIA DE VERANÓPOLIS

Antes de adentrar nas mudanças específicas em relação ao rural e à agricultura julgou-se importante apresentar a evolução econômica municipal, através do Valor Adicionado Bruto por setor de atividade econômica de Veranópolis. Pretende-se, com isso, dimensionar através das ferramentas e dados existentes, a desagrarização da própria economia municipal. O período considerado é aquele em que o IBGE possibilita análise mais detalhada por município, qual seja, 2002 a 2019. Os dados que constam no Gráfico abaixo estão em percentual em relação ao VAB Total a partir dos valores constantes disponíveis. Não houve atualização dos valores, tornando-os valores reais.

Das principais características da desagrarização das economias, a redução gradual e contínua da participação da agropecuária na economia está devidamente dimensionada para Veranópolis no período de 2002 a 2019. No limite, já no início do século XXI essa importância já se encontrava bastante relativizada (próximo de 5%), reduzindo para próximo de 3% em 2019.

Gráfico 1 – Valor Adicionado Bruto (VAB), por setor, no município de Veranópolis entre 2002 e 2019 (%/VAB Total)



Fonte: IBGE (2022).

O quadro 1 abaixo reforça o argumento de que a agropecuária tem contribuição residual na formação do PIB municipal. Cabe aqui observar que, conforme definição do IBGE através do Sistema de Contas Nacionais, o VAB é o valor monetário que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo obtido pela diferença entre o valor bruto de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. Neste sentido, cabe considerar que a agropecuária de Veranópolis tem perdido espaço ao longo do tempo, ganhando destaque o setor de serviços, movimento observado em relação ao Rio Grande do Sul e ao Brasil. No caso de Veranópolis, a desagrarização da economia local ocorreu mesmo após 2002, apesar do *boom* das *commodities* em termos de preços agrícolas.

Quadro 1 – Atividades com maior valor adicionado bruto em Veranópolis entre 2010 e 2019

Ano	Atividade com maior valor adicionado	Atividade com segundo maior valor adicionado	Atividade com terceiro maior valor adicionado
2010	Indústrias de transformação	Demais serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2011	Indústrias de transformação	Demais serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2012	Indústrias de transformação	Demais serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2013	Indústrias de transformação	Demais serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2014	Indústrias de transformação	Demais serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2015	Indústrias de transformação	Demais serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2016	Demais serviços	Indústrias de transformação	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2017	Indústrias de transformação	Demais serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2018	Indústrias de transformação	Demais serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2019	Demais serviços	Indústrias de transformação	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social

Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios, 2022.

Arelado ao que foi discutido anteriormente, a partir da Tabela 1, que apresenta a evolução da área plantada dos principais produtos cultivados em lavoura temporária nas últimas duas décadas, observa-se que houve um processo de redução das áreas de produção da maioria dos principais produtos cultivados. Com média de ocupação de terra anual de 1.663 hectares, os principais produtos cultivados em lavoura temporária em Veranópolis apresentam oscilações durante os vinte anos com tendência à redução, com exceção da batata doce. Cultivos como o da batata inglesa, cebola, feijão, mandioca e milho destacam-se pela expressiva queda no tamanho da área plantada, porém, ao considerar-se as proporções da expansão da soja na mesma tabela é possível deduzir que a redução de tais cultivos está atrelada diretamente a essa expansão.

Tabela 1 – Evolução da área plantada (em hectares) dos principais produtos da lavoura temporária em Veranópolis entre 2000 e 2020

Ano	Produto das lavouras temporárias									Total
	Batata-doce	Batata-inglesa	Cana-de-açúcar	Cebola	Feijão (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Tomate	
2000	20	29	40	20	53	22	1400	4	30	1618
2001	20	27	40	20	53	22	1400	4	30	1616
2002	20	22	25	15	53	20	1500	4	10	1669
2003	20	17	20	10	68	10	1100	4	25	1274
2004	30	12	35	7	78	20	1500	185	15	1882
2005	30	10	35	12	75	10	1500	230	15	1917
2006	30	10	35	12	75	10	1500	230	15	1917
2007	30	10	35	12	85	10	1500	230	15	1927
2008	30	10	35	12	85	10	1500	200	25	1907
2009	20	10	35	12	85	10	1500	200	25	1897
2010	30	10	35	12	80	10	1500	200	25	1902
2011	25	10	35	12	50	10	1500	100	25	1767
2012	25	7	23	9	24	9	1650	146	16	1909
2013	25	7	23	9	24	9	1600	150	16	1863
2014	25	7	23	9	24	9	960	150	18	1225
2015	25	7	23	9	24	9	960	150	18	1225
2016	25	7	23	9	24	9	870	180	18	1165
2017	15	7	15	7	9	9	900	180	15	1157
2018	20	7	23	9	24	9	900	350	10	1352
2019	20	3	23	9	24	9	900	800	10	1798
2020	20	3	23	5	24	9	900	950	12	1946

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2022.

Não foram apenas as *commodities* que ganharam espaço e seguiram a forte tendência de crescimento nas últimas duas décadas. Entre os elementos que demonstram a agrarização em Veranópolis convém destacar a ampliação das áreas de cultivo permanente e as espécies frutíferas. A Tabela 2 a seguir apresenta o comportamento das principais frutas ao longo dos últimos 20 anos, em termos de área cultivada em Veranópolis. Verifica-se o avanço na área plantada, principalmente de tangerina e uva, que despontam entre os principais produtos cultivados na região e com as maiores áreas plantadas.

Tabela 2 – Evolução da área plantada (em hectares) dos principais produtos da lavoura permanente em Veranópolis entre 2000 e 2020

Ano	Produto das lavouras permanentes												Total
	Banana (cacho)	Caqui	Erva-mate	Figo	Goiaba	Laranja	Limão	Maçã	Pêssego	Tangerina	Tungue	Uva	
2000	-	40	45	5	-	75	8	65	70	65	55	412	840
2001	-	40	45	5	-	75	8	55	70	300	55	412	1065
2002	5	40	45	5	2	75	8	55	70	350	55	412	1117
2003	5	40	45	5	2	77	8	58	47	350	55	500	1187
2004	5	40	45	5	5	80	8	58	47	350	35	550	1223
2005	5	40	45	5	5	80	8	58	47	350	35	550	1223
2006	5	40	45	5	5	80	8	58	47	350	35	550	1223
2007	5	40	45	5	5	80	8	70	47	350	35	550	1235
2008	5	40	45	5	5	80	8	76	47	350	35	610	1301
2009	5	40	5	5	5	80	8	76	35	350	20	610	1234
2010	5	40	5	5	5	80	8	98	47	350	20	550	1208
2011	5	40	5	5	5	80	8	80	47	350	20	550	1190
2012	5	40	25	3	5	80	8	89	38	350	10	569	1217
2013	5	40	25	3	5	50	8	89	38	350	10	569	1187
2014	5	40	25	3	5	50	8	89	38	350	10	569	1187
2015	5	40	25	3	5	50	8	89	38	350	10	569	1187
2016	5	40	25	3	5	65	8	89	35	335	8	569	1182
2017	5	25	15	3	3	70	6	71	19	335	8	560	1115
2018	10	33	20	6	3	80	4	89	35	335	5	628	1238
2019	10	30	20	6	3	60	4	72	27	335	5	640	1202
2020	10	30	10	6	3	80	1	72	27	335	3	640	1207

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2022.

Analisando-se a área plantada de alguns poucos produtos, especialmente da soja, tangerina e uva, observa-se onde a agricultura familiar de Veranópolis tem se ancorado para não ter a sua mão de obra engolida por outros setores, seja compondo os mercados de *commodities* ou abastecendo vinícolas e feiras espalhadas por várias regiões.

3.3 MUDANÇAS NO USO DA TERRA

Nos últimos 10 anos Veranópolis vivenciou a ascensão de um novo arranjo produtivo – a produção integrada de suínos e aves para grandes empresas como a Brasil Foods S.A. (BRF), uma das maiores companhias de alimentos do mundo. Além disso, cresceu o número de famílias que têm transformado parte de suas áreas de cultivo em estufas de hortaliças para a venda em supermercados e restaurantes da região, bem como o arrendamento de outras partes para a produção de soja. Para além disso, outras atividades continuam sólidas, como a bovinocultura leiteira e a produção de citros.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, Veranópolis possuía 753 estabelecimentos rurais que ocupavam uma área de 16.267 ha. Esses foram reduzidos para 729 em 2017, registrando-se um aumento na área ocupada, que passou para 17.315 ha. Mesmo diante do aumento da área ocupada em 2017, houve redução na utilização da terra.

Champagne (1979) e Guigou (1968) *apud* Brumer e Anjos (2008 p. 11) escrevem que a modernização agrícola entre agricultores franceses “[...] trouxe uma modificação nas formas de sucessão na agricultura familiar, tornando possível aos “jovens” imporem aos pais a redução do período de transição na substituição da chefia familiar”. Isso ocorreu especialmente devido a um cenário que lhes permitia o acesso a outras profissões, o financiamento bancário e o conhecimento de novas tecnologias de produção agrícola.

Quanto à produção agrícola, é possível identificar pouca variação no número de estabelecimentos e na área de lavouras permanentes nas três principais culturas das lavouras temporária e permanente (ver tabelas 3 e 4), de acordo com os Relatórios de Situação dos anos de 2012 e 2017 disponibilizados pela EMATER de Veranópolis.

Tabela 3 – Culturas das lavouras temporária e permanente, Veranópolis-RS, 2012

Cultura	Nº de estabelecimentos	Área (ha)	Produção anual (t)	Principais destinos
Lavoura Temporária				
Milho	576	1650	10.890	Silagem, grãos
Soja	9	146	424	Indústria
Lavoura Permanente				
Uva	240	560	9.695	Indústria, consumo in natura
Maçã	17	89	2.670	Indústria, consumo in natura
Citros	162	436	6.370	Indústria, consumo in natura

Fonte: Relatório de situação - EMATER/Veranópolis, (2012).

Tabela 4 – Culturas das lavouras temporária e permanente, Veranópolis-RS, 2017

Cultura	Nº de estabelecimentos	Área (ha)	Produção anual (t)	Autoconsumo (t)	Principais destinos
Lavoura Temporária					
Milho	300	960	6.904	1.200	Indústria
Soja	9	180	648	0	Indústria
Milho/Silagem	150	700	28.000	28.000	Alimentação Animal
Lavoura Permanente					
Uva	240	560	8.505,28	300	Indústria/In natura
Maçã	17	89	4.039,24	0	Indústria/In natura
Citros	148	436	5.668	0	Indústria/In natura

Fonte: Relatório de situação - EMATER/Veranópolis, 2017.

A partir de 2017 os relatórios disponibilizados pelo escritório municipal da EMATER passaram a apresentar a destinação da produção para o autoconsumo, fator importante para se compreender a agricultura familiar, que vem sendo mantido em Veranópolis há anos. Em estudo

que teve por objetivo apresentar a relevância do autoconsumo como forma de “[...] garantia das condições de reprodução material e cultural das famílias de agricultores” (GRISA, 2007, p. 15) em quatro municípios do Rio Grande do Sul, sendo Veranópolis um deles, o autoconsumo mostra-se como um instrumento eficaz para assegurar autonomia às unidades familiares.

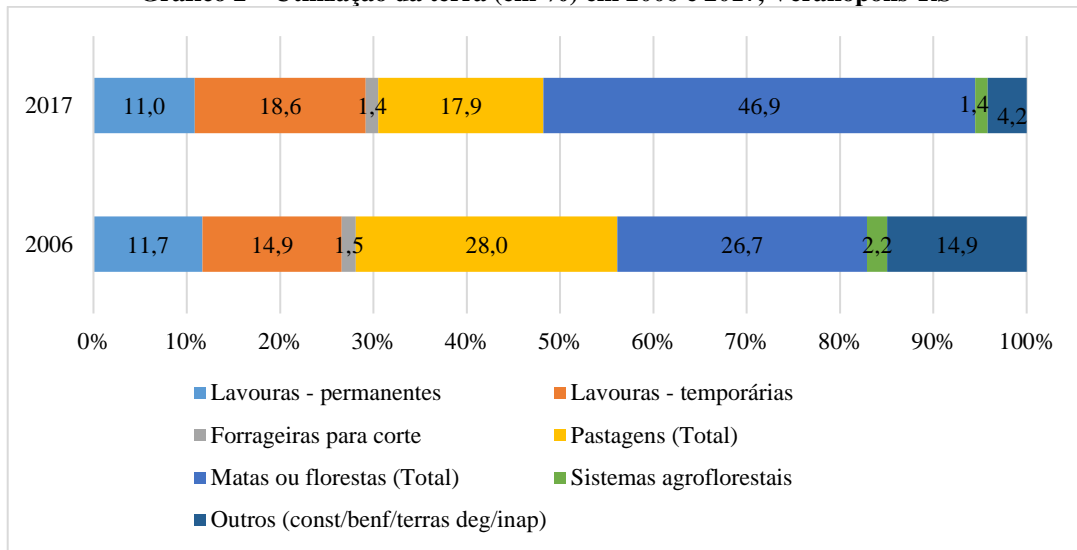
É indiscutível a importância do autoconsumo para as unidades familiares entre os quatro municípios estudados (GRISA, 2007). Em valores referentes a 2002, Veranópolis apresenta o melhor resultado da importância econômica do autoconsumo, que em valores médios absolutos representa R\$ 4.308,08. No entanto, devido à sua renda total ser elevada, o autoabastecimento perde importância econômica.

Na exploração agrícola familiar a família é aparelhada com meios de produção, empregando a sua força de trabalho no cultivo da terra e obtendo como resultado certa quantidade de bens, criando mercados de troca (CHAYANOV, 1981). É a partir da capitalização dos agricultores familiares que a produção de alimentos (como arroz, feijão e mandioca) alcança significado, mesmo que esses produtos não sejam todos destinados para o autoconsumo. Após um longo progresso técnico, atualmente essa produção é desenvolvida com alta tecnologia e de forma totalmente voltada para o mercado, sendo seu excedente destinado para o consumo familiar e ultrapassando a barreira do apenas alimentar, mas também a comercialização (GUANZIROLI; BUIANAIN; DI SABATO, 2012).

Diante disso, é possível verificar nas três maiores culturas de lavoura permanente de Veranópolis (ver Tabela 4) que a prática do autoconsumo é reduzida, provavelmente em decorrência do que já foi diagnosticado em 2003 por Grisa sobre a comercialização dos produtos realizada pelos fruteiros, atividade comum na região, que também é favorecida em função da área rural de Veranópolis se encontrar situada próxima de centros urbanos (GRISA, 2007). Ou seja, há a presença de fruticultores que escoam sua produção e de parceiros pelo país, além da redução no tamanho das famílias. Ploeg *et al.* (2009) ressaltam a importância da diversidade que proporciona ampla gama de respostas que podem ajudar a enfrentar futuros incertos.

As mudanças descritas no gráfico a seguir demonstram principalmente o que já foi discutido na subseção anterior, de como a redução das lavouras permanentes e pastagens em Veranópolis podem ser uma resposta para o aumento na produção de culturas de lavoura temporária, como os grãos (soja e milho principalmente), que têm ganhado espaço no Rio Grande do Sul, além da crescente adesão dos agricultores familiares à produção integrada de suínos e aves.

Gráfico 2 – Utilização da terra (em %) em 2006 e 2017, Veranópolis-RS



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 2006 e 2017.

Essas mudanças podem estar diretamente relacionadas ao aumento dos custos e ao achatamento do valor de produção, o que gera impactos diretos na renda agrícola. Em conformidade com Ploeg (2009b), esse processo pode ser definido como um fenômeno que acontece a partir de diferentes formas de pressão sobre a agricultura, esquemas regulatórios e pelo poder do agronegócio. Ou, ainda, definido como *squeeze*, que ocorre quando há cortes nos preços, representado pelo aumento dos custos de produção e a redução do valor pago pelos produtos agrícolas.

É possível, ainda, relacioná-lo ao processo de ‘desagrarização’ do meio rural, situação pela qual cada vez menos a principal fonte de renda das famílias vem da atividade agrícola, agravada pelo processo de envelhecimento, das aposentadorias e da visão do rural como local de moradia e não, necessariamente, como lugar de produção. De acordo com Kageyama, “[...] a ‘desagrarização’ do meio rural não deve significar a falência da produção familiar, mas seu fortalecimento por meio da diversificação das fontes de renda, da agregação de valor aos produtos, aproveitando nichos de mercado e a conversão do agricultor em ‘empresário rural’” (KAGEYAMA, 2004, p. 385).

3.4 CARACTERÍSTICAS DO PRODUTOR E A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE VERANÓPOLIS

Das transformações ocorridas em Veranópolis, a condição do produtor em relação à terra apresenta curiosa mudança ao comparar-se dados do Censo Agropecuário de 2006 com o de 2017. Primeiro vale destacar as alterações que ocorreram nas categorias. Em 2006 foi registrada a categoria ocupante (cuja propriedade pertence a terceiros, é ocupada e explorada não sendo pago nenhum valor pelo uso) e em 2017 essa categoria desapareceu e surgiu uma nova, denominada de comodato. No comodato a terra é cedida para a exploração e não incide nenhum custo para quem a explora.

Ainda que tenha ocorrido um aumento de 1062 hectares nas áreas dos estabelecimentos de Veranópolis entre 2006 e 2017, a condição de proprietários reduziu 7 % e aumentou a área dos produtores que trabalham em parceria, saltando de 1% para 3%, conforme evidencia a Tabela 5. Outra característica que merece destaque é a nova variável denominada de comodatário, que representa atualmente 8% do controle das terras e que não foi registrada no Censo de 2006 (IBGE, 2006; 2017).

Tabela 5 – Condição do produtor em relação à terra (em ha e porcentagem), Veranópolis-RS, 2006 e 2017

Ano/Condição do Produtor	2006		2017	
	Em ha	%	Em ha	%
Arrendatário	252	2%	371	2%
Comodatário	0	0%	1.362	8%
Ocupante	530	3%	0	0%
Parceiro	144	1%	566	3%
Proprietário	15.308	94%	14.997	87%
Total	16.234	100%	17.296	100%

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários 2006 e 2017.

Muitas hipóteses podem contribuir para se responder a essas transformações ocorridas. No entanto, baseando-se na visita a campo como parte da elaboração desta tese, a explicação mais provável para a realidade demonstrada pelos dados é que se trata da dificuldade de sucessão familiar na produção e, com isso, ocorreu a diminuição da área cujo produtor é proprietário e o aumento de todas as variáveis em que terceiros exploram a terra.

Acompanhando a série histórica do IBGE - que detalha o Produto Interno Bruto (PIB) de Veranópolis -, de 1999 a 2018 a agropecuária despontou como a última atividade econômica na geração de riqueza produzida no município e a indústria foi a atividade econômica de maior

impacto. Com participação média de 5,7%, o período de maior representação da agroindústria no PIB foi entre 2001 e 2009, seguido por 3,6% entre 2010 e 2018 e 3% entre 1999 e 2000. Os anos de 2017 e 2018 evidenciam o registro do menor índice, apenas 3% e 2,5% de riquezas produzidas, respectivamente (IBGE CIDADES, 2021).

Os principais produtos agroindustriais produzidos em Veranópolis, de acordo com os dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017, foram doces, geleias, pães, bolos, biscoitos e carnes (especialmente bovina e suína). Dos atuais 729 estabelecimentos agropecuários do município, 511 pertencem a famílias que residem no local e 218 pertencem a não residentes no local da produção. Ainda sobre essas 729 famílias, 645 têm por finalidade principal no estabelecimento a produção agropecuária e comercialização, sendo que 421 tem nas atividades desenvolvidas a sua principal fonte de renda (IBGE, 2017).

Ainda que não seja possível identificar fatores que contribuíram para explicar mudanças no cenário dos estabelecimentos agropecuários de Veranópolis, é preciso descrevê-los neste momento para buscar compreendê-los em momentos seguintes. Em 11 anos a pecuária de Veranópolis registrou a perda do efetivo de 440 mil animais (Tabela 6).

Tabela 6 – Número de estabelecimentos agropecuários com pecuária e Efetivos, por espécie da pecuária, Veranópolis, 2006 e 2017

Ano/Animais	2006		2017	
	Nº de estabelecimentos	Qnt. Cabeças	Nº de estabelecimentos	Qnt. Cabeças
Bovinos	548	9.043	446	9.020
Equinos	61	111	62	215
Caprinos	21	272	10	65
Ovinos	49	763	66	911
Suínos	377	10.570	286	9.375
Aves	462	1.367.000	373	927.882
TOTAL	-	1.387.759	-	947.468

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006 e 2017.

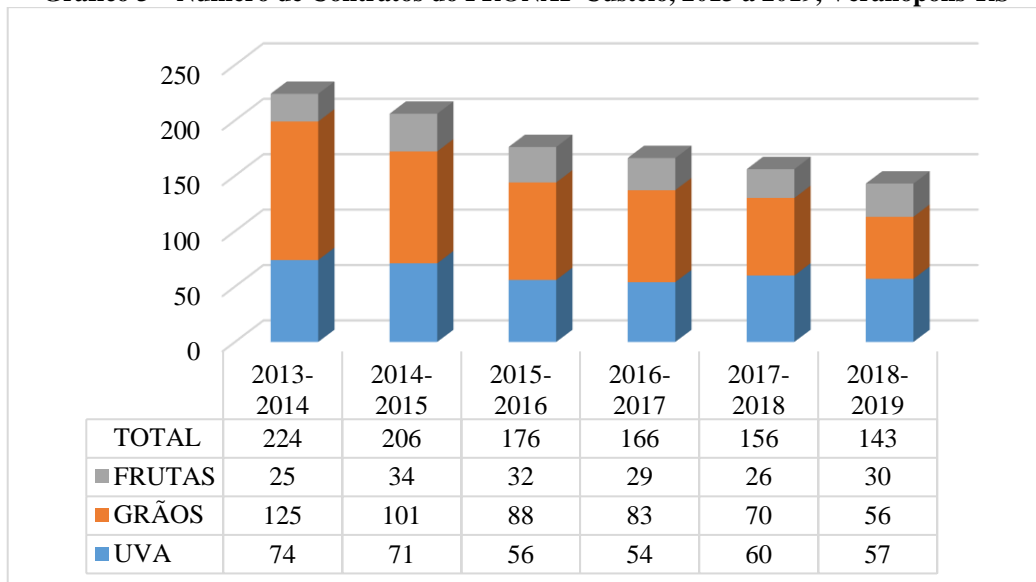
A resposta para este prévio diagnóstico pode ser encontrada na expansão do cultivo de soja e milho em todo o Rio Grande do Sul e no município, onde a substituição dos pastos por área de produção de grãos é uma situação presente, conforme informações do Relatório de Situação da EMATER de 2015.

3.5 CRÉDITO RURAL E OS PRINCIPAIS PRODUTOS FINANCIADOS

O PRONAF também foi responsável pelo fortalecimento da agricultura familiar em Veranópolis. Desde sua implementação, em 1996, o PRONAF objetiva fortalecer o desenvolvimento rural no Brasil buscando dirimir as lacunas que as políticas, até então implementadas pelo Estado, deixaram (AQUINO; SCNHEIDER, 2015).

Entre 2013 e 2019 foram operacionalizados em Veranópolis 1071 contratos do PRONAF Custeio, direcionados para a produção de uva, grãos e frutas. Dentre os três destinos do crédito, a soja registrou maior número de contratos. O registro do comportamento da operacionalização do crédito pode ser observado no Gráfico 3, que seguiu tendência de queda em todos os três produtos.

Gráfico 3 – Número de Contratos do PRONAF Custeio, 2013 a 2019, Veranópolis-RS

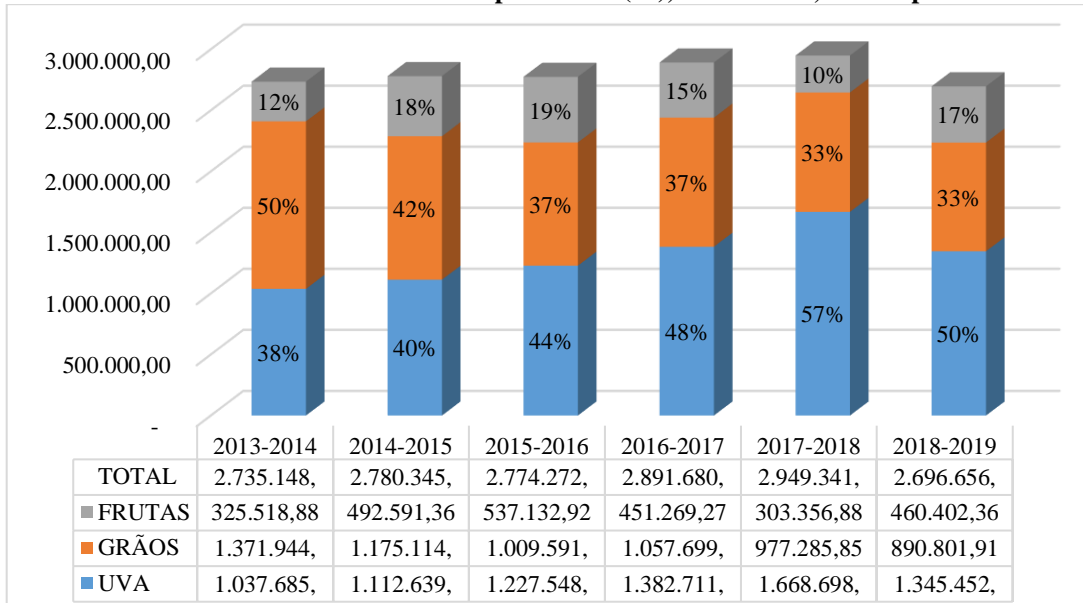


Fonte: Matriz de Dados do Crédito Rural (BC), 2022.

A tendência de queda segue também nos valores dos recursos obtidos nos financiamentos para a safra de grãos, entre 2013 e 2019, conforme o Gráfico 4 apresenta. Para a uva e as demais frutas, houve oscilação positiva entre os anos apresentados. A produção de grãos em Veranópolis é uma atividade recente, que de acordo com o apresentado no gráfico, demonstra ter ganhado força em 2013, sendo responsável por 50% do montante financiado naquele ano entre os três principais objetos de financiamento, mas que seguiu arrefecendo até 2019, onde registra apenas 33% do total. Embora o PRONAF concentre seus recursos principalmente para as culturas do agronegócio, como é o caso dos grãos, mas que também a

partir de 2015 o programa tem apresentado redução no número de contratos atendidos (FOSSÁ *et al.*, 2020).

Gráfico 4 – Valores dos contratos e percentual (%), 2013 a 2019, Veranópolis-RS



Fonte: Matriz de Dados do Crédito Rural (BC), 2022.

A partir de 2017, de acordo com dados fornecidos pelo escritório municipal da EMAER de Veranópolis, a configuração dos principais sistemas produtivos está assim constituída: a) milho/bovinos de leite (75%) + uva (20%) + subsistência (5%); b) citros (75%) + uva (20%) + subsistência (5%); c) bovinos de leite (60%) + citros (15%) + milho (20%) + subsistência (5%); d) bovinos de leite e milho (96%) + subsistência (4%); (e) uva (60%) + fruticultura (37) + subsistência (3%).

As duas últimas décadas foram marcadas por políticas que incentivaram a comercialização de produtos da agricultura familiar por meio de mercados institucionais, o que fortaleceu muitos agricultores familiares em todo Brasil. Porém, esse novo mercado não se mostrou atrativo para os agricultores de Veranópolis, visto que em 2012 e 2017 apenas quatro agricultores participaram das chamadas públicas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em 2012 a chamada pública continha 35% itens oriundos da agricultura familiar, sendo eles: leite, suco de uva, maçã, cebola, alface, brócolis e cenoura; e em 2017 tais itens passaram a representar 53% (EMATER, 2012 e 2017).

A renda familiar de Veranópolis em 2002 era altamente concentrada, composta basicamente por três fontes distintas: renda agrícola (54,5%), renda proveniente de transferências sociais (20,2%) e a renda de atividades não-agrícolas (21,1%), mostrando alta

concentração (PESQUISA *AFDLP* – CNPq/UFPel/UFRGS/2003). É válido destacar que a média anual da renda das famílias foi de aproximadamente R\$ 27.000,00 e que 54% tinham renda acima de R\$ 20.000,00.

Quando o agricultor familiar passa a ter soberania sobre sua produção, com o apoio de políticas públicas, ele é capaz de gerar uma renda total, incluindo a de autoconsumo, superior ao custo de oportunidade do trabalho, que tem no trabalho familiar autossuficiente o efeito de um equilíbrio conjuntural, dentro de uma dinâmica de produção determinada pela relação entre o crédito, preços de mercado e a renda obtida (BUAINAIM; ROMERO; GUANZIROLI, 2003; WILKINSON, 2008).

Em um contexto de mercantilização da agricultura familiar, a sua compreensão é vista a partir do “[...] papel que um mercado impessoal e externo assume em transformar todas as coisas em mercadorias” (CONTERATO *et al.*, 2011, p. 71). Além disso, a mercantilização da agricultura familiar se dá a partir do momento que o ainda camponês passa a estreitar sua relação com os mercados e inicia o processo de comercialização, basicamente de seus excedentes. Conterato (2004) aborda que “[...] este processo de mercantilização tem levado os agricultores familiares a estabelecerem relações sociais e econômicas que privilegiem a especialização produtiva, a concentração dos meios de produção e a individualização do processo produtivo” (CONTERATO, 2004, p. 11).

Como meio de compreender a dinâmica da agricultura familiar de Veranópolis, as famílias foram classificadas como monoativas (44%) e pluriativas (56%), para que assim fosse possível compreender suas diversas fontes de renda (SCHNEIDER *et al.*, 2009). As famílias monoativas são aquelas que têm como única atividade e fonte exclusiva de renda a agricultura. Já, as famílias pluriativas têm alguns de seus integrantes desenvolvendo atividades remuneradas fora da propriedade, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas.

Considerando a realidade de Veranópolis, a perspectiva abordada por Ploeg (2018) mostra que as diferenças existentes entre os produtores agrícolas se desenvolverão ao longo do tempo, através da formação de duas classes antagônicas: capitalistas agrários, que controlam fatias grandes e crescentes de terra, e trabalhadores proletarizados, que perderam as terras que anteriormente cultivavam.

Ploeg *et al.* (2009) compreendem que a abordagem dos estilos de agricultura mostra como os recursos agrícolas e as inter-relações construídas ativamente entre eles são moldados e remoldados em uma gama muito maior de padrões do que a especificidade ideal dos modelos

dominantes. Isso fortalece a necessidade de se compreender, na atualidade, o comportamento da agricultura familiar de Veranópolis diante de suas estratégias e trajetórias.

É importante destacar que a agricultura familiar brasileira, em todo o seu histórico de busca por espaço, enfrentou situações macroeconômicas antagônicas, definidas pela inconstância monetária, inflação elevada e favorecimento dos produtores patronais, havendo uma discriminação negativa das políticas agrícola, comercial e cambial desfavoráveis e a deficiência dos serviços públicos de apoio ao desenvolvimento rural.

Com base no que foi exposto é possível adentrar na compreensão dos caminhos seguidos pelos agricultores familiares de Veranópolis para entender “o meio do caminho”, ou seja, o que ocorreu com a agricultura familiar entre a pesquisa realizada em 2002 e o segundo momento, caracterizado pela realização desta tese, com dados de 2019. Já se pode adiantar que neste período ocorreu o aumento na produção de *commodities* e a redução de estabelecimentos e de alguns cultivos, guardando estreita relação com as famílias que passaram pelo processo de desagrarização. A seguir será apresentada metodologia de execução da pesquisa em 2002 e o processo de adaptação metodológica que permitiu a realização desta tese.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme já foi mencionado anteriormente, esta tese retoma a discussão realizada entre 2002 e 2004 pelo projeto de pesquisa “Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Local no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade (AFDLP)”, executado pelo Grupo de Estudos em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD), sediado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Dessa forma, o objetivo deste capítulo consiste em traçar o processo metodológico que permitiu o desenvolvimento desta tese. Inicialmente apresenta-se como ocorreu a pesquisa em 2002 para facilitar a delimitação de caminhos a serem seguidos na pesquisa de 2019, visto que houve redução do número de famílias pesquisadas e ajustes no questionário da pesquisa.

4.1 PRIMEIROS PASSOS: METODOLOGIA DE ESTUDO DO PROJETO AFDLP

O objetivo da pesquisa em 2002 foi estudar a dinâmica local de evolução da agricultura familiar, sua diferenciação na adoção das estratégias de reprodução social e o modo pelo qual os agricultores conseguiram sua inserção econômica e produtiva em sua região de origem, considerando as relações entre as unidades familiares e os aspectos econômico-sociais e evidenciando as transformações que estavam ocorrendo na região Sul do Brasil (PESQUISA AFDLP – CNPq/UFPeI/UFRGS/2003).

O momento em que a pesquisa foi realizada era marcado por um importante debate sobre a agricultura familiar, políticas públicas e o desenvolvimento local/territorial no Brasil. Em seu debate teórico a pesquisa tomava por base os referenciais que permitiam a realização de testes em campo nas metodologias e conceitos dos trabalhos conduzidos pela noção de estilos de agricultura, de J. D. van der Ploeg, e pela discussão sobre as estratégias de adaptação e resistência dos indivíduos frente aos contextos de mudança social, idealizados pelo economista Frank Ellis a partir de seus trabalhos na África (CNPq/UFPeI/UFRGS/2003).

A pesquisa ocorreu nos municípios de Salvador das Missões, no noroeste gaúcho, Três Palmeiras, na região conhecida como Médio-Alto Uruguai, Morro Redondo, na região sul e Veranópolis, na serra gaúcha. De acordo com relatórios internos do projeto, a seleção dos casos a serem comparados foi definida a partir do tamanho da população rural, determinada de forma aproximada pelo número de estabelecimentos agropecuários indicados no Censo Agropecuário de 1995/96, do IBGE. Também se levou em conta a existência de uma organização social

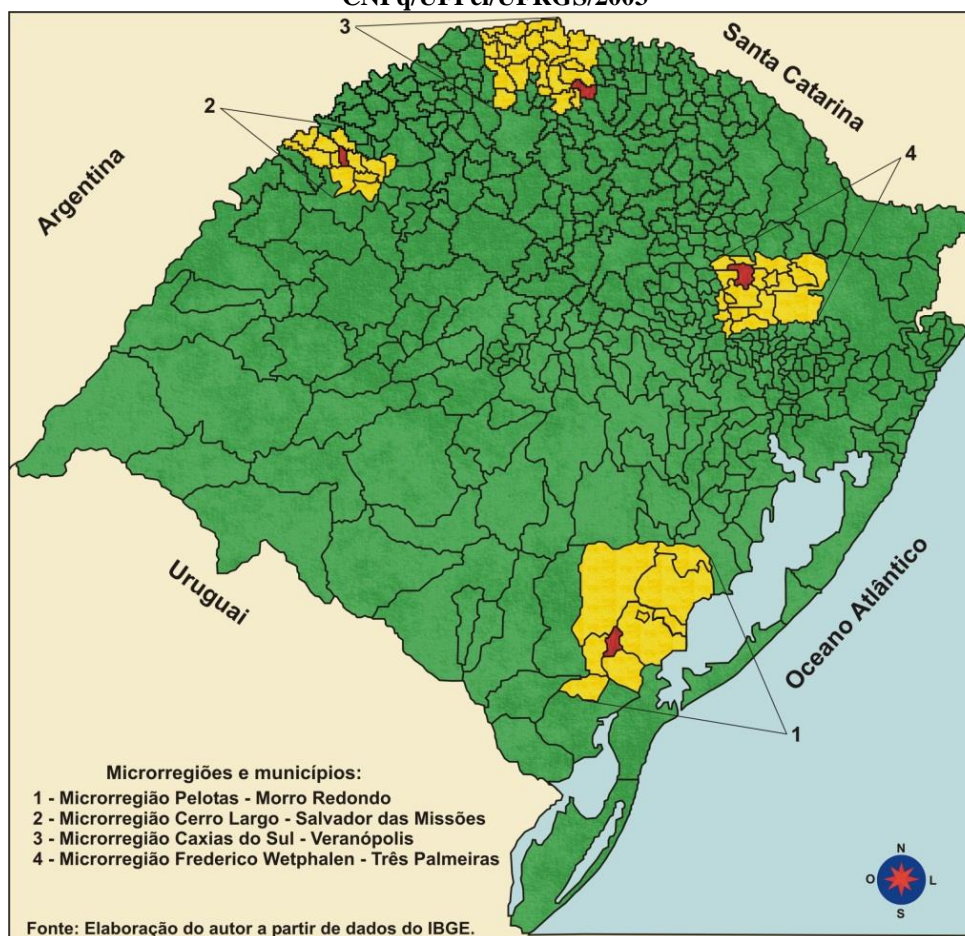
caracterizada por agricultura familiar e sua localização em regiões do estado do Rio Grande do Sul que denotassem processos histórico-sociais distintos em termos de colonização, ocupações das famílias (a economia local) e o modo como a modernização da agropecuária se desenrolou em cada espaço.

Foi possível observar no estudo que a realidade da época ainda seguia o fluxo das décadas passadas que vivenciaram um processo de alteração do perfil demográfico de transferência da população rural para os espaços urbanos dos municípios. Isso estava relacionado com as mudanças socioeconômicas na agricultura e no espaço rural. Entretanto, após visita exploratória realizada em 2018 foi possível apurar que em Veranópolis ocorre um processo de retorno daqueles que outrora buscaram oportunidades de trabalho fora do rural.

Entre os critérios para definir a escolha por Veranópolis-RS considerou-se a pesquisa exploratória, ocorrida em 2001. Nela foram apresentados alguns detalhamentos acerca do trabalho a ser realizado e nas averiguações obtidas *in loco* sugeriu-se a realização de um estudo de caso em algum município da microrregião Nordeste do Rio Grande do Sul, mais conhecida como Encosta da Serra. Pois, se buscava estudos que pudessem refletir a dinâmica do processo de desenvolvimento dessa região nas décadas recentes, com suas características demográficas, históricas, socioeconômicas, culturais e políticas.

Além do uso de um dossiê de dados secundários, a pesquisa utilizou como procedimento metodológico o estudo de caso com amostragem sistemática por comunidade/localidade, totalizando 238 entrevistas. Desse total, 59 entrevistas foram em Veranópolis, 59 em Salvador das Missões, 60 em Morro Redondo e 60 em Três Palmeiras.

Figura 2 – Localização das regiões e municípios de estudo da PESQUISA AFDLP – CNPq/UFPe/UFGRS/2003



Fonte: Relatório Final do projeto AFDLP (2003).

O formulário utilizado para a realização das entrevistas considerou como unidade de análise a unidade doméstica, com o objetivo de captar informações em relação ao que ocorre no âmbito da família rural e no ambiente social e econômico. Para isso, foi construído uma matriz com sete eixos fundamentais, conforme o Quadro 2:

Quadro 2 - Eixos norteadores do formulário do projeto de pesquisa AFDLP.

<p>1. A unidade doméstica – a família e seus componentes</p> <p>a) Idade, sexo, escolaridade;</p> <p>b) Propensão a migrar dos membros da família (questionário FEE).</p> <p>2. A estrutura fundiária (a terra), o capital e o trabalho disponível</p> <p>a) Forma de obtenção da terra – mecanismos de herança e transferência do patrimônio;</p> <p>b) Área disponível (SAU);</p> <p>c) Capital disponível: máquinas equipamentos, implementos, etc;</p> <p>d) Benfeitorias (apenas citar quais são);</p> <p>e) Arrendamento, parceria, etc;</p> <p>f) Trabalho dentro da propriedade e trabalho fora;</p> <p>g) Tipo de atividade exercida pelos membros;</p> <p>h) Contratação de trabalho temporário e/ou assalariado.</p> <p>3. A estrutura produtiva – o trabalho e o processo de produção</p> <p>a) Cálculo dos diferentes tipos de trabalhos dos membros da família. Ex: homens produção, mulheres serviços domésticos? Quem exerce a pluriatividade: jovens, homens ou mulheres?;</p> <p>b) Produção vegetal, animal (área ocupada X tipo de atividade, ex. lavoura temporário, permanente, etc);</p> <p>c) Horta e pomar;</p> <p>d) Cálculo do consumo de bens intermediários, etc – cálculo das despesas, financiamentos;</p> <p>e) Contratação de serviços: empreitadas, serviços de máquina, etc;</p> <p>f) Destino da produção: venda, autoconsumo, etc.</p> <p>4. O valor gerado – as rendas agrícolas e não-agrícolas</p> <p>a) VA, VBP, VLP, etc;</p> <p>b) Renda agrícola, renda não-agrícola e outras fontes;</p> <p>c) Transformação artesanal da produção agrícola – agregação de valor;</p>	<p>d) Forma de uso das rendas agrícolas, não-agrícolas e de aposentadorias: qual o destino das rendas? Elas são usadas na propriedade ou pelo grupo doméstico? Em que medida elas ajudam na reprodução social?;</p> <p>e) Investimentos (casa, carro, viagens, estudo dos filhos, etc);</p> <p>f) Poupança.</p> <p>5. O ambiente social e econômico local – as características do território e os mercados de produtos, insumos e de trabalho</p> <p>a) Acesso aos mercados de produtos e de trabalho. Motivações sobre a busca de trabalho não-agrícola;</p> <p>b) Formas de comercialização, formas de pagamento da produção vendida;</p> <p>c) Distâncias e transporte;</p> <p>d) Infraestrutura local;</p> <p>e) Atividades de lazer e diversão existentes para os jovens no local.</p> <p>6. Aspectos sociais e políticos que afetam a agricultura familiar e o desenvolvimento local – o capital social</p> <p>a) Participação política dos agricultores em associações e sociabilidade;</p> <p>b) Sindicalismo;</p> <p>c) Acesso ao crédito: Pronaf, Rs-Rural, prefeitura, etc;</p> <p>d) Acesso aos meios de comunicação;</p> <p>e) O papel do CMDR;</p> <p>f) Expectativas em relação à agricultura e sobre a futura ocupação dos filhos.</p> <p>7. As políticas públicas e o papel do Estado</p> <p>a) Acesso a assistência técnica;</p> <p>b) Pronaf;</p> <p>c) Previdência social;</p> <p>d) O papel do poder público municipal e políticas de corte local.</p>
--	--

Fonte: CNPq/UFPel/UFRGS/2003.

Com os eixos a serem investigados e os formulário definidos, o próximo passo foi a determinação da amostra a ser pesquisada. Descartada a possibilidade de um censo por questões orçamentárias e logísticas, ficou definido o uso de uma amostragem percentual e menor erro amostral. O universo a ser pesquisado ficou estabelecido entre 10% e 15% do total dos

estabelecimentos agropecuários de cada município, totalizando cerca de 60 formulários aplicados em cada município (PESQUISA *AFDLP* – CNPq/UFPel/UFRGS/2003).

Em Veranópolis o universo de pesquisa foi definido em 59 entrevistas realizadas em 29 comunidades rurais. A distribuição do número de entrevistas e de famílias pode ser visualizada na Tabela 7:

Tabela 7 – Comunidades rurais de Veranópolis: amostragem para a pesquisa, 2002 e 2019

Comunidades	Nº de estabelecimentos	Nº de entrevistas	
		2002	2019
Barros Cassal	6	1	
Dores	32	3	3
Glória	10	1	
Graças	11	1	1
Lajeado	41	4	4
Monte Bérico	45	5	3
Monte Claro	9	1	1
Navegantes	10	1	1
Paz	23	2	2
Pedancino	18	2	2
Pompeia	41	4	4
República	14	1	1
Rosário	7	1	
Sta Bárbara	21	2	3 ¹
Sto Antônio	8	1	
Sto Antônio da 2	10	1	
Sto Isidoro	13	1	1
São Pedro	7	1	
São Cristóvão da Ponte	6	1	
São Francisco	28	3	1
São Gotardo	15	2	2
São José da 3	5	1	1
São José da 9	32	3	
São José da I	21	2	2
São Roque	26	3	3
São Valentim	33	3	3
Sapopema	22	2	1
Saúde	21	2	1
Vila Azul	36	4	3
TOTAL	571	59	43

Fonte: Pesquisa *AFDLP* – CNPq/UFPel/UFRGS/2003 (2004) e Pesquisa de campo.

¹ Atualmente eles consideram a antiga Linha Barão do Triunfo como Santa Bárbara, por isso que foi contabilizado um número maior de entrevistados em 2019 em relação a 2002.

A relevância dessa pesquisa resultou, na época, na elaboração de diversos trabalhos, entre eles as dissertações de Gazolla (2004), Conterato (2004), Radomsky (2006), Grisa (2007), Niederle (2007) e a tese de Conterato (2008).

A partir de tamanha relevância da pesquisa e da possibilidade de se avançar em um estudo longitudinal com uma metodologia consolidada, esta tese se propôs a dar continuidade à pesquisa em 2019, tomando como unidade investigativa o município de Veranópolis.

4.2 DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS ATUAIS E OS ESTUDOS LONGITUDINAIS

Considerando que este estudo dá continuidade à pesquisa desenvolvida pelo Projeto de Pesquisa *AFDLP* – CNPq/UFPel/UFRGS/2003 em Veranópolis-RS, esta pesquisa foi executada dentro da abordagem que compreende a técnica quantitativa com o procedimento técnico do estudo de caso comparativo.

Sobre a abordagem quantitativa, Prodanov e Freitas (2013) esclarecem que é necessário o uso de recursos e técnicas de estatística, traduzir em números os conhecimentos gerados pelo pesquisador e considerar que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para analisá-las e analisá-las.

Definindo como unidade de análise cada família agricultora entrevistada, a pesquisa de campo é também de caráter quantitativo-descritivo. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 187), “[...] consistem em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave” e que trazem ainda a utilização de técnicas como entrevistas, questionários e formulários, e empregam procedimentos de amostragem. Desse modo, o estudo de caso é compreendido por Prodanov e Freitas (2013, p. 60) como:

[...] a técnica em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa. É um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade etc. São necessários alguns requisitos básicos para sua realização, entre os quais, severidade, objetividade, originalidade e coerência.

As categorias de análise a serem exploradas foram: demografia, produção, renda e trabalho, compostas por variáveis/indicadores. É importante destacar a criação de tipologias que foram sustentadas pelas variáveis/indicadores e pelas categorias de análise.

Com base na comparação entre os estudos realizado em 2002 e 2019 se faz necessária a utilização do método de pesquisa comparativa de caráter longitudinal, ponto chave deste trabalho. A partir da análise de dois pontos no tempo em que se investiga os mesmos agricultores familiares, foi possível analisar suas estratégias de reprodução social, considerando sua trajetória e as diferentes tipologias que permaneceram, surgiram ou desapareceram entre 2002 e 2019 e os principais elementos dos processos de diferenciação.

A importância desse modelo é baseada, principalmente, na referência que Ploeg (2017) faz aos dados de censos agropecuários. Ao comparar-se os dados atuais com os dados anteriores obtém-se uma impressão aproximada do desenvolvimento global do setor agrícola, o que revela dois momentos congelados no tempo e não se tem a informação sobre os movimentos que os interligam. É necessário haver um banco de dados em série temporal para que seja possível, através da análise longitudinal, conhecer a trajetória histórica das famílias. E nesse projeto será dado o primeiro passo para isso, como forma de compreender o passado, o presente e o futuro da agricultura familiar, com suas dinâmicas e transformações.

É preciso trazer para a agenda de pesquisa a necessidade dos estudos que busquem, minimamente, compreender as transformações da agricultura familiar brasileira ao longo do tempo e não apenas as suas características pontuais. Foram diversos os estudos que, segundo Niederle *et al.* (2014), estiveram centrados ao longo dos últimos 20 anos em compreender detalhadamente a heterogeneidade da agricultura familiar. Hoje o estudo dos pequenos municípios rurais volta à agenda, sendo crucial empreender-se novos estudos para compreender:

[...] as diferenças entre o êxodo dos agricultores para os grandes centros urbanos, que caracterizou o período da modernização conservadora, e as novas dinâmicas de migração para pequenos e médios municípios em busca de serviços e oportunidades, mas nem por isso rompendo definitivamente o vínculo com a agricultura e o meio rural (NIEDERLE *et al.*, 2014, p. 22).

Os estudos comparativos permitem explicar fenômenos, analisar o dado concreto, deduzir elementos constantes, abstratos ou gerais neles presentes. O estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos pode contribuir para se compreensão melhor o comportamento humano. Tal método realiza comparações com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências. É usado para realizar comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado. Do mesmo modo, pode ser aplicado para investigar sociedades que se encontram em iguais ou em diferentes estágios de desenvolvimento (MARCONI; LAKATOS, 2003; PRODANOV; FREITAS, 2013).

O principal objetivo da pesquisa de campo consiste em reunir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, para descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles, antecedida por pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão, relacionado aos principais trabalhos já desenvolvidos e que sejam pertinentes com o tema a ser estudado (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 186).

Dessa forma, a coletas de dados consistiu na observação direta e extensiva, seguindo roteiro pré-estabelecido, com o objetivo de compreender as mesmas questões realizadas em 2002 para que, assim, fosse possível alcançar os objetivos propostos. O instrumento base foi o formulário (Apêndice A) utilizado em 2002, mantendo sua estrutura, o que possibilitou a comparação com 2019.

A compreensão de Marconi e Lakatos (2003 p. 212) sobre formulário discorre sobre um instrumento de suma importância para a investigação social, cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado. Esta técnica tem como vantagens a obtenção de dados mais complexos e úteis e a uniformidade dos símbolos utilizados, pois o formulário é preenchido pelo próprio pesquisador, além de permitir esclarecimento verbal adicional para as questões de entendimento mais difícil (MARCONI; LAKATOS, 2003; PRODANOV; FREITAS, 2013). Como forma de compreender o formulário utilizado nas entrevistas é necessário apresentar o quadro de variáveis que será utilizado como eixo orientador da pesquisa.

Quadro 3 – Eixos orientadores da pesquisa 2019

<p>1. A unidade doméstica – a família e seus componentes</p> <p>a) Idade, sexo, escolaridade;</p> <p>b) Propensão a migrar dos membros da família (questionário FEE).</p> <p>2. A estrutura fundiária (a terra), o capital e o trabalho disponível</p> <p>a) Forma de obtenção da terra – mecanismos de herança e transferência do patrimônio;</p> <p>b) Área disponível (SAU);</p> <p>c) Capital disponível: máquinas equipamentos, implementos, etc;</p> <p>d) Benfeitorias (apenas citar quais são);</p> <p>e) Arrendamento, parceria, etc;</p> <p>f) Trabalho dentro da propriedade e trabalho fora;</p> <p>g) Tipo de atividade exercida pelos membros;</p> <p>h) Contratação de trabalho temporário e/ou assalariado.</p> <p>3. A estrutura produtiva – o trabalho e o processo de produção</p> <p>a) Cálculo dos diferentes tipos de trabalhos dos membros da família. Ex: homens produção, mulheres serviços domésticos? Quem exerce a pluriatividade: jovens, homens ou mulheres?</p> <p>b) Produção vegetal, animal (área ocupada X tipo de atividade, ex. lavoura temporário, permanente, etc);</p> <p>c) Horta e pomar;</p> <p>d) Cálculo do consumo de bens intermediários, etc – cálculo das despesas, financiamentos;</p> <p>e) Contratação de serviços: empreitadas, serviços de máquina, etc;</p> <p>f) Destino da produção: venda, autoconsumo, etc.</p> <p>4. O valor gerado – as rendas agrícolas e não-agrícolas</p> <p>a) VA, VBP, VLP, etc;</p> <p>b) Renda agrícola, renda não-agrícola e outras fontes;</p> <p>c) Transformação artesanal da produção agrícola – agregação de valor;</p>	<p>d) Forma de uso das rendas agrícolas, não-agrícolas e de aposentadorias: qual o destino das rendas? Elas são usadas na propriedade ou pelo grupo doméstico? Em que medida elas ajudam na reprodução social?;</p> <p>e) Investimentos (casa, carro, viagens, estudo dos filhos, etc);</p> <p>5. O ambiente social e econômico local – as características do território e os mercados de produtos, insumos e de trabalho</p> <p>a) Acesso aos mercados de produtos e de trabalho. Motivações sobre a busca de trabalho não-agrícola;</p> <p>b) Formas de comercialização, formas de pagamento da produção vendida;</p> <p>c) Distâncias e transporte;</p> <p>d) Infraestrutura local;</p> <p>e) Atividades de lazer e diversão existentes para os jovens no local.</p>
---	--

Fonte: PESQUISA AFDLP – CNPq/UFPel/UFRGS/2003.

A parte seguinte da pesquisa consistiu na tabulação e análise dos dados obtidos, com o objetivo de organizar os dados de forma que seja possível o fornecimento das respostas para o problema proposto (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 81). Os formulários foram transcritos para o banco de dados e as análises foram realizadas em ambiente SPSS® versão 19 em

português e Excel®, com aplicação dos testes estatísticos adequados ao alcance dos objetivos propostos.

Além das entrevistas, os dados secundários, sobretudo aqueles oriundos de fontes usuais de pesquisa, como informações estatísticas sobre demografia, produção e outras, disponibilizadas pelo IBGE (censos, pesquisa sobre produção municipal etc.) foram utilizados. Também foram integradas informações de outros órgãos oficiais como os de assistência técnica e institutos de planejamento e pesquisa, a exemplo da EMATER.

Diante das definições acima, para que se pudesse alcançar os dados, a coleta de dados ocorreu em agosto de 2019, tomando como referência o ano agrícola de 2018-2019, que compreendeu entre agosto de 2018 a julho de 2019. A coleta foi baseada no mesmo rigor metodológico que orientou os estudos de 2002, que abrangeu o universo de 59 famílias do município. Houve a busca por todas as 59 famílias, visitando presencialmente cada estabelecimento, no entanto, por motivos diversos, em 2019 foi possível realizar entrevistas apenas com 43 famílias. Entre os motivos pelos quais 16 famílias não foram entrevistadas citam-se: o falecimento do(a) chefe da família ou cônjuge, a venda da propriedade para ir morar na cidade e a descontinuidade da atividade rural pelos filhos. Apenas uma família entrevistada em 2002 recusou ser entrevistada novamente em 2019 por problemas de saúde.

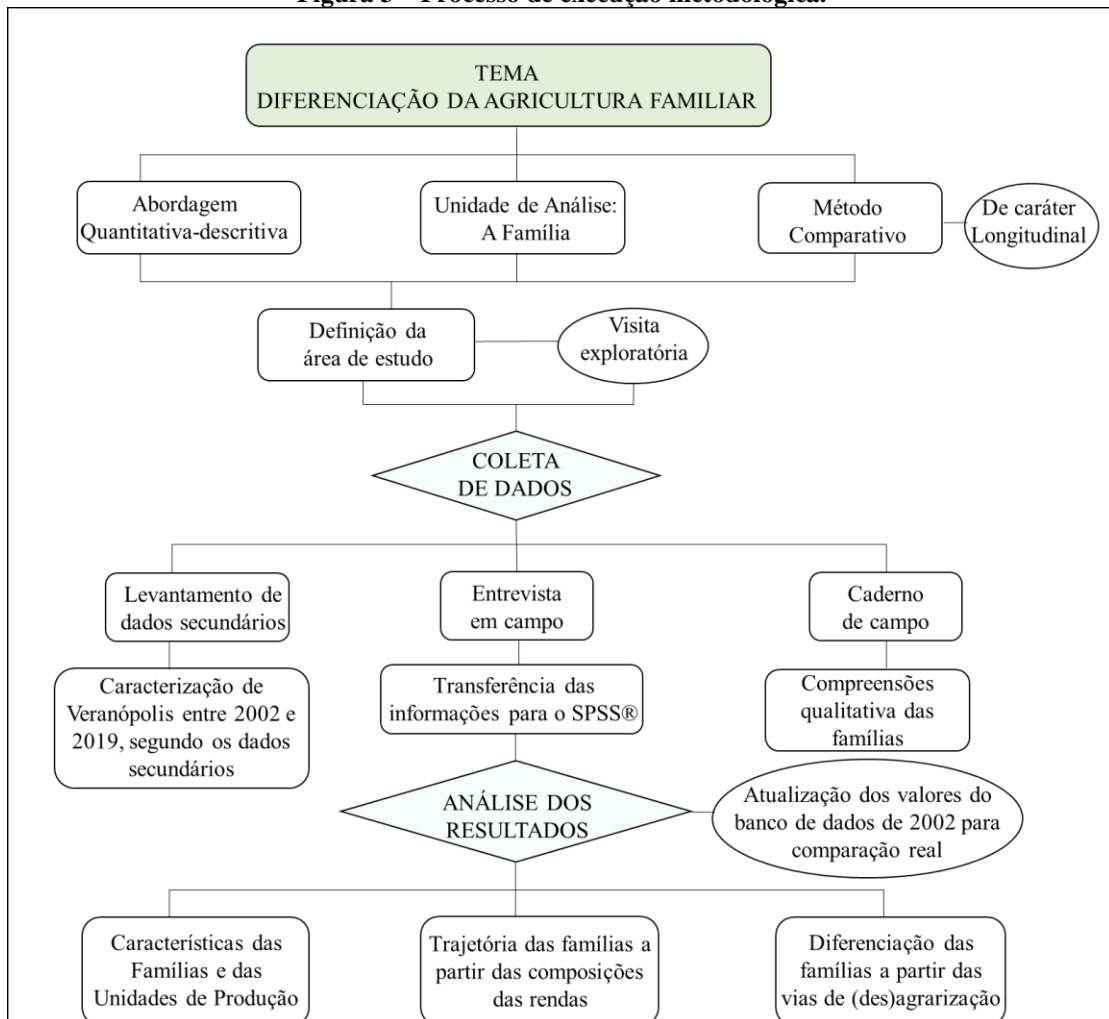
AS FAMÍLIAS NÃO ENTREVISTADAS

Êxodo rural, envelhecimento, dificuldades para a sucessão rural. Estes são os principais fatores pelos quais não foi possível entrevistar 16 famílias em Veranópolis/RS. A busca por cada uma das 59 famílias, visitando cada estabelecimento, resultou em 43 famílias que ainda permaneciam no campo, as demais já não residiam mais. Os estabelecimentos encontravam-se fechados e alguns com placa indicando estar à venda. Os vizinhos apenas noticiaram que aquela família ali já não morava, em algumas, os patriarcas tinham falecido, em outras a idade avançada e os problemas de saúde que atrelados a saída dos filhos para morar em cidades vizinhas, os obrigaram a abandonar a propriedade e acompanhar os filhos. Situação que foge do controle de uma pesquisa longitudinal, com mesmo público-alvo, o que impossibilitou uma possível substituição de entrevistados, porém, a tornou também um resultado de pesquisa.

Cabe destacar que antes da ida oficial a campo houve uma visita de caráter exploratório na qual foi possível conhecer o ambiente a ser pesquisado e conversar com atores públicos que acompanham os agricultores familiares do local estudado, para levantar informações sobre a situação das famílias a serem entrevistadas e apresentar o instrumento de coleta de dados.

A Figura 3 ilustra o processo de execução desta metodologia, desde sua delimitação conceitual-metodológica até a apresentação de seus resultados.

Figura 3 – Processo de execução metodológica.



Fonte: Elaborada pela autora.

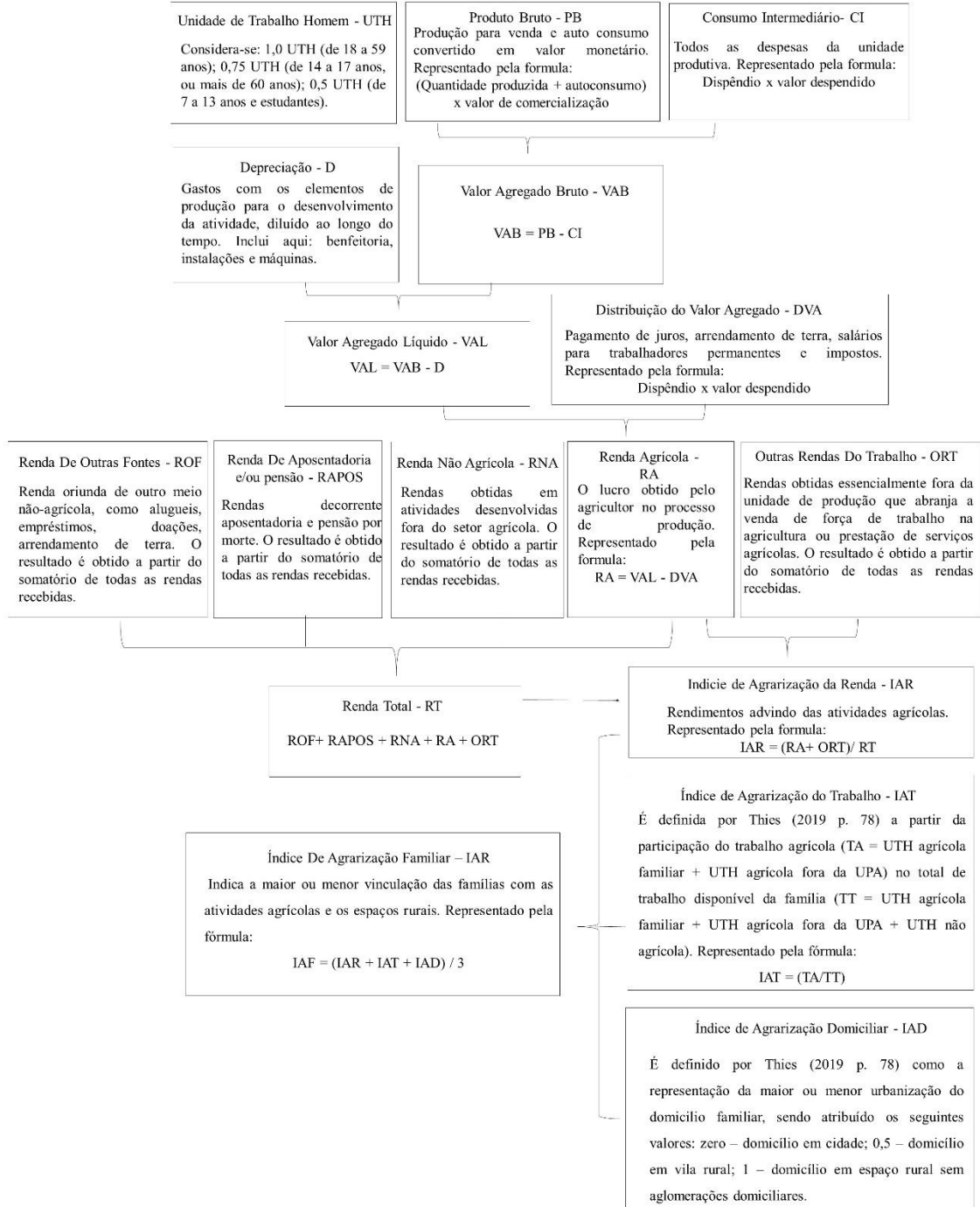
4.2.1 Definição das variáveis a serem analisadas

Inicialmente foram executadas as análises descritivas de frequência e de somatória no SPSS®, com vistas a introduzir os resultados aprofundando a compreensão das questões demográficas, de terra, da produção agrícola, do autoconsumo familiar, da criação animal e da transformação agroindustrial caseira, que são discutidas no início do Capítulo 5.

Além das análises descritas anteriormente, outras foram necessárias para o alcance de variáveis que respondessem aos objetivos. Essas variáveis foram guiadas a partir da fundamentação metodológica apresentada por Thies (2019), que também desenvolveu um estudo longitudinal de continuidade do Projeto AFDLP (2003), e que teve como local de investigação o município de Salvador das Missões-RS.

A figura 4 apresentada abaixo é baseada na metodologia descrita por Thies (2019) e pelo projeto AFDLP, que expõe os processos de execução matemática para cada variável que permitiu a comparação dos estudos realizados em 2002 e 2019.

Figura 4 – Descrição do percurso para a obtenção das variáveis.



Fonte: PESQUISA AFDLP – CNPq/UFPel/UFRGS/2003.

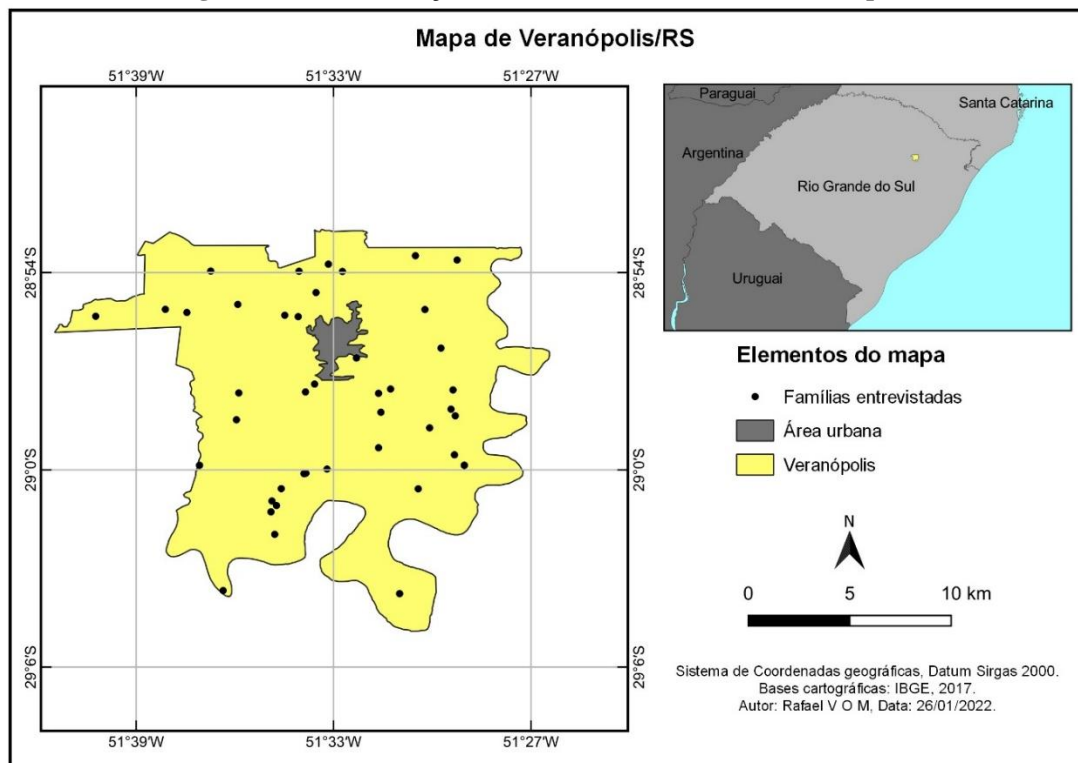
Para o desenvolvimento correto da metodologia comparativa foi necessário atualizar os valores monetários das categorias utilizadas no banco de dados de 2002 para que eles

possuíssem o mesmo valor correspondente em 2019. Assim, todos os valores presentes nesta tese estão atualizados de acordo com a seguinte metodologia: utilização do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) a partir de 06/1989, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e que está disponível no site do Banco Central do Brasil (BACEN). Os valores foram atualizados de agosto de 2002 para agosto de 2019, com o IGPM do período calculado de 3,22902610.

4.3 GEOLOCALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS EM VERANÓPOLIS EM 2019

Além das entrevistas realizadas, todas as 43 famílias entrevistadas foram georreferenciadas através do aplicativo *GPS Test* disponível para *smartphone android* na loja *Play Store*. Com as coordenadas geográficas foi possível construir o mapa de localização, utilizando-se o *software* QGIS Desktop 3.16.16. A localização das famílias entrevistadas está apresentada na Figura 5.

Figura 5 – Geolocalização das famílias entrevistadas, Veranópolis-RS, 2019.



Fonte: Machado (2022).

O georreferenciamento é uma ferramenta utilizada para identificar a localização exata de um determinado ponto dentro do território, que é representado a partir de um mapa

cartográfico. Aqui o objetivo principal do georreferenciamento foi observar a distribuição das famílias entrevistadas no território do município de Veranópolis. O georreferenciamento possibilita ainda em possível pesquisa futura identificar com maior facilidade as famílias entrevistadas.

Compreendido o caminho traçado na fundamentação metodológica descrita neste capítulo e como será possível transformar as informações coletadas em campo em resultados reais, o próximo capítulo traz alguns resultados da pesquisa de campo que contribuem para o alcance dos objetivos desta tese.

5 MUDANÇAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE VERANÓPOLIS

Após identificar, dimensionar e analisar elementos de mudanças na escala municipal, este capítulo traz as principais mudanças longitudinais observadas em Veranópolis entre os anos de 2002 e 2019. A primeira parte consta da apresentação da unidade familiar de produção a partir da composição da família, faixa etária, gênero, escolaridade e êxodo rural. Posteriormente, busca-se compreender as alterações das unidades de produção a partir das mudanças no uso da terra, principais cultivos, criação animal, beneficiamento de produtos e acesso a crédito. A partir dessas informações é possível traçar os primeiros passos das mudanças longitudinais da agricultura familiar, desde a unidade local até a representação de todo o conjunto da agricultura familiar de Veranópolis. Objetivamente buscar-se-á responder à seguinte pergunta: quais foram as principais mudanças, bem como suas causas, na agricultura familiar de Veranópolis, passados quase duas décadas?

5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO DE VERANÓPOLIS

São notáveis as transformações ocorridas no rural brasileiro nas últimas duas décadas. No início dos anos 2000 havia muitas famílias com todos os integrantes envolvidos na produção agrícola e em meados de 2010 o cenário já era outro, muitos jovens saíram para estudar ou trabalhar na cidade e para muitos deles o campo tornou-se apenas moradia ou local de férias.

Wanderley (2009) já apontava que as mudanças da sociedade moderna afetaram a composição da família no espaço rural, com maior facilidade no acesso às tecnologias e um conjunto complexo de bens materiais e culturais e as novas condições ao produtor a partir da mecanização nas pequenas propriedades. Além desses fatores, a saída dos jovens para fazer do ensino básico ao ensino superior e a pós-graduação na cidade gerou um esvaziamento do campo em Veranópolis. O cenário da pesquisa de campo revela que em 2002 as 43 famílias entrevistadas somavam 212 pessoas, passando para 163 em 2019, o que mostra uma redução de 23% do número de residentes. A média de residentes por família em 2002 se aproximava de 5 pessoas e em 2019 era menor que 4 pessoas, apontando uma variação negativa de 23%. O número de residentes por família pode ser observado na Tabela 8.

Tabela 8 – Número de residentes por família e taxa de variação, 2002 e 2019. Veranópolis-RS, 2019

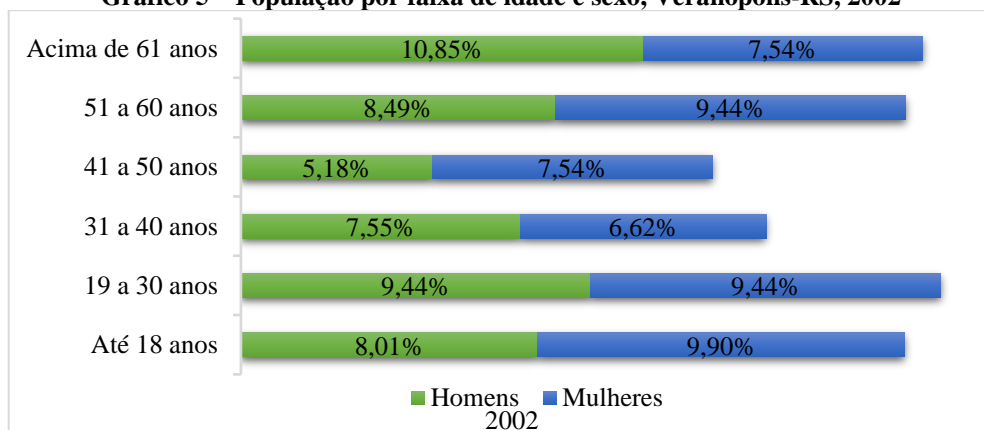
	2002	2019	Taxa de variação (em %)
Média	4,9	3,8	-23%
Mínimo	2,0	1,0	-50%
Máximo	12,0	8,0	-33%
Total	212,0	163,0	-23%

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

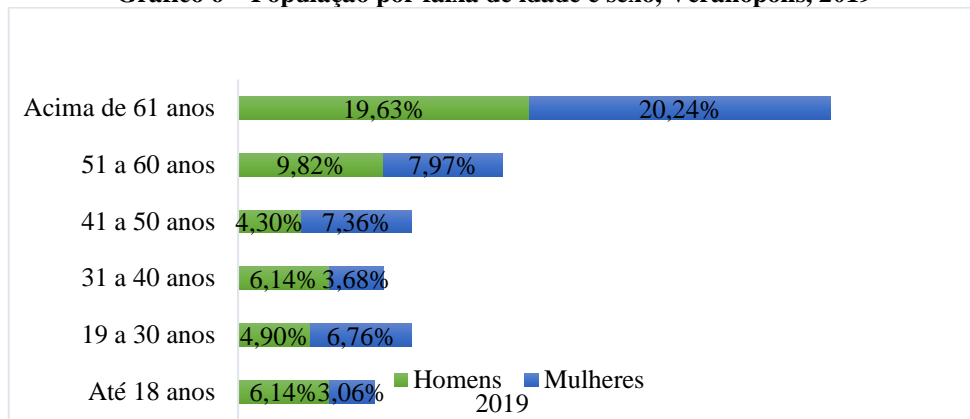
Esse cenário de queda no contingente de agricultores familiares também é reflexo da realidade brasileira, conforme mencionado nos resultados dos censos demográficos de 2006 e 2017. Comparando-se os censos demográficos de 2006 e 2017, houve redução de 1,5 milhão de pessoas ocupadas no campo. O número de estabelecimentos reduziu cerca de 9,5% e ocorreu perda de mão de obra, diferentemente da agricultura não familiar, que passou a empregar mais (IBGE, 2006, 2017).

Para além do processo de esvaziamento do campo, a sucessão rural também fica prejudicada, visto que é a população idosa que representa grande parcela dos que vivem no campo. Esse envelhecimento se confirma, principalmente, ao verificar-se que a média de idade da população pesquisada em 2002 era de 40 anos e em 2019 passou para 51 anos.

Por faixa de idade e sexo, os Gráficos 5 e 6 mostram, de maneira ainda mais concisa, o avanço do envelhecimento no intervalo de 17 anos entre os estudos realizados. Dentre todas as faixas etárias definidas, a da população com mais de 61 anos houve o aumento mais expressivo. O percentual de homens acima de 61 anos em 2002 era de 10,85% e de mulheres alcançava 7,54%, e em 2019 subiu para 19,63% e 20,24% respectivamente. Quatro dessas mulheres que chefiavam as famílias atualmente são viúvas.

Gráfico 5 – População por faixa de idade e sexo, Veranópolis-RS, 2002

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

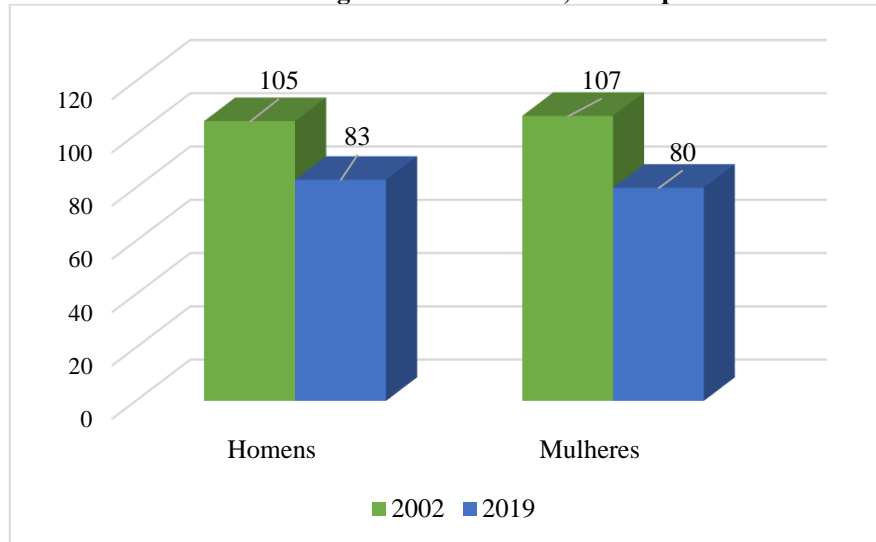
Gráfico 6 – População por faixa de idade e sexo, Veranópolis, 2019

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

Ainda que seja menos expressivo, também houve aumento de 8,49% em 2002 para 9,82% em 2019 na população masculina entre 51 e 60 anos. As mulheres com esta idade apresentaram uma sutil redução, passando de 9,44% em 2002 para 7,97% em 2019. A redução mais expressiva está na população com menos de 50 anos, pois na faixa dos 41 aos 50 anos havia 5,18% de homens e 7,54% de mulheres em 2002, somando 12,72% da população total, e em 2019 havia 4,30% de homens e 7,36% de mulheres, totalizando 11,72% da população, ou seja, 1% a menos que em 2002.

A redução da população masculina fica ainda mais expressiva entre os 19 e 30 anos, período marcado principalmente pela saída dos jovens do campo para estudar e trabalhar na cidade. Em 2002 entre a população masculina 9,44% tinham entre 19 e 30 anos e em 2019 este percentual baixou para 4,90%. A redução das mulheres no mesmo período é menos significativa, passando de 9,44% para 6,76%. O período de redução mais expressivo para as mulheres é até seus 18 anos, quando a redução chega a quase 7% entre 2002 e 2019.

Em 2002 o total de integrantes nas 43 famílias entrevistadas era de 212 pessoas, sendo 105 homens e 107 mulheres. Em 2019 houve uma redução de aproximadamente 23% no número de integrantes nas mesmas 43 famílias, passando para 163, dos quais 83 eram homens e 80 eram mulheres, evidenciando uma redução de 49 pessoas. Mesmo com pequena diferença, em 2019 o número de mulheres se sobressaía em relação ao de homens, conforme pode ser visualizado no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Gênero dos integrantes das famílias, Veranópolis - 2002 e 2019.

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

A redução no tamanho das famílias é identificada também nas mudanças da distribuição do número de integrantes, conforme apresentado na Tabela 9. Cresceu o número de famílias com até 2 membros, em 2002 essas famílias somavam apenas 4,7% do total e passaram para 25,6% em 2019, já com apenas um membro por família não havia sido registrado em 2002 e em 2019 houve um registro. Diferentemente disso, as famílias com 4 membros reduziram, passando de 8 famílias (18,6%) em 2002 para 6 famílias (14%) em 2019. Com 5 e 6 membros também houve pequena redução e permaneceu estável o número de famílias com 7 membros. Outra considerável redução mostra-se nas famílias com mais de 8 membros, baixando de 11,6% (5 famílias) para 2,3% (uma família) respectivamente.

Tabela 9 – Distribuição do número de integrantes das famílias pesquisadas, 2002 e 2019, Veranópolis-RS.

Nº total de integrantes	2002		2019	
	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%
1	0	0,0%	1	2,3%
2	2	4,7%	10	23,3%
3	10	23,3%	10	23,3%
4	8	18,6%	6	14,0%
5	12	27,9%	11	25,6%
6	5	11,6%	3	7,0%
7	1	2,3%	1	2,3%
8 ou mais	5	11,6%	1	2,3%
TOTAL	43	100%	43	100%

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

Das transformações que ocorreram no meio rural brasileiro a partir dos anos 2000 pode-se considerar que a educação foi uma das que mais se destacou. O índice de analfabetismo reduziu em todo País e o acesso a um grau de escolaridade superior à geração passada trouxe um novo mundo de possibilidades e oportunidades para os jovens do campo. A internet se propagou e o acesso que antes era basicamente até o ensino fundamental tornou-se acessível até as escolas técnicas e universidades.

Questionadas sobre a saída de algum membro da família entre 2002 e 2019, em 44% das famílias entrevistadas pelo menos um membro mudou-se para a cidade. A masculinização do campo, que se reflete na saída mais notável da mulher do campo, torna mais difícil a reprodução social das famílias no campo. Do total de 32 pessoas que saíram do rural entre 2002 e 2019, 19 são mulheres e 13 homens, dos quais apenas 3 homens retornaram para o rural. Além disso, 23% das famílias entrevistadas afirmaram que pelo menos um integrante da família expressava desejo de deixar o campo e ir morar na cidade.

Quanto à escolaridade dos membros das famílias entrevistadas, a pesquisa revela bons resultados no avanço da alfabetização. Na Tabela 10 verifica-se que o analfabetismo (5,05%) em 2002 tinha basicamente a mesma proporção que o acesso ao ensino superior completo ou não (5,56%), enquanto em 2019 o analfabetismo (1,26%) é quase 10 vezes menor que o encontrado entre aqueles com ensino superior completo ou não (11,32%). Também houve redução daqueles que possuíam até 4 anos de escola e de 5 a 8 anos. Em 2002 a pesquisa revelou que havia 37,37% e em 2019 baixou para 33,33% o total daqueles que só possuíam até 4 anos de escola e 37,37% em 2002 e 35,22% entre 5 e 8 anos.

Tabela 10 – Nível de escolaridade, Veranópolis-RS, 2002 e 2019

Escolaridade	2002		2019	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Analfabeto ou semianalfabeto	10	5,05	2	1,26
Até 4 anos de escola	74	37,37	53	33,33
De 5 a 8 anos de escola	74	37,37	56	35,22
Ensino médio, completo ou não	28	14,15	26	16,35
Ensino técnico	1	0,50	4	2,52
Ensino superior, completo ou não	11	5,56	18	11,32

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

Em números absolutos, aqueles que tinham o ensino médio completo ou não em 2002 eram mais em 2019, no entanto, em relação ao total de integrantes das famílias, em 2019 o

percentual era discretamente maior, sendo 14,15% em 2002 e 16,35% em 2019. O acesso ao ensino técnico e superior tem significativo crescimento. Em 2002 apenas 1 membro da família possuía ensino técnico, o que representava 0,50% do total das famílias entrevistadas. Já, em 2019 identificou-se que 4 membros possuíam tal nível de escolaridade, representando 2,52% do total. Quanto ao ensino superior, o acesso passou de 5,56% em 2002 para 11,32% em 2019. O avanço no acesso à educação pode ser o reflexo da melhoria nos sistemas produtivos que reflete também na melhor qualidade de vida no campo.

Considerando a difusão e o acesso à educação e às tecnologias como excelentes meios para a redução do êxodo rural, principalmente dos jovens, mesmo assim o êxodo rural esteve presente entre 2002 e 2019 em Veranópolis.

A pesquisa revelou que, entre 2002 e 2019, em 18 famílias (42% das famílias entrevistadas) algum membro saiu da zona rural e foi morar na cidade, totalizando 32 pessoas, e apenas 2 rapazes delas retornaram. Os resultados da migração por gênero e idade estão descritos na Tabela 11, que apresenta que a concentração do êxodo está entre 21 e 40 anos (65,63%) e que as mulheres são a maioria, somando 37,50%, enquanto os homens somam 28,13%. A saída de mulheres é majoritária em todas as faixas de idades, com 59,38%, com ressalva para a faixa de 41 e 60 anos, na qual apenas um homem saiu da zona rural e representou 3,12% do total.

Tabela 11 – Êxodo rural – sexo x idade, entre 2002 e 2019. Veranópolis-RS.

	Mulher	Homem	TOTAL
Até 20 anos	18,76%	6,25%	25,01%
21 a 40	37,50%	28,13%	65,63%
41 a 60	0,00%	3,12%	3,12%
Acima de 61 anos	3,12%	3,12%	6,24%
Total	59,38%	40,62%	100,00%

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

Quanto à escolaridade ao migrar, os dados estão apresentados na Tabela 12 abaixo. Entre aqueles que saíram entre 2002 e 2019 a escolaridade se concentrou, principalmente, entre o ensino médio completo ou não (74%) e ensino superior completo ou não (37,5%). Ainda assim, ao comparar-se com a Tabela 12, em números absolutos 18 permanecem e 12 saíram do rural.

Tabela 12 – Escolaridade ao migrar, entre 2002 e 2019. Veranópolis-RS

Escolaridade	Absoluto	Relativo (%)
Até 4 anos de escola	3	9,5
De 5 a 8 anos de escola	1	3,0
Ensino médio, completo ou não	15	47,0
Ensino técnico	1	3,0
Ensino superior, completo ou não	12	37,5

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

A saída para a cidade foi sempre motivada pela busca por melhor qualidade de vida, mesmo que o objetivo nem sempre seja alcançado, conforme ficou evidenciado durante a pesquisa de campo em 2019. Em uma das famílias entrevistadas que recebeu um membro que retornou o patriarca já não tinha mais condições físicas de cuidar da produção, então o filho que ainda permanecia no campo reestruturou toda a propriedade, aumentou a produção e trouxe novos cultivos e tecnologias, acarretando melhorias para a qualidade de vida da família. Foram as necessidades de mão de obra na propriedade da família e as dificuldades encontradas na cidade que despertaram no filho, que outrora havia se mudado para a cidade, o desejo de retornar e trabalhar na propriedade da família. Vale ressaltar que a renda agrícola dessa família em 2019 foi de aproximadamente R\$ 500.000,00.

5.2 MUDANÇAS NA DESTINAÇÃO E USO DA TERRA EM VERANÓPOLIS

Em contextos marcados por muitas mudanças, os agricultores familiares de Veranópolis encontram estratégias favoráveis à sua reprodução social nas mais distintas necessidades de sobrevivência e adaptação aos mercados, sejam elas na produção para o gasto (autoconsumo) ou para a venda. Conforme abordado anteriormente, em meio às novas configurações das famílias, elas têm a necessidade de se reinventar no uso da terra, com a inserção de novas culturas e abertura para o uso de inovações tecnológicas que passaram a fazer parte de sua realidade neste período de 2002 a 2019. Por outro lado, este período também se caracteriza por um processo de desagrarização no município, conforme identificado em capítulo anterior.

O primeiro aspecto a ser apresentado nesta seção trata das mudanças ocorridas no uso da terra, conforme foi explicitado na Tabela 13. Em 2002 as 43 famílias entrevistadas possuíam 1.054,78 hectares de terra, com área média de 24,53 hectares, área mínima de 0,20 hectares e máxima de 72 hectares por família. Em 2019 houve aumento de área e essas mesmas famílias passaram a ser proprietárias de 1.133,10 hectares, tendo a área mínima aumentado para 2

hectares, a máxima para 145 hectares e a média para 26,35 hectares. Essa pouca variação está relacionada ao aumento no arrendamento de terras.

Tabela 13 – Área das propriedades em hectare (ha), 2002 e 2019. Veranópolis-RS

Área (em ha)	2002				2019			
	Mínimo	Máximo	Média	Total	Mínimo	Máximo	Média	Total
Total	0,20	72,00	24,53	1.054,88	2,00	145,00	26,35	1.133,10
Própria	0,20	62,50	23,15	949,28	0,00	62,50	22,75	978,40
Em parceria de terceiros	0,00	48,00	11,32	56,60	1,00	7,00	4,00	8,00
Em parceria para terceiros	9,00	9,00	9,00	9,00	0,70	5,00	2,85	5,70
Arrendamento de terceiros	1,50	24,00	12,75	25,50	3,00	90,00	38,00	152,00
Arrendamento para terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	6,00	6,00	6,00	6,00
OUTRAS FORMAS de concessão, utilização e etc.	2,00	12,00	7,00	14,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

Em 2002 a área própria das famílias era de 942,28 hectares e em 2019 houve um discreto aumento para 978,40 hectares. A área em parceria de terceiros reduziu de 56,60 hectares em 2002 para 8 hectares em 2019. Outra mudança que merece destaque é o arrendamento de terceiros, pois neste caso específico uma única família arrendou 90 hectares de terra para a produção de soja, trigo e milho. Esta área passou recentemente a ser administrada pelo filho jovem e sua esposa que divide os horários de trabalho na roça e numa panificadora na cidade.

Mesmo com a redução do tamanho das famílias e a saída de muitos jovens, aqueles que ficaram no campo mantiveram suas terras e encontraram novas formas de trabalho. Vale destacar que houve crescimento no número de famílias que passaram a trabalhar com produção integrada de aves e suínos, destinando suas terras a pequenas produções de parreirais e citros para comércio, e horta e pomar para consumo familiar.

É correto afirmar que houve algum incremento de áreas destinadas ao cultivo da soja mediante a reorientação produtiva, o destocamento de áreas íngremes e, especialmente, a intensificação da produção (produzindo mais no mesmo espaço). O impacto financeiro do arrendamento de terras, especialmente para aumentar a área destinada à produção de soja, é observado na Tabela 14. Com o aumento de mais de 1.000% em relação a 2002, o montante pago pelo arrendamento em 2019 foi de R\$ 121.638,00, contra apenas R\$ 10.978,00 em 2002.

Desse montante, mais de R\$120.000,00 foi concentrado em apenas duas famílias que produzem grãos, tomate e citros.

Tabela 14 – Despesas e receitas geradas pelo arrendamento de terras (em reais R\$), 2002 e 2019, Veranópolis-RS

	2002		2019	
	Média	Total	Média	Total
Pago pelo arrendamento	R\$ 3.659,35	R\$ 10.978,00	R\$ 40.561,00	R\$ 121.683,00
Receita do arrendamento	R\$ 3.011,74	R\$ 3.011,74	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Receita na parceria	R\$ 15.498,48	R\$ 15.498,48	R\$ 4.464,50	R\$ 8.929,00

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

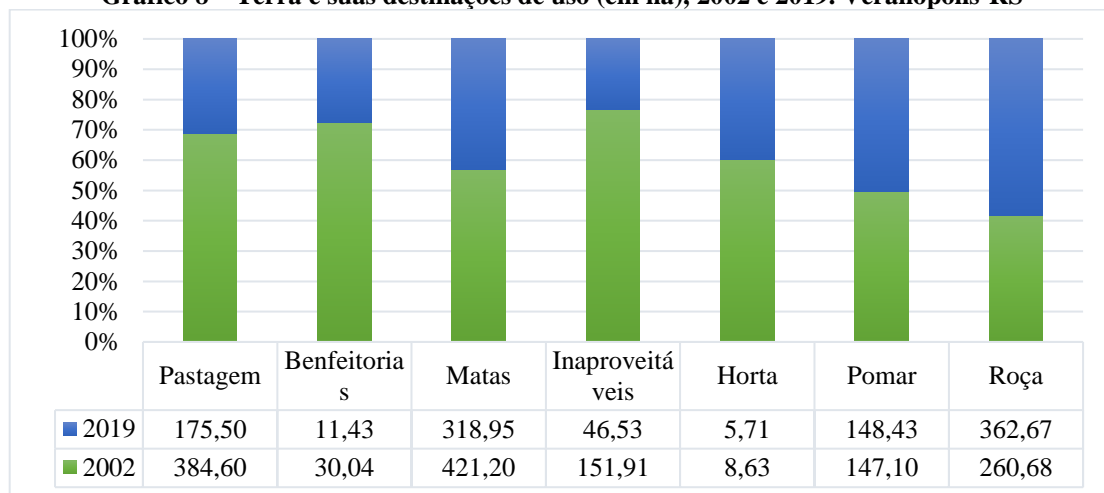
O aumento no tamanho da área própria, exposto na Tabela 15, foi registrado em 16,3% das famílias entrevistadas em 2019. Em 20,9% delas houve redução no tamanho da área – principalmente naquelas em que o cônjuge faleceu e a viúva optou por vender a área produtiva e ficar apenas com a área da casa. E em 62,8% das famílias não ocorreu nenhuma alteração no tamanho da área nos últimos 17 anos.

Tabela 15 – Alterações no tamanho da propriedade em 2019 em relação a 2002. Veranópolis-RS

	Nº de famílias	%
Aumentou	7	16,3
Diminuiu	9	20,9
Não houve mudança	27	62,8

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

Quanto à destinação do uso da terra, o Gráfico 8, apresentado abaixo, mostra que a área destinada à pastagem reduziu de modo substancial de 384,60 hectares em 2002 para 175,50 hectares em 2019. Isso remete a uma estreita relação entre aumento de área destinada ao cultivo de grãos (soja e milho) e a diminuição de área destinada à pastagem, o que nos leva a considerar a concentração de terra e renda. De acordo com os resultados apresentados anteriormente, a produção de grãos tem se difundido em Veranópolis e vai tomando o espaço de outros cultivos, principalmente pela sua necessidade de grandes áreas. E isto pode ter sido um fator crucial para a diminuição das pastagens, visto que, os demais usos como horta e pomar, que tendem a ocupar áreas menores, tiveram pouca variação entre os dois anos estudados.

Gráfico 8 – Terra e suas destinações de uso (em ha), 2002 e 2019. Veranópolis-RS

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

De modo geral, Veranópolis apresentou consideráveis transformações no tocante à terra, demonstrando que está acontecendo um reordenamento produtivo, com um gradual deslocamento da produção diversificada para autoconsumo, pomar e leite para a produção de grãos (especialmente soja, milho e feijão), no mesmo instante ocorre a redução no tamanho das áreas. Um dado que chama atenção é a última coluna do Gráfico 8, ela apresenta que em 2002 a lavoura ocupou uma área de 260,68 ha e em 2019 essa área aumentou para 362,67 ha, isso mostra que houve incremento de um terço da área plantada em roça. Esse incremento é originado da redução da área de mata (redução de 421,20 ha em 2002 para 318,95 ha em 2019) e da redução de área de pastagem (de 384,60 ha em 2002 para 175,50 ha em 2019), somando também a redução de áreas inaproveitáveis (de 151,91 ha em 2002 para 46,53 ha em 2019).

As mudanças basearam-se também em outros fatores como:

- diminuição das famílias por morte e necessidade de venda de parte das terras pela descontinuidade das gerações seguintes na atividade agrícola;
- a substituição das áreas produtivas pela atividade de criação integrada de aves e suínos, aqui vale destacar que ocorre principalmente em famílias com mão de obra mais velha;
- a produção de grãos em maior escala, tomates e citros, estes últimos administrados por mão de obra jovem.

5.3 DISTRIBUIÇÃO DA TERRA E PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM VERANÓPOLIS

A Tabela 16, apresentada abaixo, mostra que a variação na distribuição da terra em Veranópolis no período pesquisado teve expressividade positiva na área destinada à roça, que aumentou de 260,68 ha para 362,67 ha (variação de 39%), e de modo negativo a horta, com a redução de 34%, passando de 8,63 ha para 5,71 ha. A área destinada ao pomar mostra uma pequena variação, passando de 2,49 ha em 2002 para 3,45 ha em 2019.

Tabela 16 – Distribuição da terra (em ha) conforme os tipos de cultivo, Veranópolis-RS 2002 e 2019

	2002			2019		
	Roça	Pomar	Horta	Roça	Pomar	Horta
Área Média	4,42	2,49	0,15	8,43	3,45	0,13
Área Total	260,68	147,1	8,63	362,67	148,43	5,71

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

O consumo familiar dos produtos oriundos da horta e do pomar não é o excedente, pois este é comercializado. A redução de ambos os cultivos está relacionada diretamente com a redução do tamanho das famílias. No entanto, outros fatores também precisam ser considerados, como outrora já discutido por Grisa (2007) sobre o autoconsumo em Veranópolis. Ela considera que essa redução é ligada a outros fatores, como a facilidade de acesso aos mercados, maior disponibilidade de alimentos nos mercados e a mudança nos hábitos alimentares das famílias. Em 2019 acrescenta-se a esses fatores a redução da mão de obra e o envelhecimento das famílias.

No Quadro 4 é possível visualizar, por ordem de significância, os principais alimentos produzidos pelas famílias para o autoconsumo nos cultivos de horta, pomar e lavoura. A variedade desses alimentos manteve o padrão de consumo com poucas alterações nos dois anos pesquisados. Dos cinco principais alimentos da horta, a cenoura e a cebola deixaram de figurar entre os mais produzidos, cedendo espaço para a salsa e a beterraba; no pomar a única variação é que o pêssigo passou a ser mais produzido que o figo. A produção de alimentos da lavoura praticamente não alterou entre 2002 e 2019.

Quadro 4 – Principais alimentos produzidos pelas famílias entrevistadas em 2002 e 2019, Veranópolis-RS

Horta		Pomar		Lavoura	
2002	2019	2002	2019	2002	2019
Radite	Radite	Laranja	Laranja	Feijão	Feijão
Alface	Alface	Bergamota	Bergamota	Batata doce	Batata doce
Cenoura	Salsa	Limão	Limão	Mandioca	Mandioca
Repolho	Repolho	Uva	Uva	Batata inglesa	Batata inglesa
Cebola	Beterraba	Figo	Pêssego	Cana-de-açúcar	Cana-de-açúcar

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

Cabe destacar as mudanças que ocorreram de 2002 a 2019 no cultivo de uva, bergamota e laranja, mostrando que além do consumo familiar estes são cultivos de extrema importância para a comercialização e a economia de Veranópolis. A uva reduziu 26% em relação ao número de estabelecimentos que produziam, enquanto a bergamota e a laranja aumentaram em 34% e 71%, respectivamente. Segundo os entrevistados, o principal motivo desse crescimento no cultivo de bergamota e laranja foi seu valor de comercialização no mercado, enquanto o valor da uva sofreu desvalorização nos últimos anos, causando prejuízo aos produtores.

Um segmento importante para o autoconsumo e a comercialização é a criação de animais, que reduziu tanto em número de famílias criadoras quanto em média de animais por família. A Tabela 17 descreve as mudanças ocorridas entre os anos estudados e evidencia que a redução do número de famílias criadoras foi de 56%, com maior impacto na criação de terneiros, que passou de 45 famílias em 2002 para 18 em 2019.

Tabela 17 – Famílias criadoras de bovinos, 2002 e 2019. Veranópolis -RS

Categoria do rebanho	Número de famílias criadoras			Número médio de animais por família		
	2002	2019	Variação	2002	2019	Variação
Touro	26	11	-58%	0,54	0,26	-52%
Vaca	56	23	-59%	7,56	6,49	-14%
Novilha	48	20	-58%	3,75	3,58	-4%
Terneiro	45	18	-60%	4,51	2,77	-39%
Boi	9	9	0%	0,29	0,49	69%
TOTAL	184	81	-56%	17,04	13,73	-19%

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

Também ocorreram mudanças na criação de aves e suínos, conforme explicita a Tabela 18, abaixo. As três principais categorias analisadas, frango de corte, galinha caipira e suínos sofreram redução. Os frangos de corte tiveram redução de 57% e os suínos foram reduzidos em 49%. Mesmo com essa significativa redução, constatou-se que o número médio de frangos de corte por família cresceu 69% de 2002 a 2019. Isso é o reflexo da expansão da criação integrada

de aves e suínos, que ganhou espaço em Veranópolis em volume de produção, sendo a nova principal fonte de renda de algumas famílias, que trocaram o cultivo agrícola pela criação integrada de animais. Esse fenômeno, do aumento da criação integrada, vem acompanhado de sua especialização e verticalização, com produção em grande escala para alcançar os mercados que requerem uma produção assim.

Tabela 18 – Famílias criadoras de aves e suínos 2002 e 2019. Veranópolis-RS

Categoria	Número de famílias criadoras			Número médio de animais por família		
	2002	2019	Variação	2002	2019	Variação
Frango de corte	14	6	-57%	5707,58	9630,19	69%
Galinha caipira	52	37	-29%	33,49	28,14	-16%
Suíno	51	26	-49%	52,14	184,09	-26%

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

5.4 PRODUÇÃO PARA O GASTO: O QUE MUDOU NO AUTOCONSUMO DE VERANÓPOLIS?

Um fator importante para a alimentação das famílias em Veranópolis é o consumo de animais criados por elas. Além da carne, também potencializam a transformação caseira e produzem os derivados como: leite, ovos, queijo e salame.

As maiores reduções registradas foram no consumo de frango de corte (84%), seguido pelo consumo de vaca (74%) e suínos (70%). A Tabela 19 apresenta os dados, que podem estar relacionados com a diminuição significativa do tamanho das famílias e o seu envelhecimento, que traz consigo a chegada da aposentadoria, que contribui para o aumento do poder de compra das famílias.

Tabela 19 – Consumo médio animal (em número de animais) e taxa de variação, 2002 e 2019. Veranópolis/RS

CONSUMO ANIMAL	Consumo total		Taxa de Variação (entre 2002 e 2018)
	2002	2019	
Frango de corte	637	102	-84%
Galinha Caipira	2143	737	-66%
Suíno	149	44	-70%
Novilha	5	16	220%
Vaca	46	12	-74%
Terneiro	12	4	-67%

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

Como houve redução na média de animais criados e no consumo animal por família, a produção de seus derivados também foi menor em 2019, conforme mostra a Tabela 20. O número de famílias produtoras de leite obteve maior redução (62%) ao ser comparado com 2002, tendo a produção de litros de leite reduzido cerca de 17%. Mesmo com a redução do número médio de animais e de famílias criadoras, a queda na produção de litros não foi proporcional. Diferentemente disso, a produção de ovos reduziu 73%, desproporcionalmente em relação à queda na média de animais criados (redução de 16% conforme apresentado na Tabela 19 anteriormente), também registrando redução de 37% na quantidade de famílias produtoras em comparação com 2002.

Tabela 20 – Produção de leite e ovos, 2002 e 2019. Veranópolis-RS

	2002	2019	Taxa de variação do valor absoluto
	Valor absoluto	Valor absoluto	
LEITE			
Quantidade famílias produtoras	53	20	-62%
Produção (litros/ano)	1.100.832	917.955	-17%
OVOS			
Quantidade famílias produtoras	52	33	-37%
Produção (dúzias/ano)	29.532	8.052	-73%

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

A transformação caseira é um processo importante na geração de renda para as famílias por meio da agregação de valor na comercialização de produtos, como também no autoconsumo e na segurança alimentar e nutricional, dispensando a compra desses alimentos em outros mercados. Nos dois anos pesquisados a transformação caseira esteve presente, no entanto, mesmo considerando a redução no tamanho das famílias, a diminuição do número de famílias produtoras e a quantidade (em kg) produzida é preocupante e instiga a buscar os motivos pelos quais as famílias reduziram o seu poder de transformação, apesar de terem acesso a novas tecnologias e conhecimentos.

A Tabela 21 abaixo descreve os principais produtos produzidos pelas famílias entrevistadas em Veranópolis e a diferença entre os dois anos pesquisados é de 58.092kg produzidos a menos em 2019 em relação a 2002, uma redução de cerca de 61%. O envolvimento familiar na atividade também apresentou uma considerável redução de 60%.

Tabela 21 – Transformação agroindustrial caseira, 2002 e 2019. Veranópolis-RS

		2002	2019	Taxa de variação (em %)
		Valor absoluto	Valor absoluto	
QUEIJO	Quantidade de produtores	47	15	-68%
	Produção (kg/ano)	16.082	3.799	-76%
SALAME	Quantidade de produtores	48	20	-58%
	Produção (kg/ano)	4.365	1.243	-72%
VINHO	Quantidade de produtores	34	17	-50%
	Produção (litros/ano)	67.171	29.550	-56%
BANHA	Quantidade de produtores	49	18	-63%
	Produção (kg/ano)	4.099	1.147	-72%
DOCES	Quantidade de produtores	41	23	-44%
	Produção (kg/ano)	2.102	908	-57%
CONSERVAS	Quantidade de produtores	27	6	-48%
	Produção (kg/ano)	1.052	132	-87%

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

Dentre os principais produtos que compõem a agroindústria de transformação caseira em Veranópolis, nos anos pesquisados, a produção de conservas (-87%), queijo (-76%) e salame (-72%) apresenta a redução de maior significância em quilos produzidos. Atrelar essa situação apenas à redução do número de membros das famílias seria simplório, pois as causas são mais amplas e se explicam também pela redução da mão de obra o aumento do poder de compra das famílias e a praticidade de se ir ao mercado adquirir um produto que demandaria esforço e dias de dedicação. No entanto, a segurança alimentar e nutricional das famílias acaba por ser afetada, com a diminuição de alimentos com garantia de origem e, conseqüentemente, o risco que causam os alimentos não saudáveis.

5.5 ACESSO A CRÉDITO

O acesso a crédito junto a bancos públicos e privados é uma saída que muitas famílias encontram para se manter ativas na produção. Uma das modalidades de financiamento disponíveis para os agricultores familiares é o PRONAF, que para os que cumprem o enquadramento, dispõe normalmente das melhores condições de crédito. No Brasil o PRONAF se tornou uma das principais políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar, que possibilitou aos agricultores a inserção de práticas agrícolas mais desenvolvidas (AQUINO; SCHNEIDER, 2010; MATTEI, 2015).

O financiamento a partir do PRONAF é dividido em quatro grandes linhas. Uma delas destina-se exclusivamente para o financiamento da produção, cujos recursos podem ser

destinados para o custeio da produção e para o investimento na aquisição de máquinas e equipamentos. Os valores disponíveis são regulamentados de acordo com o Plano Safra

De acordo com os dados coletados em Veranópolis em 2002, de todas as operações de crédito realizadas somando o PRONAF e outro crédito bancário, 35% das famílias entrevistadas realizaram 17 operações de crédito, sendo 41% voltado para o custeio e 59% para o investimento. Nos últimos anos, em todo o Brasil, as operacionalizações de crédito apresentaram redução e isso foi observado também na pesquisa. Em 2019 apenas 12% das famílias entrevistadas realizaram tal operação, totalizando cinco contratos executados, com 33% deles direcionados para o custeio da produção e 77% para investimento.

Tabela 22 – Famílias que realizaram operação de crédito, finalidade e origem, 2002 e 2019. Veranópolis-RS

ANO	Famílias	FINALIDADE		ORIGEM	
		Custeio	Investimento	PRONAF	Outras fontes
2002	35%	41%	59%	33%	67%
2019	12%	33%	77%	60%	40%

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

A Tabela 22 apresentada anteriormente também descreve a origem do crédito. Percebe-se que em 2002 a maior concentração do crédito teve sua origem em outras fontes de créditos, normalmente realizadas em bancos privados (67%), enquanto o PRONAF (33%) representava um percentual menor de crédito. Em 2019 essas proporções mudaram, o crédito operacionalizado diretamente com o banco era menor (40%) e o PRONAF era responsável pela maior concentração de contratos (60%).

O objetivo para o qual os entrevistados buscaram o crédito em 2002 foi mais voltado para a aquisição de utilitários, equipamentos, melhoria de infraestrutura e investimentos na produção, principalmente de milho, uva e laranja. Já, em 2019, a destinação do crédito foi para a melhoria da estrutura de produção, aquisição de equipamentos, compra de insumos para animais e produção de milho.

Na coleta de dados realizada em 2019 observou-se um grau de descontentamento dos agricultores entrevistados em relação ao crédito rural, sob a argumentação de que a facilidade do acesso ao crédito nos últimos anos teria sido responsável por gerar endividamento nas famílias. Essa situação pode ajudar a explicar a redução em mais de 70% do valor total de contratação em 2019 quando comparada com o valor de contratações de crédito efetivadas em 2002. Assim, a contratação de crédito passou a ser concentrada principalmente naquelas

famílias mais capitalizadas que possuem melhor estrutura e com produção especializada (AQUINO; SCHNEIDER, 2015; MATTEI, 2015).

Tabela 23 – Valores¹ (em R\$) das contratações por finalidade e porcentagem da origem, 2002 e 2019.
Veranópolis-RS

ANO	FINALIDADE		ORIGEM	
	Custeio	Investimento	PRONAF	Banco
2002	497.689,79	132.390,07	27%	73%
2019	88.800,00	79.000,00	68%	32%

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

O acesso ao crédito rural proporcionou melhores condições de vida a muitos agricultores, com ampliação de sua capacidade produtiva e de geração de renda, contribuindo para a sua permanência no campo. No entanto, a Tabela 23 apresentada anteriormente mostra que no início dos anos 2000 o acesso ao crédito constituía-se em um elemento fundamental para possibilitar o investimento na propriedade e a sua expressiva redução em 2019 aponta para duas possíveis conclusões:

- a) a perda de interesse ocasionada pelo endividamento da própria família ou de alguns vizinhos;
- b) a família conseguiu gerir o investimento obtido alcançando bons resultados e, conseqüentemente, hoje consegue ter o seu próprio capital de giro para financiar sua produção, reduzindo a necessidade de acesso ao crédito.

Ao longo deste capítulo ficou claro que a agricultura familiar de Veranópolis manteve sua base produtiva, apresentando mudanças, principalmente, em suas características demográficas ao longo dos anos estudados. A masculinização, o envelhecimento da população e a redução no tamanho das famílias também se tornam mais evidentes em 2019, constituindo-se nos principais fatores que implicam diretamente na sucessão rural. Outras questões que merecem destaque referem-se ao aumento do tamanho das áreas das propriedades, e um elemento que pode sugerir a desativação de algumas propriedades, caracterizado pelo arrendamento de terras que cresceu expressivamente de 2002 a 2019. Especialmente entre as famílias entrevistadas que arrendaram terras de terceiros ocorreu a expansão da produção de grãos e entre aquelas que arrendaram para terceiros observa-se a redução da produção própria. Os dados trazem ainda um cenário que apresenta um processo de mudança que se visualiza na

¹ Os valores foram atualizados pela Calculadora Cidadã do BACEN, de acordo com a metodologia apresentada nesta tese.

diminuição da destinação de terras para a produção diversificada para o autoconsumo e a comercialização do excedente para uma produção especializada e verticalizada, especialmente de aves, suínos e grãos para o mercado de commodities. Esses elementos serão mais discutidos na próxima seção desta tese.

6 DEZESSETE ANOS DE HISTÓRIA: A RENDA ENQUANTO AGLUTINADORA DAS MUDANÇAS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Este capítulo visa apresentar a dinâmica das famílias entrevistadas a partir da composição de sua renda e compará-la nos dois momentos pesquisados, a fim de compreender as trajetórias percorridas por elas. Para alcançar isso as famílias foram classificadas em vias que foram definidas de acordo com sua renda principal. Essa classificação ocorreu nos dois anos em que foi realizada a pesquisa, o que tornou possível identificar a via em que a família esteve em cada ano da pesquisa e se sua trajetória foi de continuidade ou de alternância. Foi construído, ainda, o Índice de Agrarização Familiar, que indica o afastamento ou a aproximação das famílias com a atividade agrícola. Por fim analisa-se o fluxo das famílias por dentro das vias, buscando entender a dinâmica produtiva e a composição familiar e as suas características.

6.1 MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO DA RENDA¹

Conforme foi possível avaliar nos resultados discutidos anteriormente, as transformações que aconteceram em Veranópolis entre 2002 e 2019, ainda que tenham sido pontuais e sem grandes alterações na condução da agricultura familiar, a priori indicam que ela permanece dentro do mesmo nicho de produção. A composição da renda demonstra seguir a mesma tendência, com poucas mudanças.

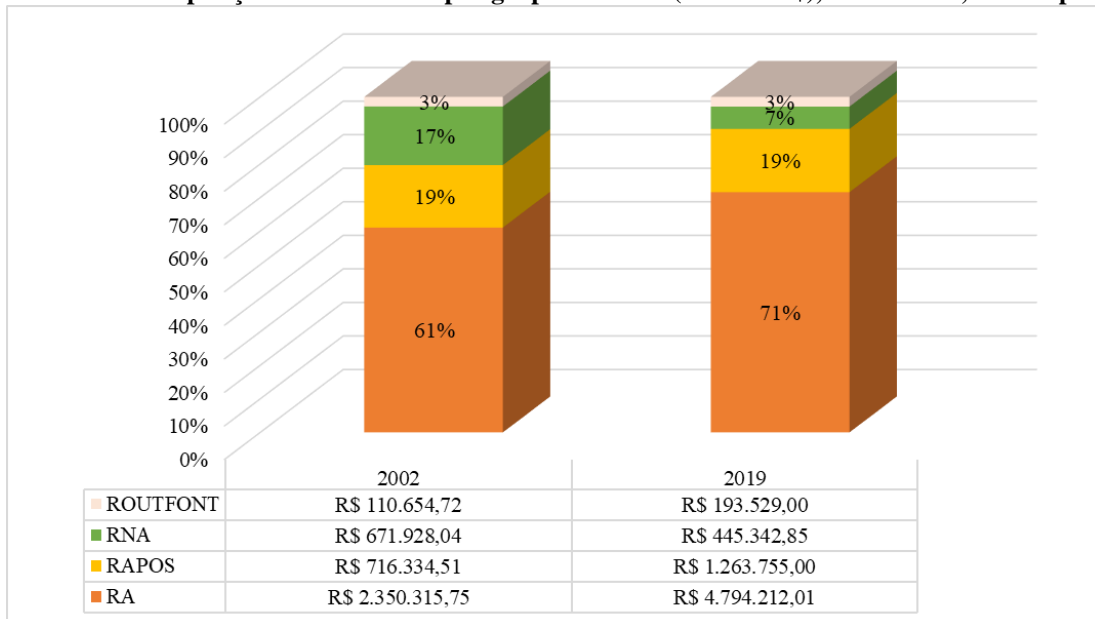
A renda familiar foi classificada em quatro grupos, ou vias, quais sejam: Renda não-Agrícola (RNA), Renda de Aposentadoria/Pensão (RAPOS), Renda Agrícola (RA) e Outras Fontes de Renda (ROUTFONT), sendo este último grupo o de menor expressividade. A Renda não-Agrícola é aquela proveniente de atividades realizadas fora do setor agrícola; a Renda de Aposentadoria/pensão é caracterizada pelo recebimento de benefícios governamentais de aposentadoria e/ou pensão por morte do cônjuge ou invalidez; Renda Agrícola aquela resultante do trabalho agrícola e; Outras Fontes de Renda são calculadas a partir do recebimento de valores vindos de financiamentos, empréstimos e arrendamento de terras.

A composição da renda de cada família pode ser composta por um ou mais tipos de renda e o Gráfico 9, abaixo, apresenta o somatório de cada grupo de renda das famílias em 2002 e 2019. É notório nos dois anos pesquisados que a Renda Agrícola apresenta a maior

¹ Os valores de 2002 foram atualizados de acordo a metodologia da Calculadora do Cidadão, que utiliza o índice do IGP-M (FGV), disponível no site do Banco Central do Brasil em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>.

expressividade na composição orçamentária das famílias, totalizando 61% e 71%, respectivamente. Nas duas composições seguintes a maior mudança é a redução do impacto da Renda não-Agrícola nas famílias pesquisadas em 2019. Enquanto em 2002 a Renda não-Agrícola correspondia a 17% da composição da renda das famílias, em 2019 esse valor baixou para 7%. A estabilidade segue na Renda de Aposentadoria/pensão, permanecendo em 19% em ambos os anos pesquisados.

Gráfico 9 – Composição da renda total por grupo de renda (em % e R\$), 2002 e 2019, Veranópolis



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo 2019.

O aumento da renda total foi de 74%, passando R\$ 3,8 milhões em 2002 para aproximadamente R\$ 6,7 milhões em 2019, com valores de 2002 corrigidos pelo IGP-M (FGV). Esse aumento foi puxado, principalmente, pela introdução do cultivo de soja e tomate, além da produção de outros grãos como o milho e a continuidade da base produtiva que já estava consolidada em 2002, como será apresentado posteriormente.

A migração das famílias entre os grupos de renda ocorreu nos dois anos pesquisados. Das 43 famílias pesquisadas, em 2002 cerca de 65% pertenciam ao grupo que tinha como renda predominante a RA, e na movimentação de entrada, saída e permanência, em 2019 esse grupo aumentou, registrando 30 famílias, 70% do total de famílias entrevistadas. O grupo da RNA segue o mesmo padrão de aumento em 2019, era composto por 16% das famílias em 2002 e passou para 21% em 2019. A maior mudança na renda pode ser observada no grupo das aposentadorias, sendo o único que apresenta redução em 2019, caindo de 19% das famílias em 2002 para 9% em 2019.

Tabela 24 – Número de famílias e porcentagem por grupo de renda, 2002 e 2019. Veranópolis-RS

	2002		2019	
	Valor Absoluto	Valor Relativo (em %)	Valor Absoluto	Valor Relativo (em %)
RA	28	65%	30	70%
RNA	7	16%	9	21%
RAPOS	8	19%	4	9%

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

A análise do Gráfico 8 e da Tabela 24, apresentados anteriormente, mostra que a transferência de renda por aposentadoria/pensão que havia apresentado queda no número de famílias em 2019 registrou importante aumento no valor monetário, passando de R\$ 716.334,51 em 2002 para R\$ 1.263.755,00 em 2019 – o que significa um aumento de 76%, apesar da redução de 10% no número de famílias.

Considerando que a aposentadoria e a pensão consistem principalmente em um salário-mínimo, possivelmente essa ampliação no montante da renda total dessa via possa ser explicada pela política de valorização do salário-mínimo, que passou a ter aumento real acumulado, ou seja, acima da inflação. Entre 2004 e 2019 estima-se que o aumento foi de 74,33% acima da inflação, segundo Nota Técnica do Dieese² (2019). Essa afirmação se justifica principalmente porque dentre todas as famílias entrevistadas, em 2002 existiam 56 membros aposentados/pensionistas, enquanto em 2019 o número de aposentados/pensionistas registrado foi de 45 membros e mesmo assim o montante da renda foi maior.

Para proceder-se à categorização das vias por renda, apenas as rendas agrícola, não-agrícola e de aposentadoria/pensão foram consideradas, em função de sua importância na composição da renda total.

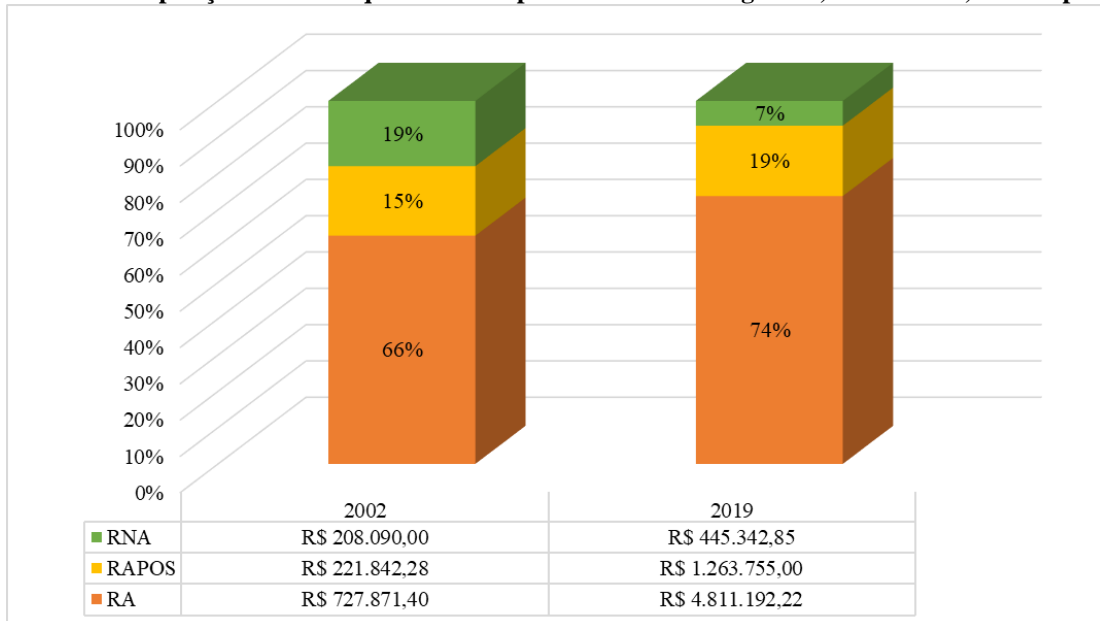
6.2 COMPOSIÇÃO DA RENDA TOTAL NA AGRICULTURA FAMILIAR EM VERANÓPOLIS

Em valores atualizados pelo IGP-M (FGV) de 06/1989, em Veranópolis a Renda Agrícola Total em 2002 foi de R\$ 2.350.315,75, a RAPOS alcançou R\$ 716.334,51 e a RNA somou R\$ 671.928,04. Em 2019 esses valores totalizaram R\$ 4.794.212, R\$ 1.263.755,00 e R\$ 445.342,85, respectivamente. Com base nisso, os gráficos a seguir apresentam como se comportou cada segmento de renda em cada uma das três vias definidas anteriormente.

² Nota Técnica Número 201, de janeiro de 2019, sob o título: Salário-mínimo de 2019 é fixado em R\$ 998,00. Acesso em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec201SalarioMinimo.html>.

O Gráfico 10, abaixo, apresenta a composição da renda das 30 famílias que, em 2019, tinham a RA como predominante. Ele mostra que embora a renda procedente da aposentadoria e/ou pensão tenha um montante monetário maior em 2019 (mais de R\$ 800 mil e apenas R\$130 mil em 2002), o seu impacto na renda total é menor (15% em 2002 e 13% em 2019). Ao mesmo tempo que houve aumento expressivo na RAPOS, a RNA expressou forte queda, passando de 19% em 2002 para 7% da renda total daqueles que tinham esta categoria como predominante em 2019.

Gráfico 10 – Composição da renda quando a Via predominante é a Agrícola, 2002 e 2019, Veranópolis-RS

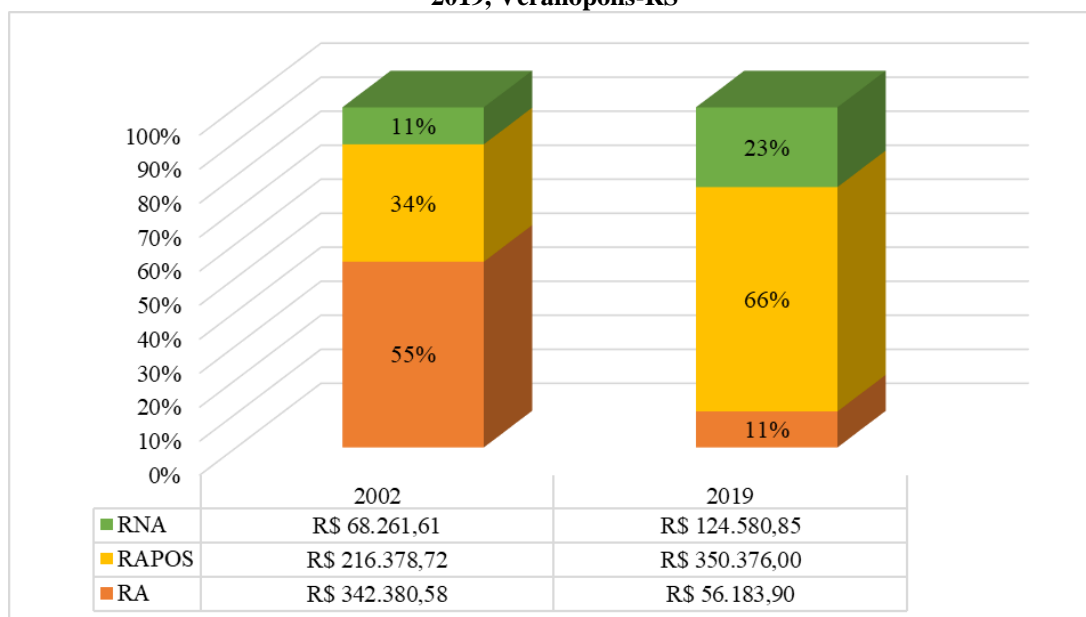


Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

Os dados mostram que a renda proveniente de aposentadoria e/ou pensão é um dos financiadores da atividade agrícola. As pesquisas de 2002 e de 2019 constataram que mais de 50% das famílias entrevistadas investiram parte do salário oriundo da RAPOS na produção agrícola, contribuindo para potencializar os ganhos com a atividade agrícola.

O Gráfico 11 traz informações importantes sobre as trajetórias das nove famílias que em 2019 tinham a RAPOS como predominante. Todas elas tiveram a renda predominante vinda da Renda Agrícola. Diversos fatores como morte do cônjuge, doença, saída dos filhos para trabalhar na cidade contribuíram a redução dessa renda predominante, que baixou de 55% em 2002 para 11% em 2019, ao mesmo tempo em que ocorreu um aumento da Renda não-Agrícola de 11% para 23% em 2019.

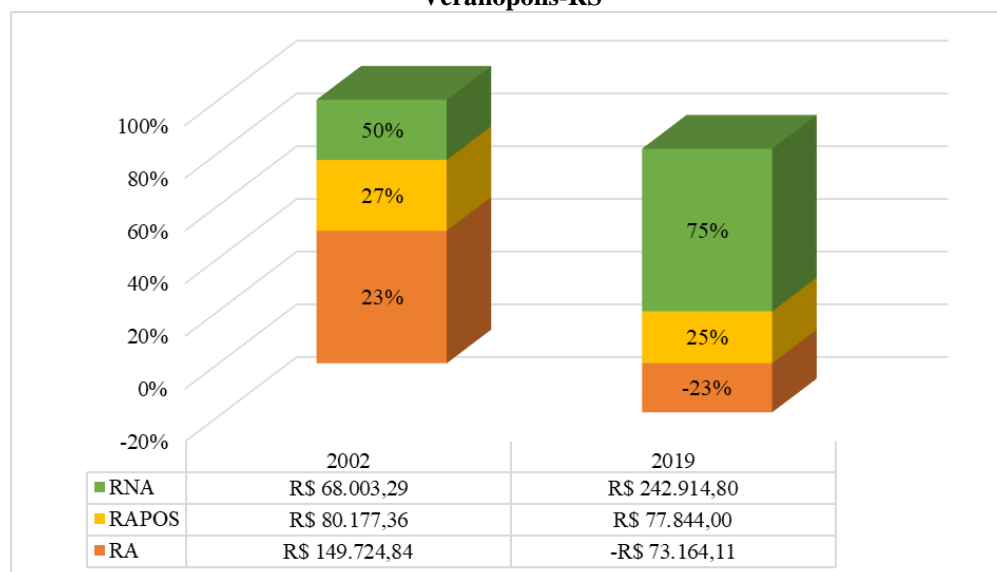
Gráfico 11 – Composição da renda quando a Via predominante é a Aposentadoria e/ou pensão, 2002 e 2019, Veranópolis-RS



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

A via de menor expressão em número de famílias é apresentada pelo Gráfico 12, na sequência, com quatro famílias que tinham a Renda não-Agrícola predominante em 2019. O fator de maior inquietação é a redução a níveis negativos da Renda Agrícola, ou seja, a receita gerada não foi suficiente para cobrir os custos de produção. Duas das quatro famílias deste grupo tiveram suas receitas negativadas em 2019, ocasionando impacto na composição da renda da via não-Agrícola. Alto custo de produção, necessidade de contratar mão de obra externa, empréstimo para adquirir insumos para os animais e a saída dos filhos para morar e trabalhar na cidade são apontados como os fatores responsáveis por tamanho efeito negativo na composição da renda total dessas famílias.

Gráfico 12 – Composição da renda quando à Via predominante é a não-Agrícola, 2002 e 2019, Veranópolis-RS



Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

O Gráfico 12 apresenta, ainda, o crescimento da Renda não-Agrícola dessas quatro famílias que integram esta via. Em 2002 essa modalidade representava 50% da renda total e apenas R\$21.060,00, passando para mais de R\$ 240.000,00, que corresponde a 75% de sua renda total em 2019. A renda proveniente de aposentadoria e/ou pensão manteve-se com pouca variação em representação, sendo de 27% em 2002 e 25% em 2019, apesar dos valores monetários terem triplicado neste período.

6.3 TRAJETÓRIAS DAS FAMÍLIAS A PARTIR DA COMPOSIÇÃO DE SUAS RENDAS

A Tabela 25 expõe a trajetória percorrida pelas famílias entre as categorias de renda a partir das mudanças em sua composição de renda predominante entre os dois anos pesquisados. Do total de 43 famílias entrevistadas não houve variações em 27 famílias, ou seja, essas permaneceram no mesmo grupo entre 2002 e 2019. A maior mudança de trajetória ocorreu com oito famílias que migraram para a Renda Agrícola, três delas tinham a RAPOS como principal fonte em 2002 e cinco possuíam a Renda não-Agrícola como predominante.

Tabela 25 – Origem e destino das famílias que trocaram de grupo de renda predominante, 2002 e 2019, Veranópolis/RS

	Foram para RAPOS	Foram para RnA	Foram para RA	TOTAL
Saíram de RAPOS	-	1	3	4
Saíram de RNA	1	-	5	6
Saíram de RA	5	1	-	6
TOTAL	6	2	8	16

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

O segundo grupo que recebeu maior número de migração de famílias apresentado pela Tabela 25 é composto por aqueles que foram para a RAPOS, totalizando seis famílias, das quais cinco vieram do grupo de RA e uma veio do grupo de RNA. A maior migração registrada na pesquisa foi a daqueles que em 2002 possuíam como sua principal fonte de renda a Renda Agrícola e em 2019 passaram a ter a RAPOS como renda predominante. A tabela mostra, ainda, que a trajetória para o grupo RNA registrou menor expressividade, com apenas duas famílias, sendo uma originária do grupo RAPOS e outra do grupo RA. Dessa forma, a caracterização em grau de maior movimentação das famílias entre os grupos registrou a seguinte ordem: entrada em RA, entrada em RAPOS, saída de RNA, saída de RA, saída de RAPOS e entrada em RNA.

A Tabela 26 trata sobre os tipos de trajetórias seguidas pelas famílias entrevistadas em Veranópolis nos três principais grupos de renda, RAPOS, RA e RNA. As trajetórias foram divididas em dois tipos, a saber: trajetória de continuidade, aquela em que a família permaneceu no mesmo grupo predominante de renda nos dois anos pesquisados e; trajetória de variação, aquela em que houve mudança no grupo predominante de renda.

Das 43 famílias entrevistadas, 27 (63%) permaneceram com a mesma fonte de renda predominante entre 2002 e 2019, caracterizando uma trajetória de continuidade, e 16 famílias ((37%) apresentaram variações na trajetória de suas rendas. Observando-se a trajetória de continuidade, a permanência no grupo RA registrou a presença mais significativa no número de famílias, totalizando 22 famílias (82%) do total, seguido pelo RAPOS, com três famílias (11%) e o grupo de RNA, com duas famílias (7%).

Tabela 26 – Distribuição do número de famílias de acordo com o tipo de trajetória entre 2002 e 2019, Veranópolis-RS

Tipos de trajetórias	Grupo RAPOS	Grupo RNA	Grupo RA	Total
Trajetoária de continuidade	3	2	22	27
Trajetoária de variação	4	6	6	16

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

Nas trajetórias de continuidade, o grupo RAPOS possuía sete famílias em 2002 e três (43%) encontravam-se nesse mesmo grupo em 2019. Das oito famílias que integravam o grupo RNA em 2002, apenas duas (25%) permaneciam em 2019. Por fim, o grupo de RA, que detinha maior expressividade em número de famílias, também é o responsável pela maior estabilidade na trajetória de continuidade, com 22 famílias (79%) das 28 que integravam o grupo em 2002. Esse cenário demonstra que as famílias com predomínio da renda agrícola possuem maior capacidade de permanência e reprodução na agricultura familiar, embora em termos absolutos este grupo apresente o maior número de casos que migraram para outros grupos.

Observando-se a trajetória de variação, em 2019 havia 16 famílias que não possuíam como renda predominante a mesma renda de 2002. Os grupos RA e RNA foram os que registraram maior evasão de famílias, totalizando seis de cada grupo (37,5% ou 75% no acumulado). Por sua vez, entre aqueles que deixaram a renda principal oriunda de aposentadoria e/ou pensão, encontravam-se 25% do total da trajetória de variação.

Com base nos dados, mesmo que a trajetória de variação seja menor que a de continuidade, apresenta um cenário de mudanças na agricultura de Veranópolis, embora os dados sobre a configuração das famílias em 2019 apresentem certo grau de envelhecimento e saída dos mais jovens para trabalhar ou morar na cidade. Isso reflete, principalmente, que a agricultura familiar continua viva e movimentando a economia local.

Disso decorrem dois movimentos em curso. Um deles é composto por aqueles que estão se especializando e tornam-se cada vez mais agrarizados, e o outro é constituído por aqueles que convivem com um processo de desagrarização, com crescente tendência para integrar o grupo de Renda não-Agrícola em um processo de desativação com predominância da aposentadoria, seja daqueles que permaneceram desde 2002 ou daqueles que migraram para esse grupo ao longo do percurso.

Essa última constatação pode ser reforçada pelas 16 famílias que não foram entrevistadas em 2019 por terem vendido ou desativado suas unidades produtivas para residir na cidade, ou devido à morte do chefe de família e a descontinuidade das atividades por parte dos herdeiros.

A partir da distribuição das famílias entre trajetórias de continuidade e de variação foi possível identificar e descrever nove trajetórias realizadas pelas famílias que foram entrevistadas, conforme descreve o Quadro 5.

Quadro 5 – Descrição das trajetórias, 2002 e 2019, Veranópolis-RS

Denominação	Delimitação
Trajatória 1	Famílias que estavam no grupo RAPOS nos dois anos da pesquisa.
Trajatória 2	Famílias que estavam no grupo RAPOS no primeiro ano da pesquisa e passaram para o grupo RNA no segundo ano da pesquisa.
Trajatória 3	Famílias que estavam no grupo RAPOS no primeiro ano da pesquisa e passaram para o grupo RA no segundo ano da pesquisa.
Trajatória 4	Famílias que estavam no grupo RNA nos dois anos da pesquisa.
Trajatória 5	Famílias que estavam no grupo RNA no primeiro ano da pesquisa e passaram para o grupo RAPOS no segundo ano da pesquisa.
Trajatória 6	Famílias que estavam no grupo RNA no primeiro ano da pesquisa e passaram para o grupo RA no segundo ano da pesquisa.
Trajatória 7	Famílias que estavam no grupo RA nos dois anos da pesquisa.
Trajatória 8	Famílias que estavam no grupo RA no primeiro ano da pesquisa e passaram para o grupo RAPOS no segundo ano da pesquisa.
Trajatória 9	Famílias que estavam no grupo RA no primeiro ano da pesquisa e passaram para o grupo RNA no segundo ano da pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base na metodologia desenvolvida por Thies (2019), que elaborou um estudo semelhante de comparação no município de Salvador das Missões-RS, também se apresenta aqui a classificação da trajetória e seu grau de importância, descrita na Tabela 27. Thies (2019) considerou como critério de corte para a classificação o grau de importância em secundária ou principal, quando o número de caso representou pelo menos 10% do total do grupo pesquisado. Aqui, a partir de quatro casos foi considerada principal e abaixo disso foi considerada secundária.

Tabela 27 – Número de casos e classificação das trajetórias segundo tipo e grau de importância

	Número de casos	Tipo de trajetória	Grau de importância
Trajatória 1	3	Continuidade	Secundária
Trajatória 2	1	Cambiante	Secundária
Trajatória 3	3	Cambiante	Secundária
Trajatória 4	2	Continuidade	Secundária
Trajatória 5	1	Cambiante	Secundária
Trajatória 6	5	Cambiante	Principal
Trajatória 7	22	Continuidade	Principal
Trajatória 8	5	Cambiante	Principal
Trajatória 9	1	Cambiante	Secundária

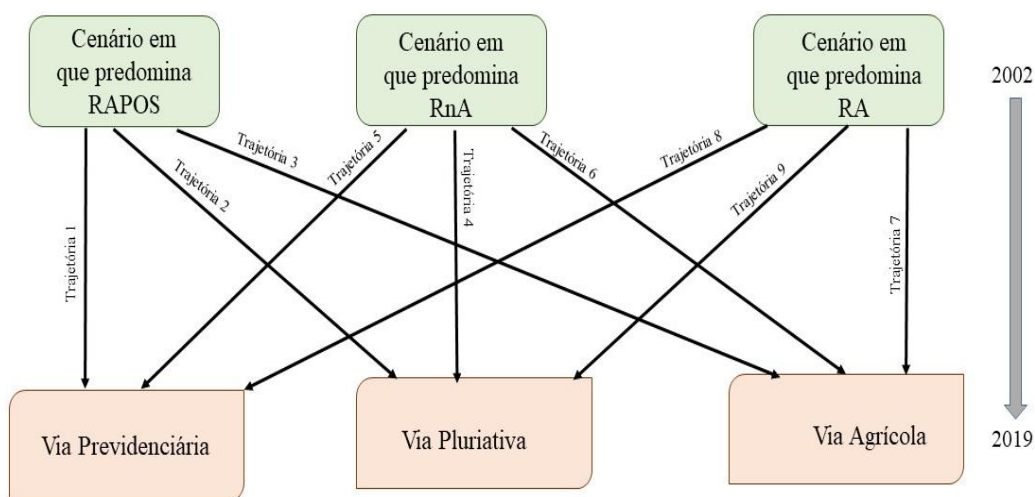
Fonte: adaptado de Thies (2019).

Seguindo, ainda, as definições metodológicas de Thies (2019), foram construídas as vias. Segundo Thies (2019 p. 111), “Uma via resulta da agregação de diferentes trajetórias. O critério de agregação das trajetórias para compor uma via foi a direção seguida pela trajetória, considerando que elas, necessariamente, devem confluir para o mesmo grupo de renda predominante no segundo ano da pesquisa”.

Assim, ficou definido que todas as trajetórias que seguem para o grupo no qual a renda predominante é a aposentadoria/pensão são consideradas uma via. As trajetórias que seguem para o grupo de renda não-agrícola se configuram como uma outra via. E aquelas trajetórias que passam a ser compostas pela renda predominantemente agrícola se caracterizam como mais uma via. Disso tudo resultaram três vias que orientaram a classificação das famílias entrevistadas.

A Figura 6 ilustra essa descrição e apresenta as trajetórias e vias. Cada cenário foi composto por três trajetórias para cada via. A primeira via é a previdenciária, que integra as trajetórias que tiveram como renda predominante a aposentadoria e/ou pensão, sendo composta pelas trajetórias 1, 5 e 8. A segunda via é a pluriativa, que agrega o grupo que prevalece com a Renda não-Agrícola, integrada pelas trajetórias 2, 4 e 9. Finalmente, a via agrícola é composta pelas famílias cuja renda predominante é a agrícola, integrada pelas trajetórias 3, 6 e 7.

Figura 6 – Direção das trajetórias e composição das vias, 2002 e 2019, Veranópolis-RS



Fonte: adaptado de Thies (2019).

6.4 DIFERENCIAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM VERANÓPOLIS

Considerando que “[...] mesmo mantendo sua base produtiva, a exploração camponesa, para reproduzir-se, é obrigada a complementar a sua renda com a alocação de parte da força de trabalho que dispõe, fora da unidade familiar de produção” (WANDERLEY, p. 127, 2009). Assim, busca-se compreender se o impacto da necessidade de complementar a renda a partir de atividades não-agrícolas sufocou a atividade agrícola, deixando a agricultura familiar de Veranópolis desagrarizada, ou se ocorreu o inverso, ou seja, se o fortalecimento da atividade agrícola contribuiu para sua agrarização.

O Índice de Agrarização Familiar (IAF) foi trabalhado por Thies (2019, p. 127), e mostra que “[...] sua variação ao longo do tempo aponta para o maior ou menor afastamento da organização econômica das famílias em relação às atividades agrícolas, bem como o maior ou menor distanciamento de seus domicílios em relação aos espaços urbanizados”. O IAF é definido numa escala de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1, mais agrarizada a renda familiar, e quanto mais próximo de zero mais desagrarizada será a família. Para se alcançar o IAF é necessário primeiro conhecer três indicadores, o Índice de Agrarização da Renda (IAR), o Índice de Agrarização do Trabalho (IAT) e o Índice de Agrarização do Domicílio (IAD). A partir daí se pode realizar a média aritmética.

A metodologia de definição de cada indicador foi baseada no estudo realizado por Thies (2019), que mostra que o IAR trata das rendas obtidas em atividades do setor agrícola (RA e Outras Rendias de Trabalho - ORT) no tocante à renda total da família. O IAT “indica a proporção do trabalho total da família (soma das UTHs agrícola familiar, agrícola fora da UP e não-agrícola) que é alocada em atividades no setor agrícola, dentro ou fora da unidade de produção familiar (UTH agrícola familiar mais UTH agrícola fora da UP)” (THIES, 2019, p. 127). E o IAD reflete na maior ou menor urbanização do espaço de moradia da família. Assim como o IAF, todos os índices têm escala entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1 maior é a agrarização da família.

Esses índices descritos aplicados à pesquisa em Veranópolis estão descritos na Tabela 28, na qual se destaca a desagrarização do IAR em 2002 nas vias previdenciária (0,28) e pluriativa (0,17). Isso representa as famílias que possuem fortes relações com o trabalho fora da propriedade e o impacto das aposentadorias e/ou pensões na renda total. Em 2019 percebe-se o IAR da via previdenciária bem mais agrarizada (0,8), com atividades agrícolas ainda presentes, mas menos expressivas nas famílias. Já, na via pluriativa a desagrarização das famílias em 2019 se mostrou bem mais significativa (0,1).

Tabela 28 – IAR, IAT e IAD das vias previdenciária, pluriativa e agrícola nos anos de 2002 e 2019, Veranópolis-RS

	Previdenciária			Pluriativa			Agrícola		
	IAR	IAT	IAD	IAR	IAT	IAD	IAR	IAT	IAD
2002	0,28	0,89	1	0,17	0,54	1	0,8	0,85	1
2019	0,88	0,82	1	0,1	0,74	1	0,7	0,91	1

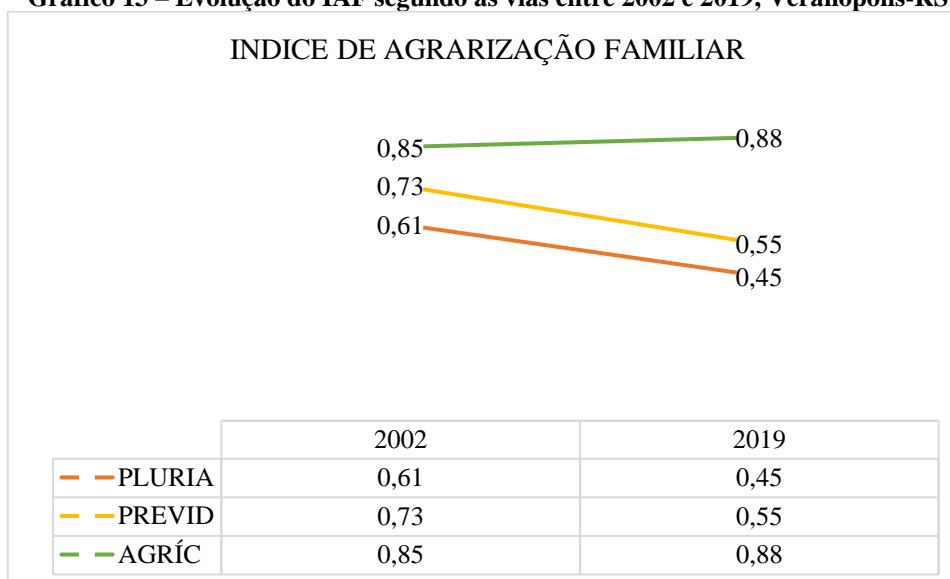
Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

No trabalho familiar, caracterizado pelo IAT, a via previdenciária se apresenta levemente mais agrarizada em 2002 (0,89) que em 2019 (0,82), enquanto na via pluriativa em 2002 o IAT familiar era menos agrarizado (0,54) que em 2019 (0,74).

No que se refere à urbanização das moradias, Veranópolis apresenta o IAD 1, ou seja, agrarizado, em todas as vias e nos dois anos pesquisados, pois todos os imóveis estão localizados em zona rural.

A via agrícola é apresentada de maneira mais destacada aqui, por apresentar o índice de agrarização mais próximo de 1 nos dois anos pesquisados e em todas as vias, muito embora apresente discreta redução na agrarização da renda, passando de 0,8 em 2002 para 0,7 em 2019. No entanto, considerável aumento na agrarização do trabalho, de 0,85 em 2002 para 0,91 em 2019. Isso mostra quanto as famílias de Veranópolis ainda priorizam o trabalho agrícola, fortalecido pela permanência no campo e a sucessão rural de grande parte das famílias.

Como síntese dos índices apresentados anteriormente, o Gráfico 13 traz o Índice de Agrarização Familiar (IAF) que retrata a trajetória seguida pelas famílias entre 2002 e 2019. A via agrícola se destaca, mais uma vez, configurando-se como uma via ainda mais agrarizada e de maior reprodução social das famílias.

Gráfico 13 – Evolução do IAF segundo as vias entre 2002 e 2019, Veranópolis-RS

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

A desagrarização acontece nas vias pluriativa e previdenciária, com a redução do IAF entre 2002 e 2019. Isso aponta o que se previa desde a classificação das vias, de que as famílias desses grupos são aquelas que consideram a agricultura cada vez menos importante, porque possuem outras formas de sobrevivência a partir do trabalho não-agrícola ou têm como principal fonte de renda a aposentadoria e/ou pensão, com alguma produção apenas para o autoconsumo.

6.5 POR DENTRO DAS VIAS

A seguir são detalhadas as vias.

6.5.1 Particularidades das Famílias da Via Agrícola

O universo que constitui a via agrícola é composto pelo maior número de famílias entrevistadas entre todas as vias. Em 2002 eram 28 famílias que a constituíam e em 2019 passaram para 30 famílias. Entender o que diferenciou estas famílias das demais entrevistadas é o objeto de discussão neste tópico que, por abranger o maior número de famílias também abrange os maiores valores nas variáveis analisadas, por isso não cabem comparações diretas entre as vias.

A dinâmica da agricultura familiar na via agrícola nos dois anos pesquisados representa mais de 60% das famílias entrevistadas e aponta para a estabilidade da

agricultura familiar em Veranópolis, que traz continuidade em seu sistema produtivo e na incorporação de novos cultivos.

Inicialmente a compreensão do funcionamento das famílias da via agrícola parte de sua estrutura demográfica. Em 2002 ela possuía 147 integrantes, sendo 53% homens e 47% mulheres, com média de idade de 41 anos. Em 2019 as famílias estavam configuradas da seguinte forma: 116 integrantes, com 54% de homens e 46% de mulheres, com média de idade de 53 anos. A escolaridade predominante foi a mesma nos dois anos de pesquisa, com 80% da população com ensino fundamental completo ou não em 2002 e 73% dos membros com tal nível de escolaridade em 2019, apresentando leve redução.

Tabela 29 – Estrutura das famílias da via agrícola, 2002 e 2019, Veranópolis-RS

	Nº de Integrantes	Gênero		Média de Idade	Principal nível escolar
		Homens	Mulheres		
2002	147	53%	47%	41	Ensino Fundamental, completo ou não
2019	116	54%	46%	53	Ensino Fundamental, completo ou não

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

Para a contabilização da escolaridade foram excluídas as crianças que não estavam em idade escolar, que totalizavam 11 em 2002 e duas em 2019. Dos integrantes das famílias em 2002 11% possuíam ensino médio, 3% tinham ensino superior, 1% tinha nível técnico e 2% eram analfabetos. Em 2019 16% possuíam ensino médio, 10% tinham ensino superior, 0,5% contavam com o nível técnico e 0,5% eram analfabetos. A discreta redução do analfabetismo não significa que houve melhoria do acesso à educação, pois uma análise mais criteriosa mostra apenas uma saída da via agrícola e em outra família o membro que a integrava em 2002 não estava mais em 2019.

Tabela 30 – Escolaridade das famílias da via agrícola, 2002 e 2019, Veranópolis-RS

Escolaridade	2002	2019
Analfabeto	2%	0,50%
Apenas lê e escreve	3%	-
Ensino Fundamental (completo ou não)	80%	73%
Ensino Médio (completo ou não)	11%	16%
Ensino Superior (completo ou não)	3%	10%
Técnico	1%	0,50%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

A diminuição do tamanho das famílias é um fator presente no rural, principalmente impactada pelo êxodo rural. Em 43% das famílias da via agrícola, no mínimo, um membro saiu

da propriedade e foi morar na cidade entre 2002 e 2019, e desses que saíram apenas um membro retornou. Além disso, em 23% das famílias da via agrícola foi manifestado o desejo de algum de seus membros sair do campo e ir para a cidade. Ou seja, a tendência é que essa evasão siga crescendo nos próximos anos, caso não haja ações diretas que possibilitem alternativas para os jovens permanecerem no campo desenvolvendo a atividade agrícola.

É de longa data que a discussão acerca dos meios para reduzir o êxodo rural é debatida por pesquisadores, dentre eles ainda na década de 1990 Abramovay *et al.* (1998) discutiam sobre a sucessão rural, cuja prática do patriarca passar a propriedade para o filho ou comprar terras para mantê-los próximos já se mostrava ultrapassada. Para estes autores os problemas sucessórios tendem a surgir principalmente naquelas propriedades que já têm dificuldades para se viabilizar economicamente, não têm sucessores também têm dificuldades de acessar recursos para investimentos. Para além disso, outra vertente reforça o processo de êxodo acelerada pela mecanização no campo, que substitui o trabalhador assalariado, favorece a individualização dos processos de trabalhos e prejudica a conexão do trabalho familiar (WILKINSON, 2008).

A seguir apresenta-se a trajetória produtiva de algumas famílias da via agrícola nas quais o processo de sucessão rural aconteceu e como a dinâmica produtiva continuada pelos filhos traz resultados positivos para a unidade produtiva familiar. A produção de grãos e hortifrutigranjeiros, a criação integrada de animais, a agroindústria de transformação caseira e a pecuária leiteira compõem a diversidade produtiva que caracteriza as famílias da via agrícola.

Inicialmente aborda-se o ambiente no qual as famílias têm a capacidade para desenvolver as suas atividades. Para isso apresenta-se, na Tabela 27, a superfície utilizada na agricultura nos dois anos de pesquisa, o consumo intermediário que trata sobre o dispêndio que as famílias tiveram com a atividade e a sua capacidade tecnológica a partir de suas máquinas e equipamentos.

As famílias da via agrícola tiveram aumento em sua superfície agrícola útil (SAU) em 2019 e isso corrobora o aumento de sua produção de grãos, cultivo que será apresentado a seguir. Embora tenha havido a redução do número de máquinas e equipamentos em 2019, houve aumento das despesas que pode ser explicado pelo sucateamento das máquinas e implementos, que requerem mais manutenção. Há, ainda, uma expressiva redução dos equipamentos utilizados na atividade leiteira, embora a produção de 2019 tenha sido maior que a registrada em 2002, com um menor número de famílias envolvidas.

Tabela 31 – SAU, Consumo intermediário e capacidade tecnológica das famílias da via agrícola, 2002 e 2019. Veranópolis-RS

	SAU (em ha)	Consumo Intermediário (despesa agrícola)	Nº de Veículos utilitários	Trator	Implementos Agrícolas	Equipamentos (ordenhadeira e resfriador de leite)
2002	442,60	R\$ 707.582,53	16	30	176	53
2019	490,52	R\$ 969.546,79	5	29	101	18

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

Em 2002 a produção de grãos foi composta por milho (474.750kg) e feijão (33.387kg) e em 2019 o destaque foi a inclusão da cultura da soja, que registrou produção de 230.400kg. A produção de milho aumentou 77% (841.100kg) em relação a 2002, no entanto reduziu o número de famílias envolvidas para 22. A Tabela 32 apresentada a seguir compila todas essas informações.

Tabela 32 – Produção e famílias produtoras de grãos da via agrícola, 2002 e 2019. Veranópolis-RS

	2002		2019	
	Produção	Nº de famílias	Produção	Nº de famílias
Feijão	33.387	22	12.602	14
Milho	474.750	24	841.100	20
Soja	-	-	230.400	3
Total	508.137	-	1.084.102	-

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

Em 2002 não houve registro de produção de soja dentre todas as famílias entrevistadas, e ela é mencionada em 2019 como uma das culturas promissoras a ganhar espaço, especialmente entre as famílias nas quais os jovens passaram a administrar a propriedade. Os benefícios da inserção de novas culturas e de novas tecnologias potencializam o rural e tornam o campo mais atrativo para os jovens e, conseqüentemente, possibilitam melhoria na qualidade de vida para as famílias.

Esse caso se assemelha à produção de tomate, que registrou 151.940 kg comercializados por duas famílias, sendo uma família responsável por 95% dessa produção. A produção dessa família, chamada de família 28, é composta principalmente pela mão de obra familiar e administrada pelos filhos. Outra característica importante para se destacar é o retorno de jovens para o campo. Um dos filhos tinha deixado a propriedade para trabalhar na cidade, mas ao perceber quão promissora a atividade agrícola da família estava, retornou para o campo somando forças com a família e contribuindo em todo processo produtivo até a comercialização do principal produto comercializado pela família em 2019, que é o tomate.

A comercialização dessas duas famílias em 2002 se restringia à couve (300 unidades), cana-de-açúcar (50.000 kg), uva (6.000 kg) e citros (20.800 kg). A família que comercializou 95% do tomate em 2019 também pertencia à via agrícola em 2002, enquanto a segunda família integrava o grupo RAPOS, pois, sua principal fonte de renda era oriunda de aposentadorias e/ou pensão.

A família 28 é responsável, ainda, pela produção de 79.970 kg de laranja e 2.980 kg de bergamota e também entra para o grupo dos produtores de soja da região. A produção de soja estimada para 2019 foi de 168.000 kg. A produção da família cresceu e se fez necessário o arrendamento de 35ha em um lote vizinho, cujo proprietário também participou da pesquisa, compõe o grupo da RAPOS.

Figura 7 – Foto da produção de citros, Veranópolis-RS, 2019



Fonte: Aurora.

As novas culturas inseridas por estas famílias e que resultaram em maior aporte financeiro podem ser consideradas como uma inovação produtiva, visto que em 2002 elas não eram cultivadas. A necessidade emergente pela criação de inovação traz fôlego para as famílias e perpassa o conceito de *livelihood*, que pode ser traduzido como “sustento” e é abordado também por Long (2006) como o esforço do indivíduo ou grupo para conquistar melhor qualidade de vida “[...] tentando satisfazer suas diversas necessidades de consumo e econômicas, enfrentando incertezas, respondendo a novas oportunidades e escolhendo entre diferentes posições de valor” (LONG, 2006, p. 116).

E é isso que se pode observar com as famílias apresentadas anteriormente, que em 2019 apresentam um determinado grau de organização produtiva com novas culturas que foram inseridas após 2002, como é o caso da soja e do tomate.

Assim como vem acontecendo em outras regiões do país, o agronegócio tem rompido barreiras e tem sido responsável por conseguir avançar sobre a agricultura familiar de Veranópolis/RS, que também pode ter sido ocasionada pela crise de outros setores de produção, especialmente a partir dos anos de 2015 e 2016. Isso, pode-se sugerir, ser um fator de suma importância para o fortalecimento do avanço da commoditização da agricultura e da primarização da pauta exportadora e desindustrialização da própria economia.

A fruticultura também é uma cadeia que demonstra impacto produtivo e econômico nas famílias da via agrícola nos dois anos de pesquisa. Em 2002 a produção de frutas esteve presente em 27 famílias da via agrícola, que juntas produziram 900.572kg. Desse montante, 25 famílias estiveram envolvidas na comercialização de 821.684kg de frutas.

Tabela 33 – Produção e famílias produtoras de frutas da via agrícola, 2002 e 2019, Veranópolis-RS

	Produção	Nº de Famílias	Autoconsumo	Valor relativo do autoconsumo (em %)
2002	900.572	27	78.888	9%
2019	2.160.105	30	43.446	2%

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

Em relação ao autoconsumo, em 2002 já foi constatada uma redução nessa prática, apenas 9% da produção foi direcionada para o consumo familiar e em 2019 baixou para apenas 2%. Essa redução já foi mencionada por Grisa (2007, p. 115) “[...] a produção para o autoconsumo também sempre fez e faz parte deste cenário, embora se reconheça que hoje não é tão expressiva como em tempos passados, quando todas as famílias produziam praticamente tudo que consumiam”. Essa situação pode ter sido fortalecida por uma prática que já era presente em 2002, a presença dos fruteiros na região, que proporciona maior facilidade no escoamento da produção para a comercialização.

A diversidade da base produtiva de frutas das famílias entrevistadas que compõem a via agrícola em Veranópolis se manteve nos dois anos pesquisados, tendo como as principais frutas produzidas: laranja, ameixa, bergamota, pêssigo e uva, sendo está a de maior expressividade. As cinco culturas citadas anteriormente registraram aumento na produção em 2019 em relação a 2002, sendo a bergamota a de maior aumento, 217%, seguida da laranja com 156%, uva com 132%, ameixa com 84% e do pêssigo com 26%.

Tabela 34 – Produção e famílias produtoras das principais frutas da via agrícola, 2002 e 2019, Veranópolis-RS

	2002		2019	
	Produção	Nº de famílias	Produção	Nº de famílias
Uva	658.400	22	1.526.900	21
Laranja	97.340	17	249.242	27
Bergamota	94.382	11	299.500	22
Pêssego	32.020	7	40.450	17
Ameixa	14.200	2	26.200	2
Total	896.342	-	2.142.292	-

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

Contudo, mesmo havendo aumento na produção, os produtores de uva foram os que mostraram maior insatisfação, pois ela é prioritariamente cultivada para ser comercializada para empresas que produzem sucos e vinhos. Este cultivo tem enfrentado grandes gargalos nos últimos anos pelo seu baixo preço de venda somado aos altos custos de produção. Estes dois fatores foram importantes na tomada de decisão para o fechamento dos parreirais, visto que em 2002 as famílias da via agrícola que produziam uva eram 79% e em 2019 era 70%. Essa redução é ainda maior na comercialização, passando de 75% para 63%, respectivamente, de modo que a uva começa a deixar de ser uma atividade prioritária entre os agricultores familiares entrevistados.

Figura 8 – Fotos dos parreirais de uva em época de poda, Veranópolis-RS, 2019



Fonte: Autora.

É indiscutível a importância que a agricultura familiar tem na produção agropecuária e isso se dá principalmente pela sua diversidade produtiva. Os agricultores familiares que compõem a via agrícola espelham como a agricultura familiar é resiliente e de alto poder de inovação diante das dificuldades. Este é o caso de uma família que tem obstáculos na produção

e comercialização de seus produtos, principalmente para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mas encontrou como saída um novo mercado – a produção de mudas de brócolis. Apenas no ano de 2019 eles produziram aproximadamente 5 milhões de mudas, gerando renda de R\$ 287.040,00.

A diversidade perpassa diversos setores e mais um que merece destaque é a criação integrada de suínos e frangos de corte. Em 2019 duas famílias foram responsáveis pela criação de 365.000 aves, gerando uma renda de mais de R\$ 820.000,00. Outras três famílias criaram 7.000 suínos, o que rendeu R\$ 168.000,00. Os animais são entregues às famílias junto com todo o pacote de alimentação e medicamentos necessários, no sistema integrado, sendo a maioria deles ligados ao grupo BRF.

Por fim, outra cadeia produtiva presente na dinâmica produtiva das famílias de Veranópolis é a cadeia do leite. A produção leiteira envolvia 13 famílias da via agrícola (43% do total de famílias) em 2019, que juntas, produziram 871.975 litros e comercializaram 832.097 litros de leite, obtendo um rendimento de aproximadamente R\$ 1 milhão.

Em 2002 o percentual relativo de famílias (93%) que trabalhavam com a cadeia produtiva do leite era maior que em 2019 (68%), no entanto a capacidade de produção era 6% maior que em 2002.

Tabela 35 – Produção e autoconsumo de leite das famílias da via agrícola em 2002 e 2019, Veranópolis-RS

	Produção (em litros)	Nº de Famílias	Autoconsumo	Valor Relativo (%)
2002	818.352	26	82.992	10%
2019	871.975	17	39.872	5%

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

Outra questão apresentada anteriormente na Tabela 35 é sobre o autoconsumo, que apresenta queda em 2019 e foi debatido por Grisa (2007), como uma abordagem que remete a um tema que representa atraso e no oposto à modernização. Porém, uma família que tem sua produção e prioriza o abastecimento familiar e comercializa o excedente reconhece a sua importância na qualidade alimentar da família. Grisa pontua ainda que em 2004, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) sobre a insegurança alimentar e nutricional da população brasileira, 49,9% da população rural brasileira se encontrava em insegurança alimentar. Em 2021 foi publicado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN) o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de COVID-19 no Brasil. E, de acordo com esse documento, 55% dos domicílios no Brasil convivem com algum grau de insegurança

alimentar e nutricional, sendo ela mais grave nos domicílios rurais que registram 60%. Apesar de não haver dados específicos sobre Veranópolis, percebeu-se que este índice deve ser muito menor no município porque as famílias mantêm a tradição de produzir expressiva quantidade dos alimentos que são consumidos, o que diminui seu grau de dependência externa e do mercado.

A análise anterior pode ser utilizada para demonstrar a importância do autoconsumo, pois, além de ser economicamente mais viável as famílias consumirem os alimentos de sua produção, agregam qualidade nutricional em suas dietas alimentares. Na cadeia produtiva do leite, embora tenha reduzido o número de famílias produtoras, houve aumento no autoconsumo de leite in natura, porém ocorreu redução do consumo de queijo.

Em 2002 82% das famílias da via agrícola beneficiavam o leite para transformá-lo em queijo e juntas produziram 7.048kg, destinando 3.480kg para a comercialização e o excedente para o consumo familiar. No entanto, a comercialização era realizada por apenas duas famílias, que são as mesmas que continuavam desenvolvendo a atividade em 2019.

O beneficiamento do leite para a produção de queijo reduziu 51% em 2019, com redução também do número de famílias envolvidas no processo, que passou de 82% em 2002 para 48% em 2019. A produção registrada em 2019 foi de 3.591 kg e 1.260 kg foram comercializados por três famílias. Vale destacar que 48% das famílias da via agrícola fazem o beneficiamento caseiro do queijo para o consumo familiar (2.331kg), dado que, para a maioria delas, a comercialização se torna inviável pelo alto custo e a falta de infraestrutura para a produção.

Tabela 36 – Produção e autoconsumo de queijo das famílias da via agrícola em 2002 e 2019, Veranópolis-RS

	Produção (em kg)	Nº de Famílias	Autoconsumo (em kg)	Valor Relativo (%)
2002	6.762	23	3.282	82%
2019	3.591	13	2.331	48%

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

Além de grãos, tomate e leite, que estiveram entre os produtos mais comercializados³ pelas famílias da via agrícola em 2002 e 2019. A base de comercialização segue muito semelhante nos dois anos estudados, de modo que dos 12 principais produtos comercializados, 50% deles foram registrados nos dois anos de pesquisa. Desses itens a bergamota e a produção

³ Por ser matematicamente inviável a comparação em termos de capacidade produtiva e de comercialização das famílias da via agrícola de 2019 com as famílias de 2002, pela diferença entre o número de famílias, considerou-se uma análise global da organização produtiva das famílias em 2002 comparada com suas configurações em 2019.

integrada de frangos registraram queda em 2019 em relação a 2002 e, no caso dos frangos, a redução foi ocasionada principalmente pelo aumento do custo dos insumos para a sua criação. A produção e comercialização de laranja, leite, milho e uva tiveram um expressivo aumento em 2019, conforme está apresentado na Tabela 37.

Tabela 37 – Principais produtos comercializados pelas famílias da via agrícola em 2002 e 2019, Veranópolis-RS

Principais produtos comercializados presente nos dois anos pesquisados			
Produto	Quantidade		Situação
	2002	2019	
Bergamota	91.304kg	29.6395kg	Reduziu
Frango de Corte	371.000 unid	36.400 unid	Reduziu
Laranja	95.400kg	245.31kg	Aumentou
Leite	735.360 litros	832.097 litros	Aumentou
Milho	92.400kg	111.680kg	Aumentou
Uva	585.800kg	1.493.738kg	Aumentou
Principais produtos comercializados presente em apenas um dos anos pesquisados			
Soja	-	62.400 kg	
Cana-de-açúcar	58.000kg	-	
Muda de uva	40.000 unid	-	
Muda de brócolis	-	4.784.000 unid	
Feijão	31.190kg	-	
Tomate		151.940 kg	

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

A comercialização realizada em 2019 traz a inclusão da soja, mudas de brócolis e tomate, conforme já foi mencionado anteriormente. Em 2002 havia cana-de-açúcar, mudas de parreiras e feijão figurando entre os produtos mais comercializados pela via agrícola.

Na via agrícola foi possível identificar o processo de diferenciação da agricultura em Veranópolis, especialmente ao analisar-se as considerações feitas por Conterato (2004, p. 35), que discute esse processo como “[...] o modo pelo qual os sistemas de produção foram sendo introduzidos ao passo que outros foram suprimidos ou reduzidos”. Foi o aumento da produção de milho, a inserção do cultivo da soja e o aumento da atividade leiteira, juntamente com a redução expressiva de atividades importantes como a criação integrada de frangos e a produção de bergamota, que permitiu esse desfecho em relação à produção e comercialização no município.

Dentro dessa via o crescimento da produção de grãos se vincula a um processo de comoditização da agricultura familiar, que passa a ser mais especializada e com maior

concentração produtiva. A união desses três fatores traduz aqui o conceito de agrarização das famílias da via agrícola de Veranópolis.

A comoditização da agricultura familiar demonstra o quanto ela é “[...] uma categoria social heterogênea em termos econômicos, sociais, tecnológicos e produtivos” (CONTERATO *et al.*, p. 207, 2021). Embora a agricultura familiar tenha a marca de ser diversificada e de agregar valor aos seus produtos a partir da agroindustrialização, a produção de commodities agrega pouco valor por não ser uma produção em cadeia, transferindo para a ponta da cadeia o maior lucro e a especialização da produção reduzem a diversificação produtiva das famílias (PLOEG, 2006; PERONDI, 2007).

A especialização produtiva da agricultura familiar brasileira já vem sendo discutida ao longo de muitos anos. Em análise realizada por Guanziroli e Buanain (2012), a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE dos anos de 1996 e 2006, os autores já constataram que as famílias haviam se tornado mais especializadas que diversificadas.

O que o diagnóstico das famílias da via agrícola também identificou foi que a agricultura familiar mais capitalizada está inserida no agronegócio, especialmente com a produção de soja, milho, suínos, aves, tomate, frutas e leite, em sua maioria na produção de alimentos.

O perfil de especialização é considerado pelos referidos autores como “[...] bastante exitoso e característico da agricultura sulista: concentra sua atenção em um ou dois produtos, no máximo (pode ser soja-milho, ou aves e suínos, por exemplo), e usa parte de sua terra e trabalho para produzir um leque de produtos para autoconsumo” (GUANZIROLI; BUAINAIN; SABBATO, 2020, p. 201).

O terceiro ponto que caracteriza a agrarização nesta pesquisa é a concentração produtiva. São poucos os estabelecimentos que concentram a produção de *commodities* e são mais especializados, pois, em sua grande maioria, os agricultores de Veranópolis são diversificados. A diversificação produtiva é característica de ambientes heterogêneos que cooperam e tendem a fugir da concentração e especialização dada pelo capitalismo, e é base para o desenvolvimento rural (SCHNEIDER, 2010).

Fatores endógenos também contribuem para explicar a consolidação dessa via agrícola. Atrelada ao fato de a estrutura familiar ser um espaço de cooperação e que potencializa um ambiente favorável à sucessão rural, isso quer dizer que, há autonomia dos filhos dentro da propriedade em desenvolver a atividade agrícola e não são vistos pelo país como subordinados. Isso traz autoconfiança dentro de uma perspectiva que o filho passa a buscar mecanismos de melhoria para a produção, seja a partir do fortalecimento da produção já existente ou com a

inserção de novos cultivos. Além disso, ele busca se especializar e voltar para a propriedade com conhecimento científico e por encontrar um ambiente favorável ele é capaz de transformar o meio em que vive.

Para finalizar cabe mencionar que a pesquisa mostra que os fatores endógenos também contribuem para explicar a consolidação dessa via agrícola. Observou-se que em muitos casos a estrutura familiar é um espaço de cooperação que potencializa um ambiente favorável à sucessão rural e favorece a autonomia dos filhos na propriedade para desenvolverem atividades agrícolas nas quais eles se sintam participantes e não simplesmente subordinados. Isso estimula a autoconfiança e os filhos passam a buscar mecanismos de melhoria para a produção, sejam eles a partir do fortalecimento da produção já existente ou mediante a inserção de novas tecnologias e cultivos que lhes ajudem a viabilizar suas condições de vida no rural.

6.5.2 A aposentadoria como renda predominante

A desativação da propriedade é um processo gradual que demonstra redução nas famílias entrevistadas em 2019. Aqui a renda predominante é procedente da transferência de renda de aposentadoria e pensão, tornando o campo em um lugar de moradia com pouca produção para o autoconsumo e a comercialização.

A predominância da aposentadoria e/ou pensão como renda principal das famílias saltou de sete famílias em 2002 para nove famílias em 2019, com a permanência de apenas três famílias nesse grupo nos dois anos analisados. Aí incluem-se, ainda, cinco famílias que em 2002 eram da via agrícola e uma que era da via não-agrícola.

Em aspectos demográfico, as famílias que compunham o grupo em 2002 possuíam 27 membros e em 2019 diminuíram para 24 integrantes. A média de idade dessas famílias em 2002 era de 45 anos e em 2019 subiu para 54 anos, a maior registrada entre as três vias. Em 2002 havia 59% de homens e 41% de mulheres, enquanto em 2019 constatou-se a igualdade na totalidade de membros, com 50% de homens e de 50% mulheres entre os 24 membros das famílias deste grupo.

Tabela 38 – Estrutura das famílias da via previdenciária, 2002 e 2019, Veranópolis-RS

	Nº de Famílias	Nº de membros	Gênero		Média de idade
			Masculino	Feminino	
2002	7	27	59%	41%	45 anos
2019	9	24	50%	50%	54 anos

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

Quanto à escolaridade, a via previdenciária segue o mesmo padrão da via agrícola, com o predomínio do ensino fundamental completo ou não nos dois anos da pesquisa. Em 2019 o nível de ensino fundamental completo ou não foi levemente menor que em 2002, com 79% e 81% respectivamente. Em 2019 não houve registro de analfabetos nem de aumento no percentual de ensino médio completo.

Tabela 39 – Estrutura das famílias da via previdenciária, 2002 e 2019, Veranópolis-RS

Escolaridade	2002	2019
Analfabeto	4%	0
Ensino Fundamental (completo ou não)	81%	79%
Ensino Médio (completo ou não)	11%	13%
Ensino Superior (completo ou não)	4%	4%
Técnico	0	4%

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

Ao serem questionadas sobre o que seria necessário para melhorar a qualidade de vida, as famílias que integravam a via agrícola em 2002 e passaram a integrar a via previdenciária em 2019 já relatavam as preocupações com o futuro da produção com os seguintes relatos:

- [...] incentivo econômico à comercialização (Entrevistado 1);
- [...] os preços dos produtos agrícolas deveriam melhorar e diminuir custos de produção (Entrevistado 2);
- [...] preços mais justos para o agricultor (Entrevistado 3);
- [...] incentivo de crédito e financiamento (Entrevistado 4).

Aqueles que faziam parte da via previdenciária também já demonstravam tamanha preocupação com o futuro.

- [...] preocupação quando não puder mais cuidar da propriedade (Entrevistado 5);
- [...] as pessoas da cidade têm folga que os do campo não tem, renda, faltam garantias para a agricultura (Entrevistado 6);
- [...] preocupação com a saúde quando ficarem mais velhos (Entrevistado 7).

Essas preocupações seguiram presentes em 2019, principalmente relatadas para explicar os motivos pelos quais algum membro da família migrou para a cidade em busca de melhor qualidade de vida em decorrência das dificuldades financeiras enfrentadas no campo. O resultado disso a médio e longo prazo é a venda de imóveis e o definhamento ou até o fim da atividade agrícola dessas famílias.

Figura 9 – Foto da venda de propriedade rural em Veranópolis-RS, 2019



Fonte: Autora.

Com salário médio de R\$ 1.585,00, em 2019 cada família dessa via tinha dois integrantes aposentados e/ou pensionistas, com exceção de uma família entrevistada que possuía apenas um membro aposentado. Em 67% das famílias a aposentadoria e/ou pensão foi utilizada de alguma forma na atividade agrícola. Quanto à escolaridade dos membros desse grupo, o ensino fundamental completo ou não mostrou maior frequência (33%), seguido do ensino médio completo ou não (21%) e do nível superior (12%).

Diversos são os motivos que ajudam a explicar o aumento do número de famílias que passaram a ter como renda principal a aposentadoria e/ou pensão, com destaque para a morte de um dos cônjuges, doença e aposentadoria do casal. Para além disso, também ocorreu a saída de filhos que constituíram famílias e foram embora para a cidade, restando aos pais manterem a propriedade com a produção reduzida, sobretudo, voltada para o autoconsumo e o abastecimento dos filhos na cidade, principalmente com hortifrutigranjeiros.

A comercialização agrícola esteve presente em apenas quatro famílias, com hortaliças, frutas e grãos. E a criação de animais também era apenas para o consumo familiar, sem nenhum registro de comercialização em 2019, assim como os derivados de ovos, leite e queijo.

A preocupação com o futuro da atividade agrícola já estava presente nessas famílias em 2002 e há fatores extrínsecos à vontade delas que influíram na redução da produção agrícola ou até mesmo na transformação das propriedades rurais apenas em lugares de descanso diante do crescente envelhecimento das famílias.

O envelhecimento da população e a falta de sucessores na agricultura familiar é um debate que vem acontecendo há muitos anos (ABRAMOVAY *et al.*, 1998), mas pouco se

avançou em estratégias efetivas para dirimir os efeitos que resultam na desativação das unidades familiares de produção.

Mesmo que haja graves problemas estruturais nos centros urbanos nas últimas décadas, seguem sendo vistos como ambientes que proporcionam melhor qualidade de vida. No meio rural a modernização limitou-se principalmente às unidades produtivas, com poucos avanços na melhoria de infraestrutura, provocando a escassez de mão de obra e pressionando os salários na agricultura, setor ainda caracterizado pelo baixo valor adicionado por trabalhador. Além disso, a falta de sucessores rurais para a atividade agrícola também ameaça a sustentabilidade, a médio e longo prazo, da pequena unidade de produção familiar (MAIA; BUAINAIN, 2015).

Dois fatores são determinantes para a redução da população rural, os endógenos e os exógenos. Nos fatores endógenos está a estrutura familiar, com a redução da fecundidade e a fragmentação das famílias, além da redução da participação da família tradicional composta por pais com filhos, como também a redução no tamanho médio das famílias. Nos fatores exógenos a relação é feita com a modernização da agricultura e as extremas desigualdades territoriais que, ao serem comparadas com as condições da cidade, tendem a atrair um maior contingente de mão de obra proveniente do rural para as grandes e médias cidades (MAIA; BUAINAIN, 2015).

De acordo com Camarano e Abramovay (1999), as consequências da migração seletiva nas áreas rurais, com o fluxo predominante de jovens mais escolarizados e do sexo feminino, intensificam o processo de envelhecimento e a masculinização da população rural, comprometendo a reprodução das famílias e da sociedade rural “tradicional”. Outra hipótese sobre a saída do jovem é levantada por Buainain *et al.* (2013), afirmando que a migração tem relações muito mais fortes com a busca por qualidade vida e infraestrutura nas áreas rurais, do que até mesmo pela disponibilidade de trabalho e ocupação no campo. Isso aumenta as consequências do êxodo seletivo dos jovens e o envelhecimento da população rural.

Nos últimos anos houve uma desaceleração do esvaziamento rural no Brasil, que pode estar relacionada com duas questões-chave:

- a) o envelhecimento da população rural, que contingência em larga escala os migrantes em potencial (os jovens) e;
- b) a contínua expansão do alcance dos benefícios de proteção social, destacando aqui a aposentadoria.

Ademais, a taxa de fecundidade tem ficado abaixo da taxa de reposição da população brasileira, comprovando assim o envelhecimento da população brasileira (MAIA; BUAINAIN, 2015).

Outro agravante para essa questão está relacionado às mudanças estruturais nas lavouras que ocorreram no País. Elas se mostram na substituição crescente das lavouras tradicionais que demandavam maior mão de obra por culturas agrícolas modernas e com baixo uso de mão de obra, além da significativa incorporação das inovações tecnológicas em praticamente todas as etapas do processo produtivo, sobretudo naquelas culturas que ocupavam enormes quantidades de trabalhadores (MATTEI, 2015b).

Esses fatores são os principais responsáveis pela desagrarização em Veranópolis, que pode se intensificar nos próximos anos, trazendo principalmente famílias da via não-agrícola e aquelas menos consolidadas que pertencem à via agrícola.

6.5.3 Dinâmica das famílias da via não-agrícola

As famílias da via não-agrícola estão vivenciando uma nova relação com a agricultura familiar por meio da desagrarização, que acontece à medida que as famílias se tornam cada vez mais dependentes de renda externa à produção agrícola, neste caso, caracterizada pelas famílias com predominância de transferência de renda por meio de aposentadoria e/ou pensão. Vista como um processo de longo prazo de reorganização de renda, a desagrarização também é compreendida pela redução gradual da importância das atividades agrícolas que geram renda no campo, além do envelhecimento da população e do êxodo rural (BRYCESON, 1997; ESCALANTE *et al.*, 2007).

Essas famílias, embora tenham sua renda principal resultante do trabalho fora da unidade de produção, ainda desenvolvem a atividade agrícola. Essa combinação de trabalho agrícola e não-agrícola é conceituada por Schneider (2003) como famílias pluriativas. É na pluriatividade que elas encontram uma estratégia de reprodução social, que é fortemente influenciado por fatores exógenos, como o acesso a mercado de trabalho, a proximidade com centros urbanos, e fatores endógenos, como a estrutura demográfica das famílias (SCHNEIDER, 2001), que vem passando por constantes mudanças ao longo dos últimos anos.

Composta por 8 famílias em 2002 e com redução de 50% em 2019, as famílias dessa via migraram das vias previdenciária e agrícola e duas famílias permaneceram desde 2002. A renda total das famílias desse grupo em 2002 foi de R\$ 576.600,18, em valores atualizados, sendo 68% composta pela renda não-agrícola, 16% de aposentadoria, 14% de renda agrícola e 2% de outras fontes de renda.

Tabela 40 – Composição da renda das famílias da via não-agrícola, 2002 e 2019. Veranópolis-RS

Origem da renda	2002	2019
Renda Agrícola	R\$ 80.341,15	-R\$ 73.164,11
Renda de outras fontes	R\$ 12.399,46	R\$ 0,00
Renda de aposentadorias, pensões	R\$ 91.984,96	R\$ 77.844,00
Renda de atividades não-agrícolas (fora ou dentro da propriedade)	R\$ 390.873,61	R\$ 242.914,80
Outras rendas de trabalho	R\$ 1.291,61	R\$ 0,00
Renda Total	R\$ 576.890,79	R\$ 247.594,69

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

Em 2019 uma das famílias dessa via apresentou renda agrícola negativa de R\$ 73.164,11, com isso a renda total das famílias foi de R\$ 247.594,69. Considerando a soma apenas da renda não-agrícola e da aposentadoria o montante foi de R\$ 320.758,80, sendo 76% oriunda de renda não-agrícola e 24% obtida por aposentadoria e/ou pensão.

A estrutura demográfica das famílias que compõem essa via mostra que além da redução do número de famílias, em 2002 houve maior número de membros somando 38 ao total, com média de 37 anos. Diferente dos grupos apresentados anteriormente, nesse grupo em 2002 havia a presença feminina de 61% e 39% de homens. Já, em 2019, com total de 23 integrantes e com idade média de 41 anos, a presença das mulheres nessa via também foi a maior registrada entre as vias em 2019, com 57% do sexo feminino e 43% do sexo masculino.

Tabela 41 – Estrutura das famílias da via não-agrícola, 2002 e 2019. Veranópolis-RS

	Nº de Famílias	Nº de membros	Gênero		Média de idade
			Masculino	Feminino	
2002	8	38	39%	61%	37 anos
2019	4	23	43%	57%	41 anos

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

O grau de escolaridade nesta via segue a mesma tendência das vias anteriores, com o ensino fundamental completo ou não sendo o mais presente em ambos os anos estudados, com aumento em 2019. O ensino superior nos dois anos de pesquisa é maior que em qualquer outra via estudada nesta pesquisa, o que parece sugerir que o maior grau de escolarização traz como consequência a família ingressar no mercado de trabalho fora da unidade produtiva e galgar maior poder de salário.

Tabela 42 – Estrutura das famílias da via não-agrícola, 2002 e 2019. Veranópolis-RS

Escolaridade	2002	2019
Analfabeto	5%	5%
Ensino Fundamental (completo ou não)	52%	59%
Ensino Médio (completo ou não)	27%	18%
Ensino Superior (completo ou não)	16%	18%

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e pesquisa de campo.

Sobre a capacidade de trabalho, em 2019 havia 17% impossibilitados de trabalhar por motivos de invalidez ou por serem menores de 17 anos e estarem envolvidos apenas com os estudos. Dos que estavam ativos, 53% trabalhavam fora da propriedade e os demais se dividiam entre o trabalho na atividade agrícola e o trabalho doméstico.

Ainda assim, esse grupo também permanece com sua produção para o autoconsumo familiar e uma discreta parcela para a comercialização, ainda que apresente o balanço do saldo negativo devido aos custos de produção terem sido mais altos que as receitas.

A localização do trabalho das famílias dessa via em 2019, em sua maior parte (80%), concentra-se dentro de Veranópolis, enquanto 20% trabalhavam em outro município. Veranópolis é um importante polo industrial da região que concentra muitas indústrias do ramo de vestuário, metalomecânica e uma importante empresa do ramo do beneficiamento de soja. Nisso, como esperado, o setor da atividade ligado à indústria foi o responsável por empregar 50% daqueles que trabalharam fora da propriedade em 2019, os outros ficaram entre comércio (20%), outro setor (20%), e o setor de cuidados pessoais (10%).

Figura 10 – Foto do setor industrial em meio a cidade, Veranópolis-RS, 2019

Fonte: Autora.

O impacto gerado pela saída dos membros da família para o trabalho em atividade não-agrícola tem gerado desagrarização nas propriedades, transformando-as, assim como no grupo anterior, em lugares de produção para o autoconsumo, com pouquíssima presença de comercialização agrícola e, neste caso, em lugares apenas de moradia. Isso é também corroborado na redução do tamanho das áreas das propriedades em 75% das famílias, ou seja, várias famílias venderam partes de suas terras.

Nas últimas duas décadas as famílias tiveram que optar pelo caminho da especialização, comoditização, ou do trabalho não-agrícola. Houve também as que, por situações diversas, passaram a depender economicamente das transferências de renda. As que se especializaram passaram a concentrar sua produção em poucas culturas, especialmente grãos, tomate, leite e laranja. As que seguiram na pluriatividade tiveram baixo poder de reação aos fatores exógenos e endógenos que ultrapassam suas condições.

Aquelas famílias nas quais a aposentadoria prevaleceu têm a média de idade mais avançada, com seus chefes já em idade de aposentadoria, o que tem sido um dos fatores que contribuiu para elas não buscarem a inovação como saída para potencializar a produção frente às demandas de mercados que são atualizadas diariamente. Também não buscaram novos investimentos, preferindo tocar a atividade agrícola como conseguem, tendo como resultado uma baixa significância para o mercado e a atividade agrícola segue junto com a complementação de renda de outras atividades não-agrícolas.

Além dessas questões encontra-se, ainda, um cenário de oferta de trabalho, que capta os mais jovens que não veem futuro na atividade agrícola nem buscam inovar, acreditando alcançar melhores condições de vida e de remuneração na cidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar brasileira se reinventa a cada dia em busca de novos meios que lhe permitam sua reprodução com a permanência de agricultores e agricultoras familiares no campo. As últimas décadas foram marcadas por um conjunto de ações, principalmente, a partir de políticas públicas, que proporcionaram o acesso a novos mercados, tecnologias e inovações que potencializaram a produção agrícola de muitas famílias.

Por um longo período o Estado brasileiro esteve muito ausente das questões que envolvem a agricultura familiar e a atividade era vista como um ramo marginal do trabalho. Por falta de apoio mais abrangente, a única alternativa que restava para muitas famílias do campo era migrar para as grandes cidades. Como foi discutido ao longo desta tese, a partir da década de 1990 a história ganhou novos contornos que possibilitaram aos agricultores familiares brasileiros se integrarem aos mercados e tornarem-se competitivos, embora ainda haja muitos passos a serem dados neste sentido. Esse período foi marcado como um divisor de águas para a agricultura familiar brasileira, com a participação e intervenção fundamental do Estado na criação de políticas públicas (CENTENO, 2009; GRISA; SCHNEIDER, 2015; GRISA 2017).

É importante destacar que a agricultura familiar brasileira, em todo o seu histórico de busca por espaço, enfrentou uma situação macroeconômica antagônica, definida pela inconstância monetária, inflação elevada e o favorecimento dos produtores patronais, com certa discriminação negativa da política agrícola, com política comercial e cambial desfavorável e a deficiência de serviços públicos de apoio ao desenvolvimento rural. Isso provocou o esvaziamento do campo e dificultou o desenvolvimento local, ao invés de promover o desenvolvimento rural e local. À medida que o agricultor familiar passa a ter soberania sobre sua produção, com apoio suficiente, ele se torna capaz de produzir uma renda total, incluindo a de autoconsumo, superior ao custo de oportunidade do trabalho, que tem no trabalho familiar autossuficiente o efeito de um equilíbrio conjuntural, dentro de uma dinâmica de produção determinada pela relação entre o crédito, preços de mercado e renda obtida (BUAINAIM; ROMERO; GUANZIROLI, 2003; WILKINSON, 2008).

Foram as políticas, especialmente as de fomento ao crédito e as focadas no fim da cadeia, que estimularam a demanda e se tornaram essenciais para o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira e sua inclusão em mercados, potencializando a mercantilização da agricultura familiar. Esses avanços foram discutidos por Niederle *et al.* (2014, p. 11), que afirmam que as políticas públicas “[...] permitiram reverter ou amenizar o processo de expulsão

acelerada das famílias do campo, mas sem conseguir dar conta de outras transformações em curso, tais como as questões demográficas que envolvem a redução das taxas de fecundidade e a sucessão no meio rural”.

Todo esse arranjo de ações e políticas possibilitou que ao longo das últimas décadas a agricultura familiar pudesse se reinventar, mas, ao que tudo indica, migrando da produção mais diversificada para uma produção especializada e centrada em *commodities*. Isso confirma a conjectura principal, abordada nesta tese, de que os agricultores familiares de Veranópolis utilizaram estratégias de reação e de adaptação no que diz respeito à sua reprodução. O movimento em direção à especialização e à diversificação produtiva, de exercício da pluriatividade, de acesso às políticas públicas e aos mais variados mercados de produtos e serviços, além de já existir em 2002, intensificou-se depois disso, conforme mostram os resultados encontrados em 2019, com avanços e recuos.

O objetivo principal desta tese foi identificar e analisar os processos de agrarização e desagrarização e seus desdobramentos em relação aos estilos de agricultura familiar em Veranópolis, observados os anos de 2002 e 2019, com destaque para a identificação das estratégias e trajetórias enquanto categorias de análise. Com o auxílio da metodologia de análise longitudinal foi possível diagnosticar, a partir das diferentes realidades encontradas, que a melhoria nas condições de renda das famílias ocorreu nos casos em que houve maior diversificação produtiva associada à especialização dessa produção familiar.

A classificação das famílias a partir de sua renda principal permitiu identificar onde houve processos de agrarização e desagrarização em Veranópolis. Há exemplos de famílias da via agrícola mais agrarizada, que em 2002 eram diversificadas, e viram o acúmulo de sua renda total ser consideravelmente maior em 2019, especialmente pelo fato de terem se especializado. Entretanto, essa especialização, acompanhada pelo incremento tecnológico e a busca por conhecimento, que possibilitou certa inovação na propriedade familiar não se mostra suficiente para potencializar a sucessão rural nesse município que tende à urbanização e ao redimensionamento dos espaços rurais, com suas múltiplas formas de ocupação e uso.

Em outro ponto, nesta mesma via, há aquelas famílias que se diversificaram e se tornaram agrarizadas, em relação a 2002. Assim, é possível considerar que a diversificação também é um elemento importante na agricultura familiar de Veranópolis. Nessa via foram encontradas famílias que em 2002 pertenciam à via em que a renda previdenciária era de maior impacto na família e em 2019 ocorreu uma movimentação para a via agrícola, inclusive viabilizando a sucessão rural.

Dessa forma, pode-se considerar que não existe um modelo ideal, mas sim, que existe a adaptação individual aos elementos necessários para a reprodução de cada família. Esse é um dos fatores que torna a agricultura familiar diversificada, não apenas em Veranópolis e em termos de produtos cultivados, mas também em termos de características individuais de cada família que tornou cada caso deste estudo único.

Embora seja de uma forma mais discreta, a desagrarização também foi diagnosticada neste estudo. A ausência de 16 famílias a serem entrevistadas também reforça o processo de desagrarização em Veranópolis. Conforme foi evocado na introdução desta tese, é possível afirmar que em Veranópolis ocorreu um processo de desagrarização flexível. Trata-se de um conceito que pode ser considerado análogo à pluriatividade, na medida em que o distanciamento da agricultura enquanto fonte geradora de ingressos não impede a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, ou seja, a existência de um agricultor familiar pluriativo (SCHNEIDER, 2003).

Um elemento novo diagnosticado nesta pesquisa mostra que em Veranópolis está ocorrendo o incremento nas áreas produtivas. Isso foi mostrado no capítulo 3, que tratou das questões agrárias ao longo dos últimos 20 anos e foi fechado com a pesquisa de campo de 2019, que mostrou que de fato vem ocorrendo um reordenamento produtivo em Veranópolis. Esse reordenamento indica que famílias têm substituído o cultivo de lavouras temporárias pelo cultivo de grãos, especialmente com o incremento da soja, que em 2002 não foi identificada como produção significativa e o aumento das áreas produtivas de uva e citros.

Para finalizar pode-se afirmar que as trajetórias percorridas pelas famílias entre 2002 e 2019 foram discretas, de modo que a agricultura familiar de Veranópolis já era uma atividade consolidada em 2002, mas vem passando por pontuais mudanças ao longo dos últimos anos, com acentuado incremento tecnológico e da especialização das atividades produtivas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- ABRAMOVAY, R *et al.* **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Edições UNESCO, 1998.
- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. *In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M; ABRAMOVAY, R. (org.). Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Ed.UNESP/EDUSP, 2001. p.1-13
- ALVAREZ, S. *et al.* **Constructing typologies, a way to deal with farm diversity: general guidelines for the Humidtropics**. Report for the CGIAR Research Program on Integrated Systems for the Humid Tropics. Plant Sciences Group, Wageningen University, the Netherlands, 2014.
- ALVES, E. A agricultura familiar. **Revista de Política Agrícola**, ano 6, n. 3, p. 28-32 jul./set. 1997.
- ALVES, E.; SOUZA, G.; MARRA R. Uma viagem pelas Regiões e estados, guiada pelo Censo Agropecuário 2006. **Revista de Política Agrícola**, ano 26, n. 1, p. 113-150, 2017.
- ALVES, E.; E SOUZA, G. da S.; MARRA, R. Três problemas da agricultura brasileira: a concentração da renda bruta, o excedente exportável e o consumo interno de alimentos. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, v. 15, n. 1, p. 27–34, 2018. Disponível em: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/1944>. Acesso em: 30 mar. 2022.
- ALVES, E. Como os dados falam sobre o futuro? **Revista de Economia e Agronegócio**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 1–7, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rea/article/view/7849>. Acesso em: 06 mar. 2022.
- ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível. *In: GASQUES, J; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z (org.). A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA/MAPA, 2010. p. 19-44.
- SCHNEIDER, S.; AQUINO, J. (Des)caminhos da política de crédito do PRONAF na luta contra pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. *In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE*, 1., 2010, Natal. **Anais [...]**. Natal: UFRN, 2010. p. 1-21.
- AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. *In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 53-81.
- AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 56, n. 1, p.

123-142, Mar. 2018. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032018000100123&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 ago. 2018.

BANCO CENTRAL - BACEN. **Resolução 2.191 de 24 de agosto de 1995**. Crédito Rural - Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília, 1995. Disponível em
<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=095168240&method=detalharNormativo>. Acesso em 17 abr. 2019.

BAIARDI, A.; ALENCAR, C. M. M, de. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 45-62, 2014. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 abr. 2019.

BELIK, W. A Heterogeneidade e suas Implicações para as Políticas Públicas no Rural Brasileiro. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 9-30, mar. 2015. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301001>. Acesso em: 01 maio 2019.

BERNSTEIN, H. A dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização; **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n.27, maio/agosto 2011. p. 52-81.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

BRANDÃO, C. Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar *In*: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (org.). **Compreendendo a complexidade sócioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 150-185

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília, maio de 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portaria nº 523, de 24 de agosto de 2018**. Disciplina a emissão de declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Disponível em:
http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1754/PORTARIA%20N%C2%BA%20523%2C%20DE%2024%20DE%20AGOSTO%20DE%202018%20%20Di%C3%A1rio%20Oficial%20da%20Uni%C3%A3o%20Imprensa%20Nacional_0.pd. Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, 1964. Disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm. Acesso em: 7 mar. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 8.213 de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213cons.htm. Acesso em 7 mar. de 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006a**, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em 21 set. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. São Paulo: FGV-EESP, 2008. (Texto para Discussão, n. 157).

BRYCESON, D. F. **Farewell to Farms: De-agrarianisation and Employment in Africa**. Aldershot UK: Ashgate, 1997.

BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, n.12, p.6-17, jan./jun.,2008.

BUAINAIN, A.M.; ROMEIRO, A. R; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 10, p. 312-347, 2003. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000200011&lng=en&nrm=iso. Acesso em 18 jul. 2018.

BUAINAIN, A. M. *et al.* Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v. 22, n.2, p. 105-121, 2013.

BUAINAIN, A. M. *et al.* **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e Agrícola**. Brasília, DF: Editores Técnicos, Embrapa, 2014.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**- Panorama dos últimos 50 anos - IPEA - Texto para discussão n.621, 1999.

CAMARERO, L. Trabajadores del campo y familias de la tierra. Instantáneas de la desagrarización. Ager: **Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural**, Zaragoza, n. 23, p. 163-195, 2017.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Análise integrada do desenvolvimento. *In*: CARDOSO, F. H.; FALETTO, E (org.). **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: análise de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1970. p. 16-39.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. *In*: SILVA, J. G., STOLCKE, V. **A questão agrária**. São Paulo, Brasiliense, 1981;

CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/15624>. Acesso em: 29 de abril de 2019

CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 149-186, 2010.

CONTERATO, M. *et al.* Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. *In:* SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (org.). **Os Atores do Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011. p. 67-89

CONTERATO, M. A.; BRAS, C. A.; RODRIGUES, S. R.; A commoditização do pronaf e os desafios da agricultura familiar no rio grande do sul. **Grifos**, v. 30, n. 51, p. 190-211, 2021.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, 2011.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000.

ESCALANTE, R. CATALÁN, H.; REYES, GALINDO, L. M.; REYES, O. Desagrarización en México: tendencias actuales y retos hacia el futuro. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, n. 59, p.87-116, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11759004>. Acesso em: 08 maio 2022.

FOSSÁ, J. L. *et al.* Acesso e Distribuição do Pronaf entre Agricultores Familiares no Estado de Santa Catarina. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 18, n. 53, p. 222–244, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/9651>. Acesso em: 15 maio 2022.

FIALHO, M. A. V.; WAQUIL, P. D. Desenvolvimento Rural: Concepções e Referências para a Proposição de Políticas Públicas de Desenvolvimento nos Territórios Rurais. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, n. 15, p. 128-164, jan/jun. 2008.

GRANOVETTER, M. Ação Econômica e Estrutura Social: o Problema da Imersão. **RAE - eletrônica**, v. 6, n. 1, jan./jun., 2007.

GRISA, C. **A produção “pro gasto”**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GRISA, C. SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *In:* GRISA, C. SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 19-50

GRISA, C. **O Desenvolvimento Rural brasileiro em tempos de crise**. 2017. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/colunas/coluna-do-gepad/2017/12/o-desenvolvimento-rural-brasileiro-em-tempos-de-crise/>. Acesso em: 25 jul. 2018.

GRISA, C.; *et al.* Capacidades estatais para o desenvolvimento rural no Brasil: análise das políticas públicas para a agricultura familiar. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 13-38, jan./jun. 2017

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: 1996 e 2006. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 50, n. 2, p. 351-370, jun. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032012000200009>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032012000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jul. 2018.

GUANZIROLI, C. E.; SABBATO, A. Di; BUAINAIN, A. M; Evolução da agricultura familiar no Brasil (1996-2017). In: VIEIRA FILHO, J. E. R; GASQUES, J. G. (org.). **Uma jornada pelo contraste do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário**. Brasília: IPEA, 2020 cap. 13, 410 p. DOI <https://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-011-0>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário**. Resultados preliminares. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE cidades: Veranópolis**. [2021]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/veranopolis/pesquisa/38/46996>. Acesso em 30 jun. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRI – INCRA; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO – FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, 1996.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S.M.P. A estrutura da produção no campo em 1980. **Revista Perspectiva**, São Paulo, v. 12-13, p. 55-72, 1989/90.

KAGEYAMA, A. Diversificação das rendas nos domicílios agrícolas no Brasil, 1992 e 2001. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 65–86, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643075>. Acesso em: 12 mai. 2022.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. Brasília: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

LAMARCHE, Hugues. As Lógicas Produtivas. In: LAMARCHE, Hugues (coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional: do mito à realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. v. 2, p. 61-88.

LANG T.; BARLING D.; CARAHER M. **Food Policy: integrating health, environment and society**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

LAURENTI, A. C.; DEL GROSSI, M. E. A nova ruralidade brasileira e os desafios para o reajuste da P&D para a agropecuária. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 66., 2008, Rio Branco. **Anais[...]**. Rio Branco: SOBER, 2008, p.27.

LONG, N. **Sociologia del desarrollo: una perspectiva centrada en el ator**. Ciudad de México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores, 2006. (Colección Investigaciones).

MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. O novo mapa da população rural brasileira. **Confinns**, Paris, v. 25, nov., 2015. Disponível em: <http://confinns.revues.org/10548>.

MALUF, R. *et al.* Agricultura sensível à nutrição e a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.20, n.08, p.2303-12, 2015.

MARSDEN, T. The road towards sustainable rural development: issues of theory, practices and policies in European context. *In*: CLOKE P., MARSDEN T., MOONEY H. P. (ed.). **The Handbook of Rural Studies**. London: Sage, 2006.

MARSDEN, T. Towards a real sustainable agri-food security and food policy: beyond the ecological fallacies? **The Political Quarterly**, v. 83, p.139-145, 2012.

MARTINS, J. S., Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil. *In*: SEMINÁRIO INTERNO SOBRE DILEMAS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL, COM ÊNFASE NO AGRÍCOLA E RURAL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI. 2001. **Anais [...]**. Santiago do Chile: FAO, 2001. Disponível em: <https://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&areaID=39>. Acesso em: 18 mar. 2020

MATTEI, L. F. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. *In*: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 4., 2001, Belém. **Anais [...]**. Belém: Embrapa, 2001. p. 1-15. Disponível em: <http://www.gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/lauromattei/trabalhosbsp.doc>. Acesso em: 31 ago. 2021.

MATTEI, Lauro Francisco. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do PRONAF no Brasil. **Raízes**, Campo Grande, v. 35, n. 1, p. 01-15, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/421>. Acesso em: 18 set. 2021.

MATTEI, L. Emprego agrícola: cenários e tendências. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, p. 35-52, 2015b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/108921>. Acesso em: 12 abr. 2022.

MCKENZIE, F.C.; WILLIAMS, J. Sustainable food production: constraints, challenges and choices by 2050. **Food Security**, v.7, p.221–233, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12571-015-0441-1>. Acesso em: 18 jun 2019

NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 9-24, 2014. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600001>. Acesso em 11 jul. 2019.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 63-84, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600004>. Acesso em: 19 mar. 2019.

PINGALI, P. Agricultural policy and nutrition outcomes – getting beyond the preoccupation with staple grains. **Food Security**, v.7, p. 583–591, 2015. DOI: 10.1007/s12571-015-0461-x

PLOEG, J. D. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. *In*: PLOEG, J. D. van der; LONG, A. **Born from within**. Assen: Van Gorcum, 1994. p. 7-30.

PLOEG, J. D. van der *et al.* Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 391-408, 2000. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-9523.00156>. Acesso em: 19 mar. 2019.

PLOEG, J. D. VAN DER. *et al.* On Regimes, Novelties, Niches and Co-Production. *In*: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (ed.). **Seeds Of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture**. Wageningen: Royal Van Gorcum, 2004. p. 1-28.

PLOEG, J. D. VAN DER. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, 376p.

PLOEG, J. D. VAN DER *et al.* Farm diversity, classification schemes and multifunctionality. **Journal of environmental management**, v. 90 Suppl 2, p. 124–131, 2009.

PLOEG, J. D. VAN DER. Sete teses sobre a agricultura camponesa. *In*: PETERSEN, P. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009b. p. 168.

PLOEG, J. D.; JINGZHONG, Y.; SCHNEIDER, S. Rural development through the construction of new, nested markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 39, p. 133-173, 2012.

PLOEG, J. D. VAN DER. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 114-140, maio/ago. 2011.

PLOEG, J. D. VAN DER. VENTURA, F. Heterogeneity reconsidered. **Current Opinion in Environmental Sustainability**. v 8, p.23-28, Out., 2014.

PLOEG, J. D. VAN DER; YE, J.; SCHNEIDER, S. Rural Development: Actors and Practices. *In*: MILONE, P.; VENTURA, F.; YE, J. (org.). **Constructing a New Framework for Rural Development**. United Kingdom: Emerald, 2015. v. 22, p. 17-30.

PLOEG, J. D. VAN DER. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. São Paulo; Porto Alegre: Editoria Unesp, Editoria UFRGS, 2016.

PLOEG, J. D. VAN DER. Differentiation: old controversies, new insights. **The Journal of Peasant Studies**, v.45, n.3, p. 489-524, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2017.1337748>. Acesso em: 14 fev. 2022.

RAULD-MATTEDI, C. Análise crítica da sociologia econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v.6, p.59-82, 2005.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no sul do Brasil. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 164-184, abr. 2001.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S. *et al.* A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 139 – 163.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, set. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572010000300009>. Acesso em 10 ago. 2018.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação. Agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris**, Campinas, v.4, n.1, p. 85-131, 2010b. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/708>. Acesso em 10 ago. 2018.

SCHNEIDER, S. Apresentação. **Dossiê Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n.27, p. 14-23, maio/ago. 2011.

SCHNEIDER, S. CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v.31, n.2, p. 227-263, 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SHANIN, T. The Nature and Logic of Peasant Economy, **Journal of Peasant Studies**, v. 1, n.1, p.63-80, 1973.

THIES, V. F. **Desagrarização e concentração produtiva**: análise longitudinal das trajetórias da agricultura familiar nas Missões do RS. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/209946>. Acesso em: 19 set. 2021.

THIES, V. F.; CONTERATO, M. A. Desagrarização e agrarização da agricultura familiar em Salvador das Missões - Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n.1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.245689>

THOMAS, A. Development as Practice in a Liberal Capitalist World. **Journal of International Development**, v.12, n. 6, p.773-787, 2000.

TILMAN, D. *et al.* Beneficial biofuels-the food, energy, and environment trilemma. **Science**, v. 325, n. 5938, p. 270-271, 2009.

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do Século XXI**. São Paulo: Garamond, 2006. p. 17-108.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WILKINSON, J. **O estado, a agricultura e a pequena produção**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

**APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS AGRICULTORES
FAMILIARES DE VERANÓPOLIS – 2019**

QUESTIONÁRIO

Entrevistador: _____

Data: _____

Entrevistado (a): _____

Telefone: (____) _____

Município	Localidade	Nº Questionário

Estrutura Fundiária, Capital e Produção

1) Estrutura Fundiária

Área Total (ha)	Área (ha)					
	Própria	Em Parceria		Arrendamento		Outra forma
		De Terceiro	Para Terceiro	De Terceiro	Para Terceiro	

1.1) Quanto paga pelo arrendamento [informar em dinheiro ou produto]?

1.2) Quanto ganha com arrendamento [informar em dinheiro ou produto]?

1.3) Quanto paga na parceria [informar em dinheiro ou produto]?

1.4) Quanto ganha na parceria [informar em dinheiro ou produto]?

2) Houve mudança no tamanho da área própria entre 2002 e 2019?

() aumentou () diminuiu () não houve mudança

3) Atividades de produção vegetal – roça [Ano agrícola de agosto de 2019 a julho de 2019]

REFERÊNCIA PARA MERCADOS: (1) Feira (2) Entrega na casa do consumidor (3) PNAE (4) PAA (5)

Atravessador (6) Agroindústria (7) Mercado Varejista (do município) (8) Mercado varejista (de outro município)

(9) Autoconsumo (10) Outro (especificar qual)

Especificação	Superfície Área Plantada (ha)	Quantidade de Total Colhida	Destino da Produção (quantidades e preço obtido)				Qnt vendida por tipo mercado Ver referência acima	R\$ por mercado Ver referência acima
			Venda e/ou Comércio		Consumo Familiar	Consumo Animal		
			Quantidade	Valor/ Unidade (R\$)				
Arroz								
Batata – Doce								
Batatinha								
Cana Açúcar								
Feijão								
Fumo								
Mandioca								
Milho								
Soja								
Trigo								

Legumes e Verduras

Alface								
Beterraba								
Cebola								
Cenoura								
Couve								
Salsa								
Repolho								
Tomate								
Alho								
Radite								
Rúcula								
Couve-flor								
Pimentão								
Moranga								
Brócolis								

FRUTAS

Uva								
Pêssego								
Morango								

Pastagem Plantada								
Pastagem Nativa								

Reflorestamento e extração de madeira

Acácia-negra								
Eucalipto								
Pinus								
S A U Total								
Matas e Florestas Naturais								
Benfeitorias (casa, estábulo, etc)								
Terras Inaproveitáveis								
Área Total								

OBS. I - CUIDADO! Quando duas ou mais culturas anuais ocupam a mesma superfície cultivada ou são plantadas em consórcio, esta área deverá ser contada apenas uma única vez.

OBS. II – Solicite PRIMEIRO a informação sobre a área em terras inaproveitáveis (banhados, penhascos, etc.), DEPOIS sobre benfeitorias e o restante da área incluir em matas e florestas.

01 4) Aquisição de insumos para produção vegetal [Ano agrícola de agosto de 2018 a julho de 2019]

Especificação	Quantidade/unidade	Valor Pago por Unidade
Sementes		
Mudas		
Adubos		
Adubo químico (NPK, etc.)		
Adubo orgânico (esterco, estrume, etc.)		
Uréia		
Calcário		
Óleo diesel		

Agrotóxicos (fungicida, inseticida, herbicida, formicida).

02

5) Efetivos animais disponíveis [Ano agrícola de agosto de 2018 a julho de 2019]

Inventário das Criações Raças – categorias	Efetivo	Valor/ Unidade	Animais Vendidos nº	Preço Animais Vendidos	Consumo Familiar
Bovinos					
Touros					
Vacas					
Novilhas					
Terneiros					
Bois para trabalho					
Aves					
Frango de corte					
Galinha caipira					
Suínos					
Ovinos					
Eqüinos / Muares					

6) Produção de origem animal (Ano agrícola de agosto de 2018 a julho de 2019) [Usar produção por dia, semana, mês ou ano]

Especificação	Unid.	Quant. Prod.	Quant. Vend.	Preço de Venda	Cons. Familiar	Qntd vendida por tipo de mercado Ver referência acima	Preço (em R\$) por tipo de mercado Ver referência acima
Leite							
Ovos							
Mel		-					
Peixes							

7) Insumos das atividades de produção animal [Ano agrícola de agosto de 2018 a julho de 2019]

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Pago por Unidade
Sal mineral			
Rações (para suínos, bovinos, aves)			
Componentes para rações (milho/sorgo, vitaminas, farelos, etc.)			
Produtos veterinários (antibióticos, vacinas, carrapaticidas, vermífugos, desinfetantes, etc.)			
Outros insumos animais (especificar)			

8) Listar produtos processados ou beneficiados dentro do estabelecimento (Transformação Caseira, consumo da família ou venda informal) [Ano agrícola de agosto de 2018 a julho de 2019]

Produto produzido	Quantidade Produzida	Unidade	Preço Médio de Venda por Unidade	Quantidade Vendida por tipo de mercado	Preço (em R\$) por tipo de mercado Ver referência acima
Queijo					
Salame					
Vinho					
Banha					
Schmier					
Conservas					

9) Listar produtos processados ou beneficiados na Agroindústria Familiar (Especificamente para venda) **[Ano agrícola de agosto de 2018 a julho de 2019]**

Produto produzido	Quantidade Produzida	Unidade	Preço Médio de Venda por Unidade	Quantidade Vendida por tipo de mercado	Preço (em R\$) por tipo de mercado Ver referência acima
Queijo					
Salame					
Vinho					
Banha					
Schmier					
Conservas					

10) Listar toda a matéria-prima utilizada para a transformação da produção caseira **(Somente o que for comprado) [Ano agrícola de agosto de 2018 a julho de 2019]**

Especificação	Quantidade	Unidade	Valor Pago por Unidade	Observações sobre quantidades etc.
PRODUÇÃO CASEIRA				
Açúcar				
Coalho				
Tripas				
AGROÍNDUSTRIA				
Açúcar				
Coalho				
Tripas				

11) Benfeitorias e instalações **(levantar todas disponíveis no estabelecimento)**

Especificação	Quantidade	(1) alvenaria (2) madeira (3) mista*	Idade do bem ou ano de construção	Área construída em m ²
Açudes				
Aviários				
Casas de empregados				
Estábulo				

Estufa plástica				
Estufa fumo				
Galinheiro				
Galpões/armazéns/paiol				
Pocilgas/chiqueiro				
Poços artesanos				
Secadores leito fixo				
Silo				
Outros (especificar)				

* Para efeito de depreciação considerar

Alvenaria com menos de 50 anos –1969

Madeira com menos de 30 anos – 1989

Mista com menos de 40 anos – 1979

12) Máquinas e equipamentos [Ano agrícola de agosto de 2018 a julho de 2019] (levantar informação sobre o modelo do veículo/trator)

Especificação	Quantidade	Idade	Origem da Aquisição	Valor
Caminhão/Veículo utilitário (com menos de 20 anos-1997)				
Mercedes 608				
Caminhonete Ford F1000 até F4000				
Tração Animal em Juntas (Bois, Cavalos e Mulas)				
Trator (com menos de 20 anos-1997) [indicar a marca e a potência em HP]				
Trator > 80 Hp				
Trator < 80 Hp				
Microtrator				
Equipamentos (com menos de 15 anos-2002)				
Arado de tração animal				
Arado de tração mecânica				
Capinadeira de tração animal				
Grade aradora de tração animal				
Grade de tração mecânica				
Semeadora de tração mecânica				
Semeadora de tração animal				
Ensiladeira				
Roçadeira				
Carreta agrícola				
Pulverizador tracionado				
Pulverizador costal motorizado				
Pulverizador costal manual				
Ordenhadeira				
Resfriador de leite				
Motor elétrico				
Bomba de água				
Engenho de cana				
Triturador de cereais				
Carroça				

(A)	(B)	(C)
1 Resp/Chefe	1 Tempo integral na UP (*)	1 Casado
2 Cônjuge	2 Tempo-parcial: trabalha fora e dentro da UP	2 Solteiro
3 Filho	3 Tempo-parcial na UP + Trab. Doméstico	3 Viúvo
4 Filha	4 Tempo-parcial na UP + Estuda	4 Divorciado /
5 Genro	5 Tempo integral fora UP (*)	Desquitado
6 Nora	6 Somente trabalho doméstico	99 Outros
7 Netos	7 Somente estuda	
8 Avô	8 Criança menor de 7 anos	
9 Avó	9 Idoso: apenas tempo-parcial na UP	
10 Irmão	10 Desempregado	
11 Irmã	11 Não trabalha porque é deficiente ou inválido	
99 Outros		

(*) Considerar tempo integral de trabalho igual a 300 dias/ano

14.1) MEMBROS DA FAMÍLIA QUE SAÍRAM DA PROPRIEDADE DE 2002 A 2019

(D)
1 analfabeto – nunca estudou
2 apenas lê e escreve
3 1ª a 4ª série completo
4 1ª a 4ª série incompleto
5 5ª a 8ª série completo
6 5ª a 8ª série incompleto
7 2º grau completo
8 2º grau incompleto
9 nível técnico
10 superior completo
11 superior incompleto
12 sem idade escolar

Sexo (M/F)	Idade ao migrar	Escolaridade ao migrar (A)	Retornou Sim ou Não	Em caso de retorno, está exercendo atividade agrícola

14.2) Alguém de sua família gostaria de mudar para a cidade?

() Sim () Não () Não sabe/ não respondeu

14.3) Se sim, apontar a razão pela qual o (s) membro (s) pretende (m) mudar para cidade:

ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS E PLURIATIVIDADE

[somente preencher para membros que têm atividades não-agrícolas]

15) Número de dias trabalhados em atividades não-agrícolas e em atividades fora da UP [Ano agrícola de agosto de 2018 a julho de 2019]

Nome do indivíduo que trabalha:	Em atividades agrícolas FORA da UP (*)	Em atividades PARA-AGRÍCOLAS (**)		Em atividades NÃO-AGRÍCOLAS (***)			Valores recebidos em R\$ [indicar p/dia ou mês]
		Nº dias	Localização (A)	Nº dias	Localização (B)	Setor (C)	

(*)

Atividades Agrícolas: considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

() Atividades Para-Agrícolas:** considera-se todas aquelas que envolvem a transformação, beneficiamento e processamento de produtos de origem animal ou vegetal, visando a agregação de valor. Podem ocorrer dentro ou fora da UP.

(*) Atividades Não-Agrícolas:** considera-se as demais atividades.

(A) Local de exercício das atividades para- agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. Na casa de vizinhos
3. Na unidade de processamento

(B) Localização das atividades não-agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. Na localidade/comunidade rural onde reside
3. No centro urbano do próprio município
4. Em outro município

(C) Setor atividades não-agrícolas
1. Indústria
2. Comércio
3. Serviços Auxiliares
4. Construção Civil
5. Transformação Artesanal
6. Transporte/Comunicação
7. Serviço Público
8. Serviços Pessoais
9. Outros

16) Qual a principal razão que levou nas atividades não-agrícolas?

os membros da família a trabalhar

17) Os membros que trabalham em atividades não-agrícolas contribuem com as despesas da família e da UP?

() Sim () Não () Não sabe/ não respondeu

18) SE HOUVE, assinalar quais investimentos foram feitos no último ano agrícola? [Ano agrícola de agosto de 2018 a julho de 2019]

Tipos de investimentos	Valor total gasto em R\$
------------------------	--------------------------

<input type="checkbox"/> Aquisição de terras	
<input type="checkbox"/> Aquisição de veículos (utilitários)	
<input type="checkbox"/> Aquisição de equipamentos ou máquinas	
<input type="checkbox"/> Aquisição de terreno na cidade	
<input type="checkbox"/> Construção e reforma da casa	
<input type="checkbox"/> Construção e reforma das benfeitorias da propriedade	
<input type="checkbox"/> Aquisição de animais	
<input type="checkbox"/> Outros investimentos (especificar)	

19) **SE HOUVE**, assinale e informe com quais outras fontes de renda sua família contou no último ano agrícola (agosto de 2018 até julho 2019).

Tipos de rendas	Valor (R\$) total recebido
<input type="checkbox"/> Aluguéis recebidos de imóveis residenciais/comerciais	
<input type="checkbox"/> Aluguéis recebidos de máquinas e equipamentos	
<input type="checkbox"/> Remessas em dinheiro recebido de familiares de forma periódica	
<input type="checkbox"/> Pensões judiciais	
<input type="checkbox"/> Juros recebidos de empréstimos para terceiros	
<input type="checkbox"/> Juros de aplicações financeiras ou poupança	
<input type="checkbox"/> Outras rendas (especificar)	

20) Há aposentados e/ou pensionistas e/ou pessoa que recebe benefício social na sua família?

Sim () Não () () Não sabe/ não respondeu

21) Em caso afirmativo, informar o tipo de benefício e o valor recebido durante o último ano agrícola (agosto de 2018 até julho de 2019)?

Primeiro nome da pessoa que recebeu o benefício	Tipo de benefício (A)	Número de meses em que recebeu o benefício	Valor mensal recebido (R\$) (*)

Códigos

(A)					
1 Aposentadoria	2 Pensão	3 Auxílio doença	4 Bolsa Família	5 Bolsa de estudo	6 outro benefício

22) No último ano agrícola (agosto de 2018 até julho de 2019) o dinheiro da aposentadoria/pensão ou benefício social foi utilizado, de alguma forma, na atividade agrícola?

Sim () Não () () Não sabe/ não respondeu

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO

23) Obteve financiamentos ou empréstimos no último ano agrícola (agosto de 2018 até julho 2019)?

Sim () Não () () Não sabe/não respondeu

23.1) Em caso afirmativo, informar (responder utilizando códigos):

Finalidade (A)	Fonte (B)	Indicar produto ou finalidade do financiamento	Valor financiado (R\$)	Taxa de juros (mês/ano)	Valor da prestação (R\$) [Indicar se é por mês ou ano]

(A)
1 Custeio
2 Comercialização
3 Investimento

(B)			
1 Bancos	4 Emp. Integradora/Agroind.	7 Pronaf	10 Habitação rural
2 Cooperativas	5 Vizinhos	8 RS-Rural	11 Luz para todos
3 Fundo Municipal	6 Parentes	9 Outros	

REPRESENTAÇÕES DOS AGRICULTORES SOBRE A RURALIDADE E SEU FUTURO

24) Em relação, ao início dos anos 2000 o Senhor considera que o período atual (assinalar apenas uma alternativa):

- () melhorou muito, em todos os aspectos () está pior do que antes, nada melhorou
 () melhorou, em algumas coisas () não se aplica (os pais não eram agricultores)
 () não sabe/ não respondeu

25) Caso haja uma piora na renda e na agricultura de modo geral nos próximos anos, o Senhor pensa em fazer o quê (assinalar apenas uma alternativa):

- () continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar que a crise passe ou volte ao normal;
 () deixar de trabalhar na agricultura e vender a terra;
 () buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção na propriedade;
 () procurar emprego em alguma atividade não-agrícola, sem vender a terra;
 () Não sabe/ não respondeu

Considerações do entrevistador:
